

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Diana Mara da Silva

**AS REPRESENTAÇÕES DO PROFESSOR EM CAPAS DE REVISTAS
DESTINADAS AO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO**

Taubaté – SP

2012

Diana Mara da Silva

**AS REPRESENTAÇÕES DO PROFESSOR EM CAPAS DE REVISTAS
DESTINADAS AO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Língua materna e Línguas estrangeiras.

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Bauab Puzzo.

Taubaté – SP

2012

Diana Mara da Silva

**AS REPRESENTAÇÕES DO PROFESSOR EM CAPAS DE REVISTAS
DESTINADAS AO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Língua materna e Línguas estrangeiras.

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Bauab Puzzo.

Data: ____ / ____ / ____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra.: Miriam Bauab Puzzo - Universidade de Taubaté (orientadora)

Assinatura: _____

Professora Dra.: _____

Assinatura: _____

Professora Dra.: _____

Assinatura: _____

Aos meus pais, Altivo e Flora Maria.

Aos meus irmãos, Márcio, Márcia e Marilda.

Ao meu cunhado, Manoel, e a minha sobrinha, Aline.

Aos mestres e orientadores da Universidade de Taubaté.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que na sua infinita bondade, compreendeu meus anseios e me deu a necessária coragem para atingir meu objetivo, e a quem peço forças para sempre agir com eficiência em meu trabalho e acerto em minhas decisões.

À professora Dra. Miriam Bauab Puzzo, pela paciência e compreensão, por ampliar meus conhecimentos e acreditar no meu trabalho.

Às professoras Dra. Maria Aparecida Lopes-Rossi e Dra. Vera Lúcia Batalha de Siqueira Renda, pelas valiosas contribuições quando do exame de Qualificação.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, da Universidade de Taubaté, que transmitiram seus conhecimentos e experiências profissionais e de vida com dedicação e carinho, e por me guiarem para além das teorias, da filosofia e das técnicas.

À secretaria do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, da Universidade de Taubaté, Maria Aparecida Guedes Soares, pelo apoio, carinho, atenção e solidariedade.

Aos colegas de mestrado, pela amizade, companheirismo e pelas horas maravilhosas e produtivas que compartilhamos juntos.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional mesmo não compreendendo bem o motivo da minha ausência e de tanto esforço.

A todos meus amigos, companheiros e confidentes, que me apoiaram nos momentos de fraqueza e me incentivaram a prosseguir na jornada.

E a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção e conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar e discutir as imagens relacionadas à figura do professor que circulam em revistas destinadas aos profissionais da área da educação. Para tanto, estabeleceu-se uma comparação entre as imagens, as manchetes e os subtítulos das capas, e os conteúdos das reportagens apresentadas na parte interna das revistas, verificando-se se os enunciados de suas capas estabeleciam relação de coerência com seus conteúdos. O *corpus* é composto de três números da *Revista Educação*, suas capas (enunciados verbais e não-verbais) e respectivas reportagens, das quais foram selecionados alguns trechos para análise. Com o intuito de embasar a análise do referido *corpus* foi realizada uma revisão literária dos pressupostos da teoria dialógica da linguagem, desenvolvida por Bakhtin e o Círculo, considerando-se, principalmente, os conceitos de enunciado concreto, de dialogismo e de gênero discursivo tratados nas obras: *Estética da Criação Verbal* (2003) e *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2006); bem como de autores que tratam da imagem enquanto enunciado e da história da educação e da profissão de professor no Brasil. Houve, também, a necessidade de se trazer contribuições de outras áreas do conhecimento, tais como: a arquitetura, as artes plásticas e a publicidade, a fim de que se pudesse realizar uma análise detalhada e aprofundada dos itens não-verbais constituintes do *corpus* deste trabalho. Os resultados das análises apontam para uma tendência à existência de incoerência entre os enunciados veiculados nas capas das revistas e os conteúdos das reportagens. Outro ponto a ser destacado é com relação à imagem (re)criada por tais enunciados, a qual desconfigura o papel do professor perante a sociedade e retrata, de forma caricata e irreal, este profissional e seu dia a dia enquanto docente. Pretendeu-se com este trabalho contribuir para linhas de pesquisa na área da Linguística Aplicada que estimulam a reflexão sobre os enunciados veiculados nas capas de revistas e em suas reportagens, a fim de incentivar a presença de atividades que auxiliem os aprendizes, especialmente aqueles que frequentam aulas de línguas dos anos pertencentes à Educação Básica e ao Ensino Médio, no desenvolvimento da leitura crítica de elementos verbais e não-verbais de textos.

PALAVRAS-CHAVE: Professor. Capas de revistas. Ideologia. Imagem. Dialogismo.

ABSTRACT

This study aimed to analyze and discuss the images of the teacher figure circulating in magazines targeted to professionals in the field of education. To this end, it was established a comparison between the images, the headlines and the subheadings of the covers, and the contents of the reports present in the inside of the magazines, checking whether the statements of its covers established consistent relationship with its contents. The *corpus* is composed of three numbers of the magazine named *Revista Educação*, their covers (verbal and nonverbal statements) and their reports, of which excerpts were selected for analysis. In order to support this analysis of this *corpus* it was performed a literature review of the assumptions of the dialogic theory of language developed by Bakhtin and the Circle, considering especially the concepts of concrete statement, genre and dialogism treated in the works translated to Portuguese: *Estética da Criação Verbal* (2003) and *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2006), as well as writers that consider the image as a statement itself and the history of education and of the teaching profession in Brazil. There was also a need to bring in contributions from other areas of knowledge such as: architecture, art and advertising, so that it could have been carried out a deep and detailed analysis of the nonverbal items constituting the *corpus* of this work. The results of the analysis indicate a tendency to the existence of inconsistencies between the statements aired on magazine covers and on the contents of the reports. Another point to be highlighted is related to the image (re)created by such statements, which sets down the teacher's role in society and portrays, in a ridiculous and unrealistic way, both this professional and his day by day as a teacher. The intention of this work was to contribute to lines of research in the Applied Linguistics area that stimulate the reflection on the statements broadcasted on magazine covers and in their reports, as to encourage the presence of activities that help learners, especially those who attend language classes belonging to the years of Basic Education and Secondary Education, develop critical reading of verbal and nonverbal items of texts.

KEYWORDS: Teacher. Magazine covers. Ideology. Image. Dialogism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1: AS CAPAS DE REVISTAS NUMA PERSPECTIVA DISCURSIVA	13
1.1 Linguagem e interação social	13
1.2 Dialogismo.....	20
1.3 Gêneros discursivos.....	25
1.3.1 O gênero Capa de Revista: caracterização.....	25
1.3.2 A caricatura, o desenho e o glamour hollywoodiano nas Capas de Revista	30
CAPÍTULO 2: A FIGURA DO PROFESSOR E SUAS REPRESENTAÇÕES AO LONGO DA HISTÓRIA	32
2.1 O ensino e a figura do professor	33
2.2 A profissão “professor” ao longo do tempo	38
2.3 O professor no/do século XXI	41
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA DA PESQUISA	46
3.1 Critérios para escolha e análise do <i>corpus</i>	46
3.2 Caracterização do <i>corpus</i>	47
CAPÍTULO 4: A TENSÃO DIALÓGICA ENTRE AS CAPAS E AS REPORTAGENS	49
4.1 Análise da Capa da <i>Revista Educação</i> nº 148	50
4.2 Análise da Capa da <i>Revista Educação</i> nº 150	66
4.3 Análise da Capa da <i>Revista Educação</i> nº 162	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	100
ANEXO 1 – Reportagem da <i>Revista Educação</i> nº 148	103
ANEXO 2 – Reportagem da <i>Revista Educação</i> nº 150	109
ANEXO 3 – Reportagem da <i>Revista Educação</i> nº 162	115

INTRODUÇÃO

A decisão de desenvolver a presente pesquisa partiu da observação de diferentes formas de se conceber o professor em reportagens de revistas que tratam do mundo escolar e de diferentes imagens do professor veiculadas e apresentadas por essas mesmas revistas em suas capas.

As capas fornecem ao leitor informações desde seu primeiro contato visual com as revistas. Representam uma forma de propaganda e são responsáveis pela venda e, conseqüentemente, pelo sucesso das empresas do ramo. Funcionam como ferramenta de persuasão aos leitores na hora de escolher qual revista comprar, e são a melhor e, talvez, única arma das editoras para vencer a concorrência no ramo.

O conteúdo da revista tem sua importância, porque que é nele que se desenvolvem as ideias vendidas nas capas. No entanto, se a capa não for bem elaborada, os leitores não serão persuadidos a comprar a revista e, por conseguinte, não terão acesso ao seu conteúdo. O que ocorre, muitas vezes, é que a revista em si não possui nenhum conteúdo relevante em seu interior, mas, por ter uma capa atrativa e persuasiva, tem grande vendagem.

Nos últimos anos, a imagem do professor, veiculada nas capas das revistas em geral, demonstra seu desprestígio crescente e, em algumas delas, percebe-se até certo tom de ironia ao tratar da figura deste profissional.

Sabe-se que a gênese da profissão de professor tem lugar no seio de algumas congregações religiosas que com o passar do tempo se transformaram em verdadeiras instituições escolares reconhecidas pela sociedade (NÓVOA, 1999), cujos valores e ideário de hierarquia foram mantidos e respeitados por muito tempo. Atualmente, em alguns países como o Japão, esse modelo de ensino e de respeito à instituição escolar se perpetua e as pessoas são obrigadas a reverenciar não só ao rei e aos idosos, mas também ao professor. No Brasil, as classes governamentais, por meio de debates sobre a situação da educação, observaram a necessidade de se refletir cuidadosamente sobre o papel do professor junto à instituição escolar, e porque não dizer junto à sociedade, bem como o futuro desta profissão.

Analisando historicamente o processo de escolarização brasileiro, é válido lembrar que os primeiros anos da década de 60, do século XX, foram marcados por mudanças na condução das instituições escolares. Elas, que antes favoreciam a

comunicação direta dos professores com os pais e as comunidades em geral, passaram a ser controladas pelo Estado, fato que obviamente inviabilizou tal comunicação. Passados cerca de cinquenta anos do início do controle Estatal na educação no Brasil, o que se observa é uma crescente tentativa de se aproximar pais, comunidades e Estado, como comenta Nóvoa:

Hoje em dia, há uma tentativa de reforço dos laços entre o Estado e os pais/comunidades. [...] O novo papel dos pais e das comunidades na gestão dos assuntos educativos é uma das realidades decisivas da fase que agora se abre. Mas é impensável que a mudança leve a uma redução do poder dos professores (NÓVOA, 1999, p. 8-9).

Diante disso, a educação se complica cada vez mais, visto que a maioria das famílias terceiriza o ensino “de berço” – valores, condutas e ética – dos seus filhos para o professor, que não tem autoridade para exercer tal função. Aos professores são impostas cada vez mais responsabilidades com relação a esse tipo de ensino, enquanto, por outro lado, observa-se um movimento, que parte tanto do Estado quanto da própria sociedade civil, que contribui para a redução da autonomia e da autoridade desses profissionais, características necessárias ao bom desempenho da função docente. Em suma, quando o Estado detinha o controle total do sistema de ensino, o professor exercia uma única função: a de transmitir o saber ou conhecimento aos alunos; nos dias atuais, este mesmo profissional se vê forçado a exercer várias funções, muitas delas não inerentes a sua formação acadêmica, como as ligadas às áreas da psicologia e da assistência social.

Isso posto, esta pesquisa tem por objetivo:

1) analisar como a imagem do professor é constituída e veiculada nas capas de revistas que tratam de temas educacionais na atualidade, tomando como base a ótica da Editora Segmento, que publica revistas direcionadas para este tipo de profissional; e

2) verificar quais os significados para o papel do professor construídos nas capas das revistas destinadas ao profissional de educação, observando como se cruzam as vozes dos sujeitos sociais representados nas capas, partindo do pressuposto que nelas se condensa uma visão pelo menos tripla entre: sujeito(s)-emissor(es), empresa e público-leitor.

Para a realização de tais procedimentos, serão levadas em consideração tais capas, não só a linguagem verbal, mas também a verbo-visual: fotografias; imagens; cores; enunciados – manchetes e subtítulos; e formatos, cores e tamanhos das letras.

Das análises, têm-se como resultados hipotéticos: i) há coerência entre as manchetes da capa e o conteúdo da revista; ii) as reportagens e capas são escritas/elaboradas por profissionais relacionados de alguma forma à área da educação; e iii) a imagem do professor é (re)configurada, expressando os valores de um contexto social voltado para o consumo, o poder aquisitivo, a aparência.

A fim de se comprovar ou de se refutar as referidas hipóteses, elaboraram-se as seguintes perguntas de pesquisa:

- a. De que forma está configurada a imagem do professor nas capas da *Revista Educação*?
- b. Há coerência entre os enunciados veiculados nas capas e nas reportagens publicadas no interior das revistas?
- c. Qual a ligação e/ou interesse dos autores das reportagens para com a área da educação?

Para cumprir a proposta de analisar como a imagem do professor é veiculada nas capas de revistas e nas reportagens, utilizam-se como referencial teórico as contribuições de Bakhtin e de seu Círculo, particularmente os conceitos de: gêneros do discurso, ideologia, dialogismo, relações dialógicas, interdiscursividade, e ironia.

Na presente pesquisa, os conceitos teóricos aparecem também na voz de estudiosos como Brait (2006; 2008a; 2008b) e Fiorin (2003), e juntamente com outras, relacionadas à análise visual e estética, tendo como referência as considerações sobre a linguagem visual, de Dondis (2007) e a sobre a linguagem publicitária, de Sandman (2003).

Tendo como base os referidos pressupostos teóricos, são analisadas três capas das *Revista Educação*, edições número 162, 148 e 150, publicadas entre os anos de 2009 e 2010, pela Editora Segmento, bem como as reportagens anunciadas nas manchetes.

Esta pesquisa está organizada em três capítulos, os quais são explicitados resumidamente na sequência.

No Capítulo 1, apresenta-se a fundamentação teórica, composta por conceitos relacionados aos estudos da linguagem e dos elementos visuais:

linguagem e interação social, dialogismo, gêneros do discurso, gênero capa de revista e elementos que o compõem, tais como a caricatura, o desenho e o glamour Hollywoodiano. A escolha desses conceitos justifica-se pela premissa que a linguagem exerce um papel fundamental nas interações sociais, uma vez que é por meio dela que o homem pode se expressar, fazer suas construções mentais e elaborar seus discursos (BAKHTIN, 2003). A ideia de dialogismo contribui com a presente pesquisa ao relacionar a construção do sentido dos enunciados com a visão de mundo de quem os vê ou lê. Já a interdiscursividade e a ideologia nos remetem ao conceito de que nada do que é produzido pode ser considerado inteiramente novo, posto que todo enunciado relaciona-se com outros anteriores a ele e se relacionará com outros que vierem depois dele, observando-se sempre o contexto de produção deste enunciado (BAKHTIN, 2003). Também são discutidos alguns conceitos de apoio à leitura da linguagem verbo-visual (AGUIAR, 2004; DONDIS, 2007).

No Capítulo 2, faz-se uma breve retrospectiva da imagem do professor e de suas representações ao longo do tempo. Esse resgate foi necessário e representou peça fundamental na análise apresentada no Capítulo 3. Sinteticamente, pode-se dizer que, neste segundo capítulo, é contada a história da educação no Brasil partindo do ensino jesuítico e chegando até os dias atuais. Os jesuítas foram os primeiros professores do Brasil e também os responsáveis por construir um corpo de saberes influenciado por crenças e atitudes morais e religiosas, e por desenvolver técnicas e um conjunto de normas e valores específicos para a profissão docente. Esse molde de ensino perseverou até o início do século XX, quando a escola e o saber passaram a visar o progresso da humanidade, e a ter os professores como seus líderes. Foi uma época glamourosa para a educação e considerada por muitos como o período áureo da profissão docente, quando professores tinham prestígio perante a sociedade civil e considerável status socioeconômico. Com o passar do tempo, a democratização do ensino, o progresso tecnológico e o desenvolvimento dos meios de comunicação, houve uma desvalorização e um desprestígio da profissão de professor, quadro de fácil percepção na contemporaneidade. Segundo Nóvoa:

Por um momento, paramos a nossa narrativa nos anos vinte, período em que se fixa um retrato do professor profissional. Mas a história continua, desenvolvendo-se quantas vezes segundo processos contraditórios. Partindo de diferentes perspectivas, vários autores assinalaram a desprofissionalização (ou proletarização) a que os professores têm estado sujeitos nas últimas décadas (NOVOA, 1999, p. 21).

No Capítulo 3, tratam-se da metodologia da pesquisa, bem como dos critérios para escolha e análise do *corpus* e a sua caracterização. Para esta pesquisa, foram selecionadas as capas de três edições da *Revista Educação* (números 148, 150 e 162), bem como trechos de reportagens nelas anunciadas.

A análise destes dados é apresentada no Capítulo 4, a qual foi realizada considerando-se que as CR desempenham a dupla função de informar e de persuadir o leitor para a compra do produto; desta forma, elas transitariam entre as esferas do jornalismo e da publicidade (PUZZO, 2010). Apoiou-se, também, na concepção que as reportagens internas têm por objetivo envolver o leitor, buscando convencê-lo das ideias veiculadas nas CR, bem como prender sua atenção (PUZZO, 2010). Sendo assim, uma reportagem muito extensa desestimularia sua leitura. A fim de evitar isto, o enunciador (autor) opta quase sempre por um tratamento mais dinâmico, às vezes até emotivo, ao que está sendo enunciado, conduzindo o leitor por uma visão mais dramática da informação (PUZZO, 2010).

Com base neste ideário, analisou-se cada capa como um todo enunciativo, levando-se em consideração os elementos textuais e imagéticos que as compunham. Feito isto, realizou-se análise das capas relacionando-as aos trechos das reportagens e aos subtítulos das manchetes.

Logo após as análises, apresentam-se as Conclusões, as Referências e os anexos.

Pretendeu-se com esta pesquisa promover a leitura crítica e uma reflexão sobre como a imagem do professor está configurada nas capas e trechos da *Revista Educação*, expressando ou respondendo ao leitor imediato de tal revista na atualidade. Com os resultados obtidos, espera-se contribuir para a exploração da linguagem verbo-visual como procedimento didático, e, conseqüentemente, para estudos na área da Linguística Aplicada ao ensino de língua materna.

Dá-se seqüência à exposição desta pesquisa com o Capítulo 1, o qual se segue.

CAPÍTULO 1

AS CAPAS DE REVISTAS NUMA PERSPECTIVA DISCURSIVA

O gênero estabelece, pois, uma interconexão da linguagem com a vida social. A linguagem penetra na vida por meio dos enunciados concretos e, ao mesmo tempo, pelos enunciados a vida se introduz na linguagem.

José Luiz Fiorin¹

Neste Capítulo, apresenta-se a fundamentação teórica desta pesquisa, a qual é composta por conceitos relacionados aos estudos da linguagem e dos elementos visuais, os quais serviram de base para a análise dos dados, apresentada no Capítulo 3, neste mesmo volume.

Encontra-se subdividido em três subseções: Linguagem e interação social, Dialogismo e Gêneros discursivos.

1.1 Linguagem e interação social

Esta subseção está organizada de forma a clarificar os estudos sobre a linguagem realizados, principalmente, por Bakhtin e seu Círculo. Nela, são explicitados os conceitos de linguagem como processo de interação entre o eu e o outro, a concepção de enunciado e discurso, bem como a de gêneros do discurso, dialogismo, interdiscursividade, e natureza ideológica da linguagem.

O pensamento bakhtiniano inaugurou a concepção dialógica da linguagem calcando-se em três eixos, os quais referem-se à unidade do ser e do evento, à relação eu/outro, e à dimensão axiológica da linguagem (BAKHTIN, 2003). Sobre isso, Fiorin (2006, p. 17), ao parafrasear Bakhtin, afirma:

O ser é um evento único. [...] A unicidade do ser humano existe na ação, no ato individual e responsável. Viver é agir e agir em relação ao que não é o

¹ FIORIN, José Luiz. Introdução ao pensamento de Bakhtin. São Paulo: Ática, 2008, p. 61.

eu, isto é, o outro. Eu e outro constituem dois universos de valores ativos, que são constitutivos de todos os nossos atos. Ações concretas realizam-se na contraposição de valores (FIORIN, 2006, p.17).

A linguagem para Bakhtin (2003) é um acontecimento social relacionado ao ato comunicacional, pois é através dela que o homem se expressa, constrói seu discurso e suas representações. Considera, portanto, que ela faz parte da constituição do sujeito, à medida que valoriza em suas pesquisas o conceito de enunciação pelo viés social e não individual, e que evidencia a importância da interação com o outro para o referido processo constitutivo (BAKHTIN, 2003). Em outras palavras, para ele, a enunciação está indissolúvelmente ligada às condições da comunicação, que por sua vez estão ligadas às estruturas sociais (BAKHTIN, 2003).

A alteridade eu/outro, apresentada nos estudos sobre linguagem elaborados por Bakhtin e seu Círculo, é a responsável pela existência de um discurso de sentido completo e responsivo. O outro tem papel fundamental em relação à compreensão dos enunciados, os quais não podem ser considerados como de propriedade individual (BAKHTIN, 2003). Isso ocorre, segundo esses estudiosos, devido a outro conceito, o da duplicidade constitutiva da linguagem, pois nas palavras ecoam as vozes do passado que atravessam e constituem os enunciados e, conseqüentemente, o discurso. Segundo Guimarães (2009, p. 89), “um sujeito, ao enunciar, presume uma espécie de ritual social da linguagem, implícito, partilhado pelos interlocutores”.

Os enunciados tanto orais quanto escritos têm como características serem reais e únicos, e são usados para transmitir mensagens, variando de acordo com o contexto do enunciador e do ouvinte, ou leitor a que se dirige, com o ambiente onde ele está circulando e com sua finalidade. São reais, pois o discurso só pode existir na forma de enunciados concretos, e são únicos, pois pertencem aos sujeitos das mais variadas esferas de atividade e de comunicação humanas (BAKHTIN, 2003).

Além disso, são formados por três elementos indissociáveis que compõem o todo enunciativo e sua singularidade: o conteúdo (tema), a maneira individual de se expressar (estilo genérico – próprio de cada esfera de produção, circulação e recepção de enunciados) (estilo da linguagem) e a forma composicional do conteúdo (BAKHTIN, 2003). Para Bakhtin:

As palavras da língua não são de ninguém, mas ao mesmo tempo, nós as ouvimos apenas em determinadas enunciações individuais, nós as lemos em determinadas obras individuais, e aí as palavras já não têm expressão apenas típica porém expressão individual externada com maior ou menor nitidez (em função do gênero), determinada pelo contexto singularmente individual do enunciado (BAKHTIN, 2003, p. 293).

Embora não necessitem de relação presencial como a conversação para existirem, somente se constituem na relação eu/outro. Essa relação ocorre no ato conversacional, durante o qual há a alternância dos sujeitos falantes na emissão de enunciados. O ouvinte, desta forma, nunca está passivo em relação ao enunciador, pois ao ouvir certo enunciado, o compreende de forma responsiva, concordando ou não com ele, dando sua opinião, redirecionando o ato comunicativo e interrompendo o emissor, por exemplo (BAKHTIN, 2003). Enfim, o outro sempre exerce papel ativo e responsivo no ato comunicacional.

A interação entre locutor e interlocutor é sempre dialógica e permeada pelo critério da conclusibilidade. Segundo Bakhtin, a conclusibilidade é um aspecto interno ao enunciado que possibilita a compreensão responsiva ativa sobre aquilo que é exposto pelo locutor. Em outras palavras, não basta que o enunciado seja apenas compreendido no sentido de língua, é preciso que este possibilite uma atitude responsiva ativa do interlocutor para que tenha efeito comunicacional (BAKHTIN, 2003).

Como a língua é usada nas mais diferentes formas comunicacionais, para cada esfera de utilização há tipos diferenciados de enunciados, os quais são denominados gêneros do discurso. Mais do que apenas formas de enunciação, os gêneros do discurso são, para Bakhtin, verdadeiras “correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (BAKHTIN, 2003, p. 268).

Bakhtin e seu Círculo foram responsáveis por desenvolver a concepção de gêneros do discurso, os quais têm como característica a possibilidade de modificarem-se de acordo com o momento histórico no qual estão inseridos. Para os autores, cada gênero é originado de uma situação social diferente e tem características peculiares. Os gêneros do discurso estão presentes no dia a dia das pessoas e na maioria das vezes são usados de forma inconsciente por elas, uma vez que são aprendidos juntamente à língua materna. Desse modo, cada esfera ou

grupo social conhece os gêneros que são apropriados ao seu contexto social de produção (BAKHTIN, 2003).

Bakhtin relaciona a formação de novos gêneros ao aparecimento de novas esferas da atividade humana, ao passo que cada uma delas surge com finalidades discursivas específicas. Defende, portanto, que os gêneros se constituem historicamente a partir de novas situações de interação verbal da vida social e que vão se estabilizando com o passar do tempo no interior das diversas esferas sociais (BAKHTIN, 2003). É necessário ressaltar que, para ele, a existência de diferentes gêneros do discurso não contradiz nem prejudica de forma alguma a unidade nacional de uma língua.

Se novos gêneros são resultado de novas formas de interação social e, considerando-se essas formas de interação como infinitamente variadas, depreende-se que os gêneros também são infinitos. A infinidade de gêneros é comentada da seguinte forma por Bakhtin:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determina campo. Cabe salientar em especial a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos), nos quais devemos incluir as breves réplicas do diálogo cotidiano [...] e todos os gêneros literários (do provérbio ao romance de muitos volumes) (BAKHTIN, 2003, p. 262).

Essa imensa variedade de gêneros do discurso é atualmente dividida, para fins didáticos, em primários e secundários.

Os primários estão relacionados às situações comunicativas cotidianas, espontâneas, informais e imediatas, tais como a carta, o bilhete e o diálogo cotidiano. Os secundários, geralmente mediados pela escrita, estão relacionados às situações comunicativas mais complexas e elaboradas, tais como o teatro, o romance e as teses científicas. Durante o processo de formação dos gêneros secundários é possível observar que estes, de certa forma, absorvem e transmutam os primários, os quais, ao tornarem-se parte constitutiva dos secundários, transformam-se dentro destes e perdem sua relação imediata tanto com a realidade existente quanto com a dos enunciados alheios. Embora apresentem características

de produção e níveis de complexidade diferentes, tanto os gêneros primários quanto os secundários possuem a mesma essência, pois são compostos por fenômenos da mesma natureza: os enunciados. Assim, os gêneros são tipos de enunciados, os quais podem ser considerados como relativamente estáveis e normativos, vinculados a situações típicas de comunicação. Por não terem uma dimensão linguística e/ou formal, propriamente dita, vinculam-se à atividade social, sendo constituídos por conteúdos temáticos, estilísticos e composicionais (BAKHTIN, 2003). Marcuschi (2008, p.154) corrobora essa premissa e é enfático ao afirmar: “quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística, e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares”.

Os gêneros do discurso estão presentes nas mais diversas situações de comunicação social, como nos anúncios publicitários, nos manuais de instrução, nos hipertextos, nas charges, nas tiras, nos livros didáticos e nas capas de revistas, e, além de serem constituídos por textos escritos (linguagem verbal) e imagens (linguagem visual), possuem características relacionadas ao contexto de produção. São coerções estabelecidas entre as diferentes atividades humanas e o uso da língua nessas atividades. Assim, as concepções das práticas discursivas estão sempre relacionadas ao uso da língua nas mais variadas formas de comunicação (BAKHTIN, 2003; MARCUSCHI, 2008).

Segundo a teoria bakhtiniana, três aspectos constitutivos são fundamentais na produção dos gêneros: o tema, a forma composicional e o estilo (BAKHTIN, 2003).

O tema é um aspecto constitutivo do enunciado e de seus tipos estáveis, os gêneros do discurso. Neles, o tema adquire um caráter estável, composto por regularidades produzidas pelo campo da comunicação discursiva, e tem como objetivo provocar uma reação no receptor. Ele é definido como individual, não reiterável, e determinado tanto pelas formas linguísticas quanto pelos elementos não verbais da situação, além de ser um fenômeno histórico e dotado de acento de valor, apreciativo, e que tem na entonação sua expressão mais óbvia (BAKHTIN, 2003). A significação é compreendida por Cereja (2008) como um aparato técnico necessário à realização do tema. Deste modo, tema e significação são indissociáveis e estão presentes em todo processo de enunciação. O instável e o inusitado de cada enunciação, quando somados à significação, dão origem ao tema, que, deste ponto

de vista, é o resultado final e global do processo da construção de sentido, que garante a compreensão do que está sendo enunciado e, por sua vez, a possibilidade do ato responsivo por parte do interlocutor (CEREJA, 2008).

A forma composicional é o nome que se dá ao conjunto de elementos que compõem uma estrutura particular apresentada em cada gênero de discurso. Refere-se à estrutura e à organização dos enunciados, e está relacionada às estratégias lexicais, semânticas e pragmáticas, das quais o sujeito se apropria a fim de se comunicar com sucesso (BAKHTIN, 2003). Embora a forma composicional não seja criada de forma diferente cada vez que um sujeito se comunica através de um gênero do discurso, segundo Bakhtin:

A maioria desses gêneros se presta a uma reformulação livre e criadora (à semelhança dos gêneros artísticos, e alguns talvez até em maior grau), no entanto o uso criativamente livre não é uma nova criação de gênero – é preciso dominar bem os gêneros para empregá-los livremente (BAKHTIN, 2003, p. 284).

O estilo é a maneira individual de se expressar, podendo ser geral ou individual. É considerado geral quando faz uso de formas padronizadas, que não apresentam características individuais do emissor, tal como ocorre com os gêneros ordem judicial e nota fiscal; e individual, quando as palavras assumem valor diferenciado de acordo com o emissor que delas se apropria, uma vez que, a escolha por uma palavra dá-se intencionalmente, o que direciona o enunciado e o torna mais expressivo (BAKHTIN, 2003). Dessa forma, o estilo também depende do modo como o locutor compreende e percebe seu destinatário, e do modo com que ele prevê sua atitude responsiva.

Segundo Brait (2008, p. 80), “em várias obras do Círculo, [...] é possível encontrar estilo como uma dimensão textual e discursiva que vai sendo trabalhada, refinada” ao longo do ato comunicativo. Assim, o estilo de um enunciado leva em conta o interlocutor e sua possibilidade de percepção/recepção, sendo considerado individual e coletivo ao mesmo tempo. Faz-se necessário, no entanto, diferenciar o estilo considerado pelo viés social na obra bakhtniana e aquele que se baseia no sujeito, presente nos estudos de viés romântico da área da Estilística.

Tal distinção é corroborada pelo trecho que se segue, no qual Bakhtin define estilo:

Chamamos estilo a unidade constituída pelos procedimentos empregados para dar forma e acabamento ao herói e ao seu mundo e pelos recursos, determinados por esses procedimentos, empregados para elaborar e adaptar (para superar de modo imanente) um material. [...] A unidade segura do estilo (o grande estilo) só é possível quando a tensão ético-cognitiva da vida constitui uma unidade inconteste em virtude do pré-dado que a rege; esta é a primeira condição; a segunda é que a posição exotópica seja segura, inconteste [...] e que o lugar da arte no todo cultural seja incontestável e sólido. Uma exotopia aleatória não pode dar segurança; ora, um estilo não pode ser aleatório. Estas duas condições são estreitamente ligadas e interdependentes (BAKHTIN, 2003, p. 215).

Prossegue a dissertar sobre o assunto enfocando na vertente em que teoriza o estilo como algo impreterivelmente ligado ao autor enquanto ser determinado pelo contexto de produção textual:

Um grande estilo abrange todos os campos da arte ou então não o é, pois representa acima de tudo uma visão do mundo e somente depois é meio de elaborar um material. Claro, o estilo exclui qualquer novidade na criação do conteúdo, pelo próprio fato de apoiar-se na unidade estável do contexto ético-cognitivo dos valores da vida. [...] Uma renovação do conteúdo assinala, na maioria dos casos, uma crise na criação estética. A crise do autor é o questionamento do próprio lugar da arte no todo cultural, no acontecimento existencial; o lugar tradicionalmente acatado deixa de ser justificado: o artista é algo determinado - não se pode ficar artista, não se pode entrar nessa esfera delimitada; [...] (BAKHTIN, 2003, p. 215-216).

Sobre o viés romântico do estilo, Bakhtin refuta o conceito de que haja uma totalidade da criação e do homem, vez que “a aspiração a agir e a criar em contato imediato com o acontecimento existencial do qual a pessoa se sente a única e singular participante” está ligada à inaptidão do sujeito de “determinar seu próprio lugar no acontecimento através dos outros”, a fim de poder alinhar-se entre eles (BAKHTIN, 2003, p. 216).

Assim sendo, o estilo que considera o homem mais o grupo social, no horizonte social, presente na obra bakhtiniana, contrasta com aquele aguerido aos conceitos de base romântica, o qual toma o estilo pelo viés individual do sujeito.

O estilo é considerado coletivo, segundo a obra do Círculo, porque o locutor fala sempre dentro de um gênero, e esse gênero é caracterizado por determinados elementos relativamente estáveis e que lhe dão acabamento; e individual, pois, de acordo com Pereira (2005), que retoma os conceitos bakhtinianos, todo e qualquer gênero do discurso constitui um estilo próprio de enunciação, a que ele denomina de estilo funcional. Ao passo que o estilo individual é construído no interior de estilos socialmente compartilhados, há uma estreita relação entre este e o conceito de gêneros do discurso. Bakhtin ressalta, no entanto, que alguns gêneros permitem mais contribuições estilísticas do que outros, como é o caso típico da literatura (BAKHTIN, 2003).

1.2 Dialogismo

Como já dito anteriormente, a interação entre locutor e interlocutor é sempre dialógica. O conceito de dialogismo relaciona-se à ideia de interação entre textos, tanto escritos quanto orais, partindo-se da noção de recepção e de compreensão de um ato enunciativo pelos interlocutores. Segundo Bakhtin (2003), o diálogo é toda e qualquer comunicação verbal e representa conceito-chave dos seus estudos por perpassar toda a sua teoria. O autor afirma, ainda, que a compreensão é uma forma de diálogo, pois “ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo” (BAKHTIN, 2006, p. 132). Considera, ainda, o dialogismo como um princípio constitutivo da linguagem, fundamentando-se na negação da possibilidade de se conhecer o sujeito fora do discurso por ele produzido. Justifica essa premissa ao compreender o caráter dialógico da linguagem como essencial na constituição do sujeito.

Devido à constante internalização e retomada de enunciados anteriores no ato comunicativo, a linguagem também apresenta, segundo Bakhtin (2003), um caráter dialógico, além de ser heteroglóssica, vez que funciona na relação eu/outro. No entanto, é válido ressaltar que não são as unidades da língua que são dialógicas, mas, sim, os enunciados, pois elas não são dirigidas a ninguém e são neutras, ao passo que estes sempre têm um destinatário e carregam emoções, juízos de valor e paixões. Enfim, se todo enunciado é dialógico, dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado; e se todo enunciado constitui-se a partir de outro, ele é sempre heterogêneo, revelando ao

menos duas posições, ou dois pontos de vista (BAKHTIN, 2003). Nessa linha de pensamento, se todo enunciado é dialógico, todo gênero do discurso também o é. Sobre o dialogismo, Brait (2006, p. 166), ao retomar os conceitos bakhtinianos, se posiciona da seguinte forma: “O dialogismo não se confunde com a interação face a face. Essa é uma forma composicional em que ocorrem relações dialógicas, que se dão em todos os enunciados no processo de comunicação, tenham eles a dimensão que tiverem”.

O termo dialogismo também é usado por Bakhtin (2003) quando este discute a questão do interdiscurso, definido por ele como o modo de funcionamento real da linguagem, seu princípio constitutivo, e uma forma particular de composição do discurso (enunciado). Segundo o autor, “como não existe objeto que não seja cercado, envolto, embebido em discurso, todo discurso dialoga com outros discursos, toda palavra é cercada de outras palavras” (Idem, ibidem, p. 86). Prossegue afirmando que:

Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente o discurso, penetrar em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa a sua expressão, influenciar todo o seu aspecto estilístico (BAKHTIN, 2003, p. 86).

A relação dialógica entre os discursos é contraditória e se caracteriza como um espaço de tensão entre os enunciados, pois se realiza a partir de um processo em que um ‘outro’ apoia ou rebate o discurso de um ‘eu’. Este aspecto refere-se ao jogo de poder entre as diferentes vozes que circulam socialmente, e que nunca são neutras (BAKHTIN, 2003). Concebe, assim, o interdiscurso como uma construção de sentidos por meio de diferentes discursos, os quais se realizam nas situações comunicativas. Em outras palavras, é a partir da memória dos discursos anteriores que o indivíduo estabelece um diálogo com a realidade e a pode interpretar e compreender, e é disso que se trata o conceito de interdiscursividade (Idem, ibidem).

Diante da explanação sobre a interdiscursividade, faz-se necessário diferenciá-la de outro termo comum à área de estudos linguísticos: a intertextualidade. De acordo com Guimarães (2009), a intertextualidade está

relacionada aos textos que resultam do processo de enunciação e a interdiscursividade refere-se ao processo discursivo em si. Sobre a interdiscursividade, Guimarães (2009, p. 118) comenta: “em todos os caminhos que levam a seu objeto, o discurso encontra o discurso de outrem e estabelece com ele uma interação, ou seja, o discurso é dominado pela memória de outros discursos”.

Estes dois fenômenos referem-se à pluralidade de vozes que permeia o processo textual e discursivo, e, embora não tenham sido referidos desse modo na obra bakhtiniana, foram posteriormente nomeados por estudiosos das teorias desenvolvidas por Bakhtin e seu Círculo (FIORIN, 1999; GUIMARÃES, 2009).

Todo discurso denota um posicionamento do seu locutor diante do mundo, traduzindo, entre outros, a ideologia do momento e do lugar social do qual ele fala (BAKHTIN, 2003). Segundo Aguiar:

O termo ideologia remonta ao início do século XIX, como ciência da gênese das ideias como fenômenos naturais que dizem respeito às relações entre o corpo humano e o meio ambiente e dão origem a nossas faculdades de querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória) (AGUIAR, 2004, p. 76).

Para Bakhtin, todo signo (elemento constituinte do enunciado) é por essência ideológico, pois possui um significado próprio e se direciona a algo fora de si. O enunciado realizado pelo locutor está sempre sujeito a uma avaliação ideológica do interlocutor, o qual observa seu grau de veracidade ou falsidade, e se é correto ou falho (BAKHTIN, 2003). Dessa forma, a teoria bakhtiniana, segundo Cereja (2008), apresenta o signo não só como heteroglóssico, mas também e, principalmente, como ideológico. O uso do signo não denota apenas domínio da língua, mas também domínio do discurso e, portanto, da vida (CEREJA, 2008). O caráter relativamente estável do enunciado, entretanto, persiste no campo ideológico, pois permite o reconhecimento dos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2006).

Diante da indissolubilidade do signo e do contexto de produção, têm-se os sistemas semióticos como formas de expressão ideológica, sendo, portanto, por ela modelados. O papel da palavra é de destaque no mundo das ideologias, vez que é o modo mais simples de comunicação social e está presente diariamente na vida das pessoas, bem como pelo fato de esta estar presente nos atos enunciativos desde a

mais tenra idade, viabilizando a construção de discursos e organizando pensamentos. Emprestando as palavras de Bakhtin:

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência pois, registra as menores variações das relações sociais, mas isso não vale somente para os sistemas ideológicos constituídos, já que a ideologia do cotidiano, que se exprime na vida corrente, é onde se formam e se renovam as ideologias constituídas (BAKHTIN, 2006, p. 36).

A ideologia nasce de um conjunto de ideias comuns aos grupos sociais diversos, determinando os tipos de discursos usados por esses grupos e como eles devem se estabelecer perante a sociedade. A entonação, a sintaxe, as imagens e o significado são elementos do ato enunciativo que possuem papel fundamental na expressão e na reprodução das ideologias, pois não só dão sentido ao mundo, como fundamentam as práticas sociais dos membros de um determinado grupo social. De acordo com Bakhtin:

A enunciação, compreendida como réplica do diálogo social, é a unidade base da língua, trate-se de discurso interior (diálogo consigo mesmo) ou exterior. Ela é de natureza social, portanto, ideológica. Ela não existe fora do contexto social, já que cada locutor tem um “horizonte social”. Há sempre um interlocutor, ao menos potencial. O locutor pensa e se exprime para um auditório social bem definido [...] (BAKHTIN, 2006, p. 16, grifo do autor).

Segundo Van Dijk (2003), o conceito de ideologia é utilizado com frequência, por exemplo, pelos meios de comunicação, como os jornais e revistas, e pelos políticos; contudo, poucas vezes é usado para denominar as cognições sociais compartilhadas pelos membros de um grupo. Se por um lado a dimensão social explica que tipos de grupos se estabelecem e quais são as relações que se iniciam entre esses grupos e as instituições que participam no desenvolvimento e na reprodução das ideologias, por outro, a dimensão do discurso explica como as ideologias marcam os textos e as conversações diárias, como certo grupo social entende o discurso ideológico predominante e qual a relação existente entre o discurso desse grupo e a ideologia presente na sociedade (VAN DIJK, 2003).

Bakhtin deu uma interpretação mais abrangente à ideologia, entendendo-a como um espaço de contradição e não só de ocultamento, ao contrário do intelectual e revolucionário alemão, Karl Heinrich Marx. Considera que a ideologia deve ser vista como uma forma de representação do real. Por isso, não julgou possível a existência de uma consciência individual, considerando possível somente a consciência social (BAKHTIN, 2006, p. 33). Sinder (1997) corrobora essa premissa ao afirmar que a atividade mental do indivíduo está sempre concentrada em uma expressão para o exterior, tanto por meio da palavra, da mímica ou de outro canal de comunicação quanto por meio de um discurso interior ao próprio indivíduo.

Todas as línguas, em sua grande maioria, são formadas por signos criados aleatoriamente e combinados segundo um conjunto de normas aceitas como corretas pelos falantes. Um exemplo disso é o processo usado pelo homem para se comunicar: organiza as palavras em frases, de acordo com as normas da língua, para poder expor pensamentos e sentimentos e se fazer compreender por seus interlocutores, gerando, desta forma, um código de natureza social. Aguiar entende que a língua:

[...] é um instrumento coletivo, um patrimônio social, e que para usá-la precisamos dominar um número satisfatório de vocábulos básicos, assim como seus mecanismos de operação, de modo a bem convivermos em comunidade. [...] Por outro lado, a linguagem verbal pode influenciar os estados de ânimo, as emoções e, por conseguinte, todos os comportamentos humanos (AGUIAR, 2004, p. 27).

As linguagens são organizadas em sistemas e esses sistemas são formados por elementos chamados signos, os quais foram estudados por Ferdinand Saussure, professor suíço que inaugurou as pesquisas linguísticas modernas. Na linguagem verbal, o significante é a imagem acústica (os sons que formam a palavra cadeira, por exemplo) e o significado é o conceito (como concebemos a cadeira); já a linguagem não-verbal, segundo Aguiar:

[...] como a música, a pintura, o cinema, a moda, a cozinha e tantas outras também se valem dos signos, que se compõem dos significantes (movimento, som, cor, forma, etc.) e dos significados (os conceitos que são expressos) (AGUIAR, 2004, p. 40).

O significado não é uma “coisa”, mas uma representação psíquica da “coisa”; não é o real nem a fantasia, mas aquele “algo” que permite que o signo seja compreendido por seus interlocutores; o significante é sempre material (sons, objetos, imagens) e está ligado a um significado, que conseqüentemente está ligado a um conjunto de ideias, ou seja, a uma ideologia.

Dessa forma, entende-se que as CR são enunciados concretos elaborados por uma equipe afinada com a visão de mundo e os valores da empresa que editam as revistas. Elas não apenas anunciam o conteúdo da revista, mas expressam um modo de interpretar os fatos.

Na sequência, trata-se dos gêneros discursivos, mais especificamente do gênero Capa de Revista, e apresentam-se conceitos relacionados à caricatura, ao desenho e ao glamour hollywoodiano presentes neste gênero.

1.3 Gêneros discursivos

Os gêneros discursivos, segundo Marcuschi (2002, p. 25), são “formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos”. Eles podem ser reconhecidos devido a sua estabilidade linguística e a sua convencionalidade de uso – capacidade de se evidenciar em eventos comunicativos recorrentes e específicos. Nestes termos, o conceito de gênero discursivo pressupõe uma interconexão entre fatores textuais (da linguagem) e fatores contextuais (das relações sociais envolvidas).

A seguir, detalha-se o gênero Capa de Revista, objeto de estudo desta pesquisa.

1.3.1 O gênero Capas de Revista: caracterização

Esta subseção traz informações relacionadas ao gênero do discurso Capas de Revista (CR), objeto de estudo desta pesquisa. Nela, encontram-se reflexões acerca do papel das CR na sociedade, suas características estilísticas e discursivas.

As CR abarcam um sistema de signos, composto por textos e imagens, e, discursivamente falando, de enunciados. Como explicitado na primeira subseção deste Capítulo, todo enunciado é, por constituição, social e ideológico (BAKHTIN,

2003). Os enunciados apresentados nas CR e no interior dela são resultados de manifestações culturais, e têm força suficiente para criar novos modelos culturais e para descaracterizar outros já existentes.

As CR são consideradas um gênero por: serem unidades comunicativas que circulam em varias esferas da sociedade, principalmente a jornalística e publicitária; e por possuírem um tipo relativamente estável de enunciado composto por três elementos fundamentais: conteúdo temático, estilo e construção composicional. A escolha destes elementos manifesta a intenção do autor da CR, que pode ser a de informar, divertir, seduzir, orientar ou convencer o seu leitor (interlocutor). Os elementos verbais e não-verbais constroem composicionalmente cada estilo de CR.

As CR são exemplos claros de como os enunciados podem influenciar diretamente no juízo de valor que a sociedade faz de algo, ao mesmo tempo em que refletem seus valores e ideário, em especial, destacam-se as CR da *Revista Educação*, publicação da Editora Segmento, que serviram de objeto de estudo para esta pesquisa. Quanto à análise discursiva dessas CR, dos enunciados que as compõem, bem como de trechos das reportagens presentes em seu interior, foi realizada, automaticamente, perceberam-se as diversas vozes sociais que neles se faziam presentes, estabelecendo relações dialógicas e ideológicas com o leitor pressuposto e o contexto sócio-histórico.

Bakhtin, considerando a palavra como uma unidade dialógica, afirmou que “toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros” (BAKHTIN, 2006, p. 113). Para ele, os signos não podem ser levados em conta de forma isolada, à medida que estão impregnados de valores atribuídos pelo contexto no qual se inserem e por não constituírem apenas conceitos (BAKHTIN, 2006). Em resumo, o contexto social dá aos signos um conceito, e os primeiros não podem existir sem o segundo.

O autor afirma ainda que os signos compõem enunciados concretos, pois possuem em si só significado próprio e completo, vez que são sempre carregados de ideologias e de recursividade (BAKHTIN, 2003). Por outro lado, e como já citado anteriormente, um signo, ou um enunciado, não pode existir se não de forma contextualizada. Diante disso, ao caracterizar o gênero discursivo CR é preciso resgatar as características dos textos produzidos na esfera jornalística de revistas.

Num contexto mais amplo, as revistas apresentam elementos mais ou menos estáveis, que possibilitam o reconhecimento e o entendimento dos enunciados pelos leitores, dentre eles destacam-se o formato e tamanho das publicações, o tipo de papel/material usado, bem como suas filiações ideológicas (de acordo com a editora que representam) e o grau de formalidade usado tanto na linguagem verbal quanto na visual (em função do público-leitor). Resultados de análises de CR e de trechos de reportagens comprovam a existência de um acento valorativo, de natureza sensacionalista, que tem por objetivo seduzir e levar o leitor a adquirir o produto (revista) por meio da dramaticidade que permeia seus enunciados (PUZZO, 2010).

As CR são um gênero do discurso que cria significados na sua relação com o leitor, por meio dos textos e das imagens nelas veiculados. A exploração dos seus aspectos linguísticos e discursivos contribui para um maior desenvolvimento da capacidade argumentativa e avaliativa do leitor, e deve dar-se tanto no âmbito verbal quanto no não-verbal, vez que todos os elementos que compõem as CR estão impregnados de significados, revelando, desta forma, as ideologias de seus criadores (PUZZO, 2009).

Segundo Puzzo (2009), na imensa variedade de gêneros que circulam no contexto social, as CR constituem um material importante de leitura justamente por antecipar de modo incisivo o conteúdo das reportagens internas. Por isso, analisar a forma como se estabelecem as relações verbo-visuais na composição do enunciado – imagem, diagramação, manchetes, cores e seus efeitos de sentido, bem como as motivações ideológicas da empresa, em relação aos fatos anunciados –, constitui forma eficaz de se trabalhar leitura crítica em sala de aula.

Antes de tratar do conteúdo, propriamente dito das CR, é preciso salientar quais são seus objetivos comunicativos:

destacar a(s) matéria(s) principal(is) da edição da revista de maneira persuasiva e/ou informativa. Também informa o nome da revista, a editora responsável, a data de publicação, o número da edição, o site e o valor do exemplar. As finalidades desse gênero estão ligadas a uma função única da capa da revista, que é despertar o interesse dos leitores (ou possíveis leitores), persuadindo-os a ler a revista e, com isso, ampliar sua comercialização (FARENCENA; PEREIRA, [s.d]).

Os conteúdos das CR são essenciais, pois sem uma capa bem elaborada, o leitor não terá vontade de saber o que está dentro da revista (CAPAS..., 2009).

Existem outros fatores que ajudam na composição da CR que merecem atenção, tais como a tipologia das letras, os títulos, os subtítulos e as imagens (ou fotos). A tipologia das letras compõe a chamada principal da capa e é tão familiar ao leitor como o próprio nome da revista. A maioria das chamadas principais tem um design estável, sendo que as cores podem mudar e o tamanho também, mas o tipo de letra permanece inalterado em todas as edições (CAPAS..., 2009). Existem dois tipos de imagem de capa: imagens de primeiro ícone, que podem ser rapidamente compreendidas e apreciadas em toda sua extensão, e imagens mais complexas e mais detalhadas que exigem maior atenção do leitor.

As subchamadas, ou subtítulos, têm a função de captar a atenção dos leitores, persuadindo-os a comprar aquela revista e não outra. A informação que surge nas CR recebe diferentes tratamentos, variando de título para título, de modo a alcançar uma variedade de efeitos. As CR também contêm códigos de barras, data e preço, que são indispensáveis a sua composição genérica, embora não representem fonte de entretenimento e apareçam sempre em tamanho diminuto. A diferença entre um conjunto ou série temáticos das CR pode ser pequena, porém é significativa, podendo tornar-se, ao longo das edições, um traço tão identificador da revista quanto o próprio cabeçalho. Algumas CR apresentam um estilo distinto, que perdura por algumas edições, devido à mudança de fotógrafo, do assunto tratado, entre outros. Em suma, o estilo que compõe a CR facilita o reconhecimento do tipo de revista e ajuda a criar uma visão de continuidade entre as edições.

As revistas circulam na esfera jornalística e são meios de comunicação. Comunicação significa 'tornar comum' e 'partilhar' (AGUIAR, 2004). Implica participação, interação entre dois ou mais elementos, a qual somente é possível pela troca de mensagens entre eles: enquanto um emite informações, o outro as recebe e reage a elas. Aguiar afirma que o sentimento de comunicação é 'estar em relação com':

Quando lemos, o que há de concreto diante de nós é o texto escrito, a mensagem do poeta. Ao nos adentrarmos em suas palavras, nos apossamos do sentimento que elas contêm e o que era invisível e comum na vida cotidiana, assume o mundo com outros olhos e a compreendê-lo mais atentamente (AGUIAR, 2004, p. 19).

A ideia de comunicação aparece sempre ligada à de relação; a natureza dos elementos que interagem entre si no processo comunicativo dá origem a diferentes estudos desse fenômeno linguístico, nos quais devem se analisar as características do enunciador e do destinatário, a situação de comunicação (próxima ou distante), os códigos utilizados, o contexto da ação e as mudanças de posição dos participantes. Dessas análises, pode ser observado que o ser humano transcende os modelos de comunicação por sua capacidade criativa e cumulativa. Sobre isso, Aguiar afirma:

[...] para viver em sociedade, cria um arsenal de códigos, que se cruzam e atendem às suas necessidades de sobrevivência, de satisfação afetiva e intelectual, de intercâmbio com os outros homens. [...] A unidade gerada pelo processo de transmissão de conhecimentos e valores garante a existência da sociedade e sua vitalidade, pois ela existe pelas relações de comunicação e é comunicação [...], pois é no contato com o outro que cada indivíduo passa a reconhecer sua identidade. Por isso, podemos afirmar que é pela comunicação que ele se descobre humano (AGUIAR, 2004, p. 22-23).

A comunicação, ou seja, a constante troca interpessoal, é característica das relações humanas e fenômeno social, e passa de alguma forma pela linguagem, a qual se transforma dependendo do seu contexto de utilização e de seus interlocutores. Os códigos inventados para a expressão e a comunicação das necessidades sociais dividem-se em dois grupos: o verbal e o não-verbal. O primeiro organiza-se com base na linguagem articulada que forma a língua; e o segundo vale-se de imagens sensoriais, como as visuais, as auditivas, as sinestésicas, as olfativas e as gustativas (AGUIAR, 2004).

A imprensa lança mão, muitas vezes, de recursos não fidedignos para atrair o público, dispondo a palavra, oral ou escrita, e as imagens, estáticas ou animadas, de modo a criar o efeito desejado. A fotografia, empregada nas CR, também busca causar impacto, e, como ela é artística, compromete-se com um sentido mais amplo.

Com o avanço da tecnologia no século XX, iniciou-se a era da comunicação computadorizada, pela qual é possível acessar as linguagens verbal, visual e sinestésica. Alguns já pensam no futuro dos livros nas bibliotecas e livrarias, contudo, a cultura contemporânea é a cultura da letra e do papel, embora a escrita não seja uma invenção recente. Do mesmo modo que a descoberta da imprensa no

século XV facilitou e acelerou a produção dos livros, o computador trouxe conforto, rapidez e facilidade para o mundo atual (AGUIAR, 2004).

Diante do exposto, entende-se que a forma como o leitor decodifica e compreende os diversos enunciados existentes no mundo foi modificada nos últimos anos, especialmente se compararmos o formato das CR de antigamente e as contemporâneas. Percebe-se uma evolução no formato e na construção das CR, havendo nos dias atuais a prevalência do aspecto visual em detrimento do textual. Isto é, textos longos e detalhados, escritos com letras pequenas e pouco atrativas, deram lugar a enunciados curtos e impactantes, que abusam de recursos estilísticos e de cores variadas para chamar a atenção do leitor. Por outro lado, se havia imagens nas CR, essas eram apenas ilustrativas, sendo que, atualmente, apresentam-se carregadas de sentido, vozes e ideologia, e têm lugar de destaque na compreensão do que está sendo enunciado pela CR.

Na subseção que se segue, apresentam-se conceitos relacionados à composição imagética das CR analisadas: a caricatura, o desenho e o glamour hollywoodiano.

1.3.2 A caricatura, o desenho e o glamour hollywoodiano nas Capas de Revista

Em linhas gerais, pode-se diferenciar um desenho de uma caricatura por meio da análise de seus traços e das formas de representação do real utilizadas pelo artista.

O desenho é, segundo Ferreira (1994/1995, p. 210), uma “representação de formas sobre uma superfície, por meio de linhas, pontos e manchas, com objetivo lúdico, artístico, científico, ou técnico”. De acordo com Aulete (2004, p. 253), é uma “representação de coisas ou pessoas por meio de traços feitos a lápis, tinta etc.”. Por outro lado, a caricatura aparece nas descrições dos mesmos autores como sendo um “desenho que representa uma pessoa com traços deformados ou exagerados, às vezes revelando aspectos grotescos ou ridículos” (AULETE, 2004, p. 143), e “reprodução deformada de algo” (FERREIRA, 2011, p. 184). Acrescenta-se, ainda, a estas definições a de que caricatura é uma “pessoa ridícula pelo aspecto ou pelos modos” (MELHORAMENTOS, 1997, p. 92).

O tom hollywoodiano presente nas CR analisadas neste trabalho tem suas raízes na própria definição da palavra, de origem inglesa, glamour. Glamour, nas palavras de Parker (1995, p. 213), é: “the often false or superficial beauty or charm which attracts”. Já os autores brasileiros tratam o referido termo como sinônimo de “encanto pessoal; magnetismo, charme” (FERREIRA, 1994/1995, p. 324; 2011, p. 464; MELHORAMENTOS, 1997, p. 250).

Estes pressupostos deram base às análises apresentadas no Capítulo 4 deste trabalho. No entanto, antes de iniciá-las, foi preciso realizar um levantamento histórico para se discutir a mudança de paradigma da figura do professor no Brasil ao longo dos anos, o qual se segue, no Capítulo 2.

CAPÍTULO 2
A FIGURA DO PROFESSOR E SUAS REPRESENTAÇÕES
AO LONGO DA HISTÓRIA

*Quantos véus necessitamos tirar da face do ser
mais próximo – que nela foram postos pelas
nossas reações casuais e por nossas posições
fortuitas na vida –, que nos parecia familiar, para
que possamos ver-lhe a feição verdadeira e
integral.*

Mikhail Mikhailovitch Bakhtin²

A figura do professor está presente em todos os discursos que permeiam a educação. Para tratar deste profissional e de sua prática docente, entende-se ser necessário discorrer, mesmo que brevemente, sobre o contexto histórico de sua evolução profissional ao longo dos anos.

Segundo Echert-Hoff,

[...] as instâncias formadoras de professores sempre tiveram o papel legitimador de um saber que veicula uma concepção de formação centrada na propagação e na transmissão de conhecimentos. Essa concepção de formação vem se mantendo, ainda nas últimas décadas, pois o professor é entendido como aquele que professa, que ensina uma ciência, que ensina uma arte (ECHERT-HOFF, 2002, p. 48 apud NÓVOA, 1992, p. 36).

Embora ainda siga determinados costumes, a figura do professor foi modificada e perdeu, com o passar do tempo, sua posição de destaque e sua autoridade perante a sociedade. As mudanças nos valores sociais e familiares têm corroborado para a banalização da imagem desse profissional, que perdeu seu posto de referência com relação aos alunos, sendo considerado apenas mais uma fonte de informação dentre tantas outras existentes no mundo contemporâneo. À

² BAKHTIN, Mikhail M. Estética da criação verbal. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes: 2003, p. 4.

medida que se tem uma sociedade por si só contraditória, tem-se o professor como um indivíduo também contraditório.

Neste capítulo, serão resgatados aportes teóricos sobre o ensino, a figura do professor, bem como será discutido como a ação do tempo modificou os paradigmas da profissão docente e como este se apresenta no e interage com o contexto sócio-histórico atual.

2.1 O ensino e a figura do professor

Para compreender o caminho percorrido pelo sistema educacional brasileiro desde o início do período de colonização, inicia-se esta seção versando sobre o legado deixado pela cultura erudita na Idade Média.

Segundo Verger (1999), a educação na Idade Média reverenciava tudo o que era relativo ao saber e era transmitida e fiscalizada pelo clero (padres e monges). Havia grande preocupação em manter um alto grau de instrução, mesmo no clero mais humilde, já que o homem completo, que foi o ideal do século XIII, devia necessariamente ser letrado. O autor acrescenta ainda que:

A formação inicial das pessoas cultas não se limitava, na Idade Média, à aprendizagem do latim; ela era normalmente complementada, por qualquer um que ultrapassasse o nível elementar, pela iniciação à “filosofia”. Esse hábito se manteve até o século XV, para designar o conteúdo dos ensinamentos de base, como dizia, à moda antiga, das “sete artes liberais”, repartidas entre o trivium (gramática, retórica, dialética) e quadrivium (aritmética, música, geometria, astronomia) (VERGER, 1999, p. 32-33, grifo do autor).

Nesse período, a escola era o local propício à socialização de comportamentos, valores e saberes. Possuía cunho político e ideológico e, por isso, refutava saberes considerados ilegítimos ou perigosos. Havia três níveis de estabelecimentos de ensino: o nível elementar, a universidade e as novas instituições.

As escolas elementares, responsáveis pelo ensino da leitura e da escrita, funcionavam em casas onde as mães soubessem ler e escrever ou eram de responsabilidade de um preceptor. Aqueles que moravam nas cidades tinham

acesso às escolas de gramática. Iniciava-se pela decoreba de textos em latim e, em seguida, havia o estudo da gramática propriamente dita. A qualidade do ensino estava diretamente ligada à qualificação do mestre e quanto mais tempo de permanência nos bancos escolares, mais saberes o estudante acumulava. Depois da gramática vinha a lógica seguida da iniciação aos clássicos (VERGER, 1999).

O conhecimento dos homens do saber possuía aplicações práticas que, a princípio, deveriam ser partilhadas e não usadas em benefício próprio e muito menos negociadas. Quando concluíam os estudos superiores, os doutores poderiam permanecer na universidade como professores, o que lhes conferiria prestígio e, não necessariamente, remuneração generosa. Havia dois grupos de professores: os regulares, que viviam do ensino, permaneciam por muito tempo nessa função e mudavam de uma universidade para outra de acordo com o salário oferecido, já que as universidades queriam atrair os melhores docentes; o grupo de professores extraordinários englobava os recém-formados, que não podiam participar dos conselhos universitários nem dos júris de exames (VERGER, 1999).

Desse modo, no final da Idade Média, o professor profissional investiu-se da figura do homem do saber, juntamente àqueles que fizeram carreira no alto clero.

Após o descobrimento do Brasil, como Portugal visava somente à exploração das riquezas, sem interesse no povoamento da terra, a educação ficou relegada a segundo plano. Os indígenas que habitavam as terras colonizadas cultivavam uma educação sem marcas repressivas. Mais tarde, a Coroa portuguesa, ao perceber a necessidade de exercer certo controle sobre os índios e a classe dominante, mandou vir da Europa um grupo de padres jesuítas, ou seja, pertencentes à Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola, com a missão de catequizar os índios (ARANHA, 2006).

Segundo Aranha (2006), com a chegada dos jesuítas ao território brasileiro, a educação indígena foi interrompida e instaurou-se a pregação do catolicismo e o trabalho educativo, já que os nativos não sabiam ler nem escrever. Além da moral, dos costumes e da religiosidade europeia, os jesuítas trouxeram os métodos pedagógicos. Como as convenções não se consolidavam, foram criadas missões de caráter nômade, visando atingir um número cada vez maior de seguidores. Estas prosperaram e passaram a comportar criações de gado, artesanato, fabricação de instrumentos musicais e construção de templos. Evangelizaram também os negros através de catecismos e gramáticas nas línguas africanas para facilitar a assistência

dos missionários aos escravos negros (ARANHA, 2006). Para Romanelli (1991, p. 33-36), “as condições objetivas que portanto favoreceram a ação educativa foram, de um lado, a organização social e, de outro, o conteúdo cultural que foi transportado para a Colônia, através da formação dos padres da Companhia de Jesus”.

Assim, os padres acabaram ministrando, em princípio, a educação elementar para a população índia e branca em geral (salvo as mulheres), a educação média para os homens da classe dominante, parte da qual continuou nos colégios preparando-se para o ingresso na classe sacerdotal na educação superior religiosa. A parte da população escolar que não seguia a carreira eclesiástica encaminhava-se para a Europa, a fim de completar os estudos, principalmente na Universidade de Coimbra, de onde deviam voltar os letrados (ROMANELLI, 1991).

A obra da catequese, que, em princípio, constituía o objetivo principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil, acabou gradativamente cedendo lugar, em importância, à educação da elite. Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características que tão bem distinguem a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural (ROMANELLI, 1991).

Os jesuítas permaneceram como mentores da educação brasileira durante duzentos e dez anos, de 1549 até 1759, quando foram expulsos de todas as colônias portuguesas por decisão de Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777, por possuírem objetivos que se chocavam com os interesses da corte. Depois da expulsão dos jesuítas, segundo Romanelli (1991, p. 37), os leigos começaram a ser introduzidos no ensino e o Estado passou a ser o responsável pela educação pela primeira vez, os encargos da educação. Mas, apesar disso, a situação não mudou em suas bases.

Recorde-se que os jesuítas mantiveram, além de colégios para formação de seus sacerdotes, seminários para a formação do clero secular. Era esse o clero que atuava principalmente nas fazendas de onde ele proviera, constituído de filhos das famílias proprietárias. Foram estes que formaram a massa de tios-padres e capelães de engenho e que, por exigência das funções, foram também os mestres-escola ou preceptores dos filhos da aristocracia rural. Formados nos seminários dirigidos pelos jesuítas, eles foram os naturais continuadores de sua ação pedagógica.

Compuseram também o maior contingente de professores recrutados para as chamadas aulas régias introduzidas com a reforma pombalina (ROMANELLI, 1991).

Assim,

embora parcelado e fragmentário e rebaixado de nível, o ensino mais variado nos seus aspectos orientou-se para os mesmos métodos pedagógicos, com apelo à **autoridade** e à **disciplina estreita**, concretizados nas **varas de marmelo** e nas **palmatórias de sucupira**, tendendo a abafar a originalidade, a iniciativa e a força criadora individual, para por em seu lugar a **submissão**, o **respeito** à autoridade e a **escravidão** aos modelos antigos (ROMANELLI, 1991, p. 37, grifos do autor).

Com a mudança da Família Real para o país, em 1808, foram criadas Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia, o que facilitou o acesso da população letrada às informações. Para suprir a falta de professores, foi instituído o método Lancaster, de ensino mútuo, onde um aluno treinado ensinava um grupo de dez alunos, supervisionado por um inspetor. Funcionou, de 1827 até 1854, quando fracassou devido à falta de locais amplos, de material adequado e de preparo dos professores. Em 1826, por decreto, foram instituídos quatro graus de instrução: Pedagogia, Liceu, Ginásios e Academias. No ano seguinte um projeto de lei propôs a criação da escola de primeiras letras em todas as cidades e vilas, onde senhoras poderiam ensinar as quatro operações. Já em 1875 as moças puderam se profissionalizar na carreira do Magistério, com a criação das Escolas Normais (ARANHA, 2006).

As décadas de 20 e 30 foram férteis em discussões sobre educação e pedagogia. No Brasil o Movimento da Escola Nova surge nesse período com Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, entre outros; em 1930 fez parte do Ministério da Educação e Saúde. Em 1932, 26 educadores assinaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação, documento que defendia a educação pública, obrigatória, gratuita e leiga, como dever do Estado, a ser implantada em âmbito nacional. Seu objetivo fundamental era a superação do caráter discriminatório e antidemocrático do ensino brasileiro dualista. Propunha uma escola secundária unitária com uma base comum de cultura geral, em três anos e só depois o jovem seria encaminhado para a formação acadêmica. Defendia ainda que todos os

professores deveriam ter formação universitária. A educação era vista como instrumento de reconstrução da democracia, permitindo integração dos diversos grupos sociais (ROMANELLI, 1991).

No governo Vargas (1937-1945) o ministro Gustavo Capanema regulamentou o curso de formação de professores no qual predominavam matérias de cultura geral em detrimento das matérias de formação profissional.

No período da ditadura militar (1964-1985) o professor foi reduzido a mero executor de tarefas organizadas por um setor de planejamento. Em 1967 cria-se o MOBREAL, mas que fracassou por falta de recursos materiais e humanos. E a profissionalização também não se efetivou, pois faltavam professores capacitados. Em 1971 entra em vigor a Lei de Diretrizes e Bases que, em seu artigo primeiro, diz que o ensino de primeiro e segundo graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício da cidadania (ROMANELLI, 1991).

No fim do Regime Militar a discussão sobre as questões educacionais perdeu seu sentido pedagógico e assumiu um caráter político. Para isso contribuiu a participação mais ativa de pensadores de outras áreas do conhecimento que passaram a falar de educação num sentido mais amplo do que as questões pertinentes à escola, à sala de aula, à didática, à relação direta entre professor e estudante e à dinâmica escolar em si mesma. Impedidos de atuarem em suas funções, por questões políticas durante o Regime Militar, profissionais de outras áreas, distantes do conhecimento pedagógico, passaram a assumir postos na área da educação e a concretizar discursos em nome do saber pedagógico (ROMANELLI, 1991).

Do fim do Regime Militar aos dias de hoje, a fase politicamente marcante na educação foi o trabalho do economista e Ministro da Educação Paulo Renato de Souza. Logo no início de sua gestão, através de uma Medida Provisória, extinguiu o Conselho Federal de Educação e criou o Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Esta mudança tornou o Conselho menos burocrático e mais político. Jamais houve execução de tantos projetos na área da educação numa só administração. Mas, apesar de toda essa evolução e rupturas inseridas no processo, a educação brasileira não evoluiu muito no que se refere à questão da qualidade. Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais estejam sendo

usados como norma de ação, nossa educação só teve caráter nacional no período da Educação jesuítica. Após isso o que se presenciou foi o caos e muitas propostas desencontradas que pouco contribuíram para o desenvolvimento da educação oferecida (ROMANELLI, 1991).

A Constituição de 1988 trouxe importantes contribuições à educação como, por exemplo, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, extensão do ensino obrigatório e gratuito progressivamente ao ensino médio, e valorização do profissional do ensino com plano de carreira para o magistério público, autonomia universitária (para montar a grade de aulas), atendimento em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos, aplicação de nunca menos de 18% pela União da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

2.2 A profissão “professor” ao longo da história

Profissão valorizada e respeitada no passado, o magistério tem sofrido inúmeras modificações no que se refere a suas funções e papéis. Desse contexto originam-se algumas tríades configuradas a partir dos olhares pedagógicos, políticos e dos saberes, respectivamente: professor-aluno-saber; professor-Estado-comunidade; saberes da experiência, da pedagogia e das disciplinas. A inclusão dos pais e da comunidade no processo de gerenciamento dos assuntos educacionais tem relegado o lugar do professor e seu saber para segundo plano, pois o que se tem priorizado é o saber científico, mecânico, impessoal. O “ensinar a pensar” vem sendo substituído cada vez mais pelo “ensinar a fazer”.

Até a segunda metade do século XVIII a ética e as normas escolares possuíam um caráter essencialmente religioso e a educação era vista como uma missão. Já a partir do final de tal século, com a necessidade de uma licença ou autorização do Estado, a profissão passou a assumir a tarefa de valorizar a educação, o que possibilitou melhoras de seu estatuto socioprofissional.

Na segunda metade do século XIX a imagem do professor passa por um período de ambigüidades como, por exemplo, não podem ser intelectuais, mas têm de possuir bom acervo de conhecimentos; não podem exercer seu trabalho com independência, mas precisam usufruir de alguma autonomia. Paralelo a isso ocorre a feminização do professorado.

Segundo Nóvoa (1999, p. 19), “a escola e a instrução encarnam o progresso: os professores são os seus agentes. A época de glória do modelo escolar é também o período de ouro da profissão docente”. Então, no princípio do século XX impulsionados pela crença generalizada nas potencialidades da escola e na valorização da instrução, o magistério é alçado ao seu período de ouro e o professor passa a desfrutar de um status significativo tanto social quanto economicamente.

Porém, infelizmente tal situação não se sustentou e para o autor:

A crise da profissão docente arrasta-se há longos anos e não se vislumbram perspectivas de superação a curto prazo. As conseqüências da situação de mal-estar que atinge o professorado estão à vista de todos; desmotivação pessoal e elevados índices de absentismo e de abandono, insatisfação profissional traduzida numa atitude de desinvestimento e de indisposição constante (face ao Ministério, aos colegas, aos alunos, etc.) recurso sistemático a discursos-alibi de desculpabilização e ausência de uma reflexão crítica sobre a ação profissional, etc (NÓVOA, 1999, p. 22).

E com isto, a imagem social e a condição econômica dos professores têm sido abaladas e afetadas diária e constantemente, o que configura uma grande perda de prestígio.

Entretanto, por incrível que possa parecer, a educação vem tomando contornos empresariais no que tange às exigências de produtividade e de resultados de aprovação. Assim, grande parte dos problemas e temas relacionados à educação implicam e exigem a atuação do professor, responsabilizando-o pela melhoria da qualidade da educação. É importante assinalar que o ensino é uma prática social resultante da interação professor-aluno. Desse modo, é reflexo da cultura e dos contextos sociais a que tais atores pertencem.

Hoyle (1987 apud NÓVOA, 1999, p. 66) elege seis fatores que determinam o prestígio relativo da profissão docente, comparativamente a outras: a origem social do grupo (classes média e baixa), o fato de ser um grupo numeroso (o que dificulta a melhoria do salário), o grande número de mulheres, a exigência de qualificação acadêmica de nível médio para a 1ª Fase do Ensino Fundamental, o status dos clientes e a relação para com estes, que é baseada na obrigatoriedade do consumo do ensino.

A imagem da profissionalidade ideal fica vinculada, então, a aspectos relacionados a valores, currículos, práticas metodológicas e avaliações. Por outro lado os professores não produzem o conhecimento que são chamados a reproduzir e nem determinam estratégias práticas de ação. Desse modo, pode-se dizer que a profissão docente é uma semiprofissão, já que depende de instâncias político-administrativas que regulam o sistema educativo, o que condiciona o trabalho dos professores, ou seja, a imagem do professor completamente autônomo é irreal.

E conforme Nóvoa:

As escolas e o posto de trabalho são espaços profissionalmente organizados antes da existência dos seus actores, mas o trabalho dos professores só se pode compreender se considerarem os aspectos não burocráticos das escolas; é real a existência de múltiplas restrições, condicionalismos e forças socializantes, mas é também evidente que há margens para a expressão da individualidade profissional (NÓVOA, 1999, p. 72-73).

Portanto, ensinar hoje é muito diferente do que era há vinte anos. É claro que precisa ser assim, pois o momento histórico é outro, a velocidade das mudanças e da circulação de notícias e descobertas é gigantesca e as pessoas também mudaram: pais, alunos e professores possuem outro tipo de demanda e um modo diferente de encarar o mundo e suas exigências. Tudo isso repercute no trabalho docente, seja nas condições trabalhistas, seja nas ambientais; é assim que os fenômenos sociais acabam influenciando a imagem que o próprio professor tem de si próprio e de seu trabalho profissional – fato que pode gerar crises de identidade no sentido de auto-depreciação pessoal e profissional, já que a tarefa do professor há muito ultrapassou o domínio cognitivo.

Hoje, ele se encontra responsabilizado por ser, por exemplo, facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho em grupo, referência psicológica e afetiva para os alunos no que se refere à integração social e educação sexual, ou seja, incorporou-se a seu trabalho papéis antes destinados à família, o que caracteriza a diversificação das funções docentes. Nesse contexto, fica o professor confrontado com a necessidade de exercer papéis contraditórios que o obrigam a manter um equilíbrio instável sob diversos aspectos.

A partir da última década do século passado, a configuração do sistema educativo passou de um ensino de elite, baseado na seleção e na competência, para um ensino de massa, flexível, integrador, mas falho no que diz respeito à igualdade e promoção social dos mais desfavorecidos. Isso desconfigurou a educação como passaporte para um futuro melhor. Além disso, o assistencialismo encampou a luta da defesa incondicional do aluno em detrimento do professor: se tudo corre bem, pensam os pais, os filhos são bons estudantes; se as coisas correm mal, os professores é que são maus profissionais. Some-se a isso a visão que algumas pessoas têm de que ser professor tem a ver com a falta de capacidade de se conseguir um emprego melhor. Imagem que se consolidou em muitas instâncias sociais e aparece refletida indiretamente em enunciados de CR.

Nóvoa (1999), ainda ressalta que para enfrentar o desajustamento produzido pela aceleração da mudança social e visando reduzir os efeitos negativos do mal-estar docente, é preciso trabalhar com prevenção e apoio tanto às classes iniciantes quanto àquelas que já se encontram no mercado de trabalho a fim de que, entre outras coisas, os docentes se desvinculem das ações conservadoras e rotineiras. Faz-se urgente um ensino criativo e envolvente, que busque satisfazer as aspirações individuais e facilite a auto-realização e não apenas a satisfação das necessidades econômico-sociais de formação e de encaminhamento profissional e social.

A identidade do professor, apesar de tudo, ainda parece estar ligada a uma visão idealista no que se refere à formação de pessoas e aos laços que podem vir a se criar a partir das relações estabelecidas em sala de aula e no ambiente escolar.

2.3 O professor no/do século XXI

O professor, pela própria origem histórica da profissão tem assumido, ao longo dos tempos, funções que extrapolam o âmbito da sala de aula. O contexto social do Brasil, cada vez mais exige que este seja um profissional polivalente, capaz de exercer múltiplas funções, resolver desafios, superar conflitos e dificuldades de toda ordem, que surgem no seu dia a dia.

Conforme comenta Nóvoa:

O professor é frequentemente confrontado com a necessidade de protagonizar papéis contraditórios que o obrigam a manter um equilíbrio instável, em vários campos. Assim, encontramos-nos perante a exigência social de que o professor desempenhe um papel de amigo, de companheiro e de apoio ao desenvolvimento do aluno, o que é incompatível com as funções selectivas e avaliadoras que também lhe pertencem (NÓVOA, 1999, p. 103).

Por isso, no que se refere à aprendizagem, ele é o responsável por todas as etapas como, por exemplo, o planeamento e seleção das questões e problemas a serem trabalhados; a intermediação das interações presentes na sala de aula, a organização das tarefas, atividades, projetos, avaliações pertinentes a cada conteúdo, dentre outros.

Em relação à escolha e seleção do material didático ele tem o papel de escolher a melhor opção para ele mesmo e para os seus alunos, visando ao melhor êxito de todos. Além disso, precisa garantir uma boa formação e atualização, sem que lhe sejam dados grandes incentivos.

A sua tarefa, no entanto, não fica somente nesse contexto educativo. Sabe-se que na sociedade atual, com todas as suas mazelas e problemas, dentre eles um dos principais é a desagregação da instituição familiar, que relega à escola inteiramente a tarefa de educar seus filhos, o professor se vê hoje diante de um grande conflito: qual é o seu papel? É professor e tem condição de ensinar realmente? Ou é um cumpridor de tarefas, que atendam ao sistema, à sociedade, às necessidades individuais e coletivas? Ou será que ele é, hoje, pai, mãe, babá, tio, psicólogo, enfermeiro, promotor de auto-estima, agente social? A tarefa do professor está cada vez mais complexa e, nesse contexto, ensinar é a tarefa que ele menos tem cumprido, por motivos diversos. Por outro lado, sua situação pessoal e profissional está cada vez mais difícil e a profissão vem de um histórico gradativo de desvalorização em todos os aspectos, principalmente financeiro.

Dessa forma, o papel do professor tem se tornado, mais do que o de ensinar, promover o desenvolvimento do aluno, uma “missão”, onde esse sujeito polivalente precisa ser tudo ao mesmo tempo e ainda atingir o sucesso. Ou, quando ocorre o contrário, o fracasso, é ele o grande responsável.

Assim, pressionado por todas as instâncias sociais, seja pela mídia, pela sociedade, pelo poder público ou mesmo por sua própria consciência, o professor é,

atualmente, um ser em conflito, oscilando entre o ideal, a angústia (e desespero muitas vezes), a falta de motivação e o desejo de mudança.

Para Eckert-Hoff,

Ao longo da história, foram constituídas diferentes imagens do sujeito-professor, as quais sofreram transformações, algumas continuam no imaginário social. Essas imagens se estabelecem na dependência de um poder e têm efeitos de poder, constituindo o sujeito em diferentes posições: ora na posição de *escultor*, ora na de *piloto*, ora na de *espelho*, ora na de *jardineiro*, e, assim, os diversos discursos foram sendo instituídos (ECKERT-HOFF, 2002, p. 57, grifos da autora).

Mas, paradoxalmente, quem convive nos meios educacionais, percebe que, apesar de tudo isso, a maioria dos professores ainda traz consigo uma semente de esperança e muita vontade de acertar e promover esta grande mudança. Nota-se que muitos ainda acreditam nela. E, se ele vive entre todos esses conflitos e pressões, a imagem que ainda tem de si mesmo é a imagem instituída do professor como o “agente de transformação”, aquele capaz de contribuir para “a construção de um mundo melhor”. Essa imagem perdura e se revela nos textos que falam do professor e para o professor, como se pode observar no fragmento de CR analisado: o professor é o profissional competente, capaz de fazer o melhor pelos seus alunos, preparado para fazer as escolhas que determinam o seu sucesso, com consciência e, principalmente, amor. Ou seja, ele é capaz de fazer o melhor, ainda que na realidade nua e crua do seu cotidiano, ele seja massacrado, responsabilizado pelas mazelas da educação, desvalorizado, destratado por pais e alunos, mal remunerado e pressionado por toda a sociedade. Isso ocorre, simplesmente pelo fato de que o professor insiste em acreditar na importância da sua profissão e do seu papel, ainda que tudo se mostre ao contrário.

Segundo Machado (2004), desde que foi instituída a profissão de professor, vive-se, hoje, um grande momento de crise de identidade profissional. Crise essa que, se lhes traz inúmeras possibilidades de transformação e desenvolvimento, não deixa de provocar sentimentos de insegurança, de mal-estar e de estresse. Este é, portanto, um momento histórico em que, mais do que nunca, a profissão professor encontra-se em jogo e no centro das discussões educacionais.

Ao longo da história, "a posseção de um conjunto de conhecimentos especializados e a realização de um trabalho da mais alta importância social" (AMIGUES, 1998 apud MACHADO, 2004, p. 41) foi determinante para a caracterização e delimitação da profissão docente. Vem, justamente do domínio deste conhecimento específico, o reconhecimento e a legitimidade da profissão, bem como as idéias de profissionalismo e profissionalização docente.

De acordo com René Amigues:

A atividade do professor dirige-se não apenas aos alunos, mas também à instituição que o emprega, aos pais, a outros profissionais. Ela também busca seus meios de agir nas técnicas profissionais que o constituíram no decorrer da história da escola e do ofício de professor. Em outros termos, a atividade não é a de um indivíduo destituído de ferramentas, socialmente isolado e dissociado da história; pelo contrário, ela é socialmente situada e constantemente mediada por objetos que constituem um sistema (AMIGUES, 1998 apud MACHADO, 2004, p. 41-42).

A ideia de profissionalização docente aparece articulada às condições para a realização do trabalho, aos vários elementos concretos envolvidos na organização e no desempenho da atividade docente. Assim, por um lado, as idéias de profissionalização e de profissionalismo estão mais relacionadas aos processos corporativos e coletivos, tendo em vista o reconhecimento e a valorização de uma atividade profissional. A noção de profissionalidade, por outro lado, dá maior relevância à construção de uma identidade profissional que condensa e prevê determinadas formas de ação profissional e de atuação no trabalho. Importante ainda destacar o caráter coletivo da profissionalidade, na medida em que esta é sempre social e historicamente construída, nos âmbitos de formação e de atuação profissional (MACHADO, 2004).

Neste sentido, esta concepção, de que a profissionalidade se insere e se produz no coletivo profissional, se opõe à lógica de responsabilização individualizante dirigida ao profissional. Entenda-se o termo profissionalidade como a marca associada aos processos de subjetivação, de organização da prática subjetiva. Sob esta noção, ser e apreender como ser professor significa perfilar-se à identidade da professoralidade configurada nos/ por determinados espaços e

discursos, em espaços institucionais onde circulam e são produzidos modelos de atuação profissional e onde o sujeito se torna professor (MACHADO, 2004).

A construção da profissionalidade docente, como forma de compreender e significar a atividade do trabalho docente, não se dá de modo isolado nem retórico, mas parece estar intrinsecamente produzida nas práticas e posicionamentos discursivos.

Desse modo, a imagem do professor configurada nas capas de revista reproduz e responde a um contexto em que as exigências de bom desempenho deste profissional são inversamente proporcionais à valorização da carreira, ao respeito social, à credibilidade de seu papel como educador.

Dá-se seguimento a este trabalho com o Capítulo 3, que traz a exposição da metodologia de pesquisa utilizada, a caracterização e a análise do *corpus*.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA DA PESQUISA

*Para a crítica dialógica, a verdade existe,
mas não a possuímos.
Mikhail Mikhailovitch Bakhtin³*

Neste Capítulo, apresentam-se os critérios de escolha e de análise do *corpus*, bem como a descrição de suas características.

3.1 Critérios para escolha e análise do *corpus*

Os critérios estabelecidos inicialmente para a escolha do *corpus* estão intimamente ligados à profissão da pesquisadora, vez que no dia a dia desta profissional inclui-se o hábito de ler jornais e revistas relacionados à área da educação.

Fazendo leitura crítica de algumas manchetes, capas de revistas e reportagens, que tratavam da figura do professor e sobre seu papel na sociedade contemporânea, surgiu nesta professora, e pesquisadora, o desejo de investigar como o profissional da educação estava sendo representado em revistas destinadas a ele próprio. O intuito era analisar se a maneira pela qual a imagem do professor estava sendo veiculada nas capas das revistas e reportagens condizia com a realidade vivida por ela mesma, enquanto professora da rede pública de ensino, bem como se as pessoas que as havia elaborado eram conhecedoras e estudiosas da área da educação.

A oportunidade de realizar tal investigação deu-se quando do ingresso dela no curso de mestrado em Linguística Aplicada, na Universidade de Taubaté, quando, com o apoio de sua orientadora, professora Dra. Miriam Bauab Puzzo, pode elaborar um projeto de pesquisa, que mais tarde resultaria na presente dissertação.

O *corpus* foi selecionado criteriosamente a fim de que se pudesse obter uma análise profunda da imagem do professor. Foram escolhidas, inicialmente, cinco

³ BAKHTIN, Mikhail M. Estética da criação verbal. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes: 2003, p. XXXI.

capas de revistas que exibiam a imagem do professor e que tinham como destaque ou chamada principal, um tema relacionado ao dia a dia deste profissional. Após leitura das reportagens, este número baixou para três capas, as quais remetem o leitor a diferentes momentos da vida de um professor: ao ser avaliado, ao ser capacitado e ao ser exaltado (mesmo que com tom irônico) como um artista hollywoodiano.

Diante do corpus, procedeu-se a análise, a qual se deu em etapas, detalhadas na sequência.

Num primeiro momento, analisou-se cada capa como um todo enunciativo, levando-se em consideração os elementos textuais e imagéticos que as compunham. Num segundo momento, realizou-se uma análise das capas, relacionando-as aos trechos das reportagens, bem como aos subtítulos e às manchetes nelas veiculadas. Estabeleceu-se a referida comparação com base nos estudos sobre as relações dialógicas entre discurso e contexto sócio-histórico de produção, como propõe Bakhtin (2003). Ademais, foram consideradas as biografias dos autores das referidas reportagens, para que se pudesse analisar de onde o enunciador falava e para quem ele o fazia.

3.2 Caracterização do *corpus*

Este estudo tem como *corpus* três capas da *Revista Educação* (números 162, 148 e 150), da Editora Segmento, a qual se destina a profissionais da área da educação. A *Revista Educação* é considerada como um instrumento de atualização de conhecimentos e de qualificação pedagógica pelos profissionais da área educacional. Ela oferece aos seus leitores um acompanhamento sistemático dos principais temas em discussão na Educação Básica, no Brasil e no mundo, por meio de reportagens, dossiês, e artigos escritos por especialistas das mais diversas áreas do conhecimento, como Rubem Alves, Julio Groppa Aquino, Gustavo Loschpe e Marta Avancini. É uma publicação mensal que trata de realidades de ensino tanto da rede pública quanto da particular, ao discutir questões relacionadas a políticas públicas, inovações no setor, economia, literatura, pedagogia e cultura.

Publicada pela Editora Segmento, a qual foi criada em maio de 1997 pelo professor e jornalista Marco Antonio Araújo, que esteve à frente da *Revista Educação* até o ano de 2002, consagrou-se no mercado ao abordar temas

polêmicos com a colaboração de reconhecidos jornalistas e educadores. Atualmente, o jornalista Rubem Barros é o responsável pela revista.

Desde sua criação, em 1997, a Editora Segmento também vem se consolidando no setor de publicações segmentadas. Hoje em dia, a Editora Segmento publica doze títulos, seis são revistas: Educação, Cálculo, Língua Portuguesa, Escola Pública, Melhor e Ensino Superior; e seis são guias. Além disso, é responsável por mais de uma dezena de títulos e séries especiais que chegam às bancas ao longo do ano, atingindo públicos específicos e qualificados. A mesma editora lança ao longo do ano guias voltados a várias etapas e modalidades da educação, que vão desde a escolha de uma instituição de Ensino Infantil e Fundamental, como o Guia da Boa Escola, à chegada à faculdade, como o Anuário Fera! e Vestibular & Carreiras, e à procura por complementação na formação profissional, como o Guia de Pós-Graduação & MBA. Há, também, as publicações sobre outras modalidades de acesso ao Ensino Superior, como o Guia de Educação a Distância e o Guia de Cursos Superiores Tecnólogos. Na área empresarial, a Segmento investe no Guia de Educação Corporativa & Executiva e no Anuário de Produtos e Serviços Educação.

No Capítulo 4, dá-se seguimento a este trabalho apresentando as análises do *corpus*, nas quais foram consideradas as relações entre as CR, as reportagens, os autores, e os grupos sociais por eles representados, a fim de se estabelecer o perfil desse profissional ao longo dos anos no Brasil e de se compreender como sua imagem se apresenta na atualidade em função do novo contexto social e das novas exigências do mundo globalizado.

CAPÍTULO 4

A TENSÃO DIALÓGICA ENTRE AS CAPAS E AS REPORTAGENS

*A socialidade do homem funda-lhe a moral: não na
piedade, nem na abstração da universalidade,
mas no reconhecimento do caráter constitutivo do
inter-humano.
Mikhail Mikhailovitch Bakhtin⁴*

Neste Capítulo, apresentam-se as análises do corpus desta pesquisa, as quais estão subdivididas de acordo com a numeração das edições da Revista Educação escolhidas como objeto de estudo desta dissertação.

⁴ BAKHTIN, Mikhail M. Estética da criação verbal. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes: 2003, p. XXVIII.

4.1 Análise da Capa da *Revista Educação* nº 148Ilustração 1: Capa da *Revista Educação*, n. 148, ano 12, ago. 2009.

A CR é composta de um conjunto de signos que evidencia determinada cultura e princípio ideológico que orientam sua produção. Neste trabalho, as CR que compõem o *corpus* de pesquisa trazem alguns modelos da imagem de professor marcados por vieses ideológicos pertinentes à própria profissão e que estão no imaginário dos leitores da *Revista Educação*.

A equipe editorial, ao elaborar essas CR, presumiu um diálogo com o leitor, aguardando dele uma atitude responsiva aos enunciados nelas veiculados (BAKHTIN, 2003). Tais enunciados são compostos tanto por textos verbais quanto visuais. As ilustrações das CR foram feitas por Roberto Negreiros, brasileiro considerado um dos maiores ilustradores CR de todos os tempos. Negreiros é formado em Produção Visual Gráfica, pelo SENAI, e em Artes Plásticas, pela FAAP. Atualmente trabalha como free-lancer, e colabora semanalmente para algumas publicações da Editora Abril, tais como *Veja*, *Veja SP* e *Veja RJ*, além de ter projetos desenvolvidos em outras editoras. Os textos verbais foram escritos por profissionais de várias áreas, o que será detalhado mais adiante quando das análises de cada uma das CR.

Observou-se nas CR analisadas que a *Revista Educação* possui uma formatação estável para suas capas. O nome da revista, *Educação*, aparece na parte superior, tomando de um canto ao outro a página, em caixa alta e na cor amarela, facilitando sua identificação pelo leitor. As manchetes apresentam-se destacadas do lado esquerdo e do lado direito, abaixo do nome da revista, escritas com letras destacadas pela cor branca. Do lado esquerdo o subtítulo apresenta-se em destaque em letras preenchidas pela cor branca e os tópicos na cor amarela. Do lado direito, ao contrário, os subtítulos em caixa alta aparecem na cor amarela e os tópicos na cor branca. As sub-chamadas vêm distribuídas entre os lados esquerdo e direito, e no pé das CR, escritas com letras menores do que as dos demais enunciados e nas cores branca e amarela.

Na parte superior esquerda e abaixo do nome “Educação”, encontra-se o endereço eletrônico da revista em letras preenchidas pela cor branca e do lado direito, o logotipo da Editora Segmento, também na cor branca. Na parte superior esquerda da capa e em cima do nome da revista, há o enunciado “Isabel Passos: Escola espelha contradições da sociedade”, o qual aparece em letras brancas e em tamanho menor do que a chamada principal. Num primeiro momento, este enunciado relaciona-se de forma direta e contraditória à chamada principal,

“Professor sob júri popular”. Pode-se inferir que essa contradição corresponde ao fato de que algo está errado e de que o professor está fora do seu devido lugar, visto que ele ao invés de ser julgado, deveria, por sua posição social, ser respeitado e valorizado pela sociedade.

Analisando-se o interior da reportagem, encontram-se outros traços dessa contradição. A entrevista da professora da Universidade Federal de Minas Gerais, Ma. Isabel Christina Friche Passos, trata da violência nas escolas, tendo como título “O poder positivo”, e como subtítulo “Professora da UFMG diferencia a violência externa da indisciplina decorrente da busca dos alunos por sua identidade. E defende o diálogo para o exercício da autoridade no ambiente escolar”. Conforme explica Passos (p. 4), “é preciso separar a questão da violência no âmbito da educação em duas dimensões. Uma delas é inerente às relações entre educadores e estudantes; outra é oriunda de problemas sociais externos à escola e nela se manifestam”. As escolas particulares, a fim de melhorar sua segurança, adotam, dentre outros recursos, o uso de câmeras nas suas dependências, fato que está cada vez mais se popularizando na rede pública de ensino paulista.

No entanto, para Passos, a questão é mais complexa, pois se refere “a pensar o poder de uma outra maneira, não apenas como controle e subjugação, mas algo em que se baseiam todas as relações sociais. E que é positivo, porque não se produz nada se não houver certos limites, se não houver normas e regras”. O poder positivo referido no título se relaciona à última frase da reportagem, “E defende o diálogo para o exercício da autoridade no ambiente escolar”.

Depreende-se, portanto, do conteúdo da reportagem que o poder exercido através da força não tem eficácia, enquanto que a democracia, que valoriza a liberdade e a igualdade entre os indivíduos, faz com que as normas se tornem algo natural. Isso posto, observa-se que o conteúdo do interior da revista não condiz com o enunciado da capa, posicionando-se de modo crítico com relação à manchete principal, “Professor sob júri popular”.

Dando prosseguimento à análise dos enunciados que compõem essa CR, é necessário destacar o papel fundamental dos subtítulos na construção de significados.

Do lado direito e em letras grafadas em amarelo, encontram-se mais dois subtítulos, os quais contêm explicações em letras brancas. O primeiro subtítulo, do lado direito superior da capa, “Mestres do cotidiano”, remete o leitor ao dia a dia da

profissão de professor, o que se confirma na explicação presente abaixo desse enunciado “Um dia na vida de três docentes das redes pública e privada”. Diante desses enunciados, infere-se que será feito um levantamento da rotina de trabalho de três professores tanto de escolas públicas como particulares, que estão na ativa, retratando, dessa forma duas realidades distintas. O título da reportagem interna, escrita por Beatriz Rey, formada em jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero e pós-graduada em Negociações Econômicas Internacionais pela Universidade Estadual de São Paulo, “Cotidianos em Contrastes” põe em cheque essas realidades.

Levando-se em consideração que o professor, na maioria das vezes, só é lembrado pela mídia quando se trata de assuntos relativos à má formação docente e quando se cogita realizar uma avaliação deles, a reportagem procura retratar outro lado, mostrando como é a rotina de três professores que lecionam na cidade de São Paulo. Com essa pequena amostragem, é possível perceber alguns fragmentos da realidade complexa dos professores, bem como das condições de trabalho oferecidas a ele no seu dia a dia.

Sob o título “O Andarilho”, o primeiro a ser acompanhado é o professor de biologia Carlos Alberto Pires Guimarães, de 25 anos, que leciona em duas escolas estaduais. Segundo a reportagem, ele sai de casa por volta de 8h30, retorna depois da sua última aula, às 18h20, e caminha 7,2Km por dia. Seu dia começa entre um café feito em coador de pano e um cesto de roupas jogado na máquina de lavar. Nascido em Assis, no interior do estado de São Paulo, saiu de casa aos 18 anos para estudar biologia em Bandeirantes, interior do estado do Paraná, e depois veio para São Paulo, pois seu sonho era cursar um mestrado na área de política ambiental.

De acordo com Carlos, nas salas de aulas de uma escola da área rural, onde começou sua carreira como educador, havia respeito por parte dos alunos, e não era necessário se impor perante eles. Ao contrário, nas escolas de São Paulo, afirma que é preciso conquistar o respeito dos alunos por meio do conhecimento. Uma das maiores reclamações do professor é a falta de autonomia nas escolas e a obrigação de se seguir uma cartilha. Outros docentes também fizeram a mesma colocação. Carlos é professor eventual e no dia em que a reportagem foi realizada, ele havia sido requisitado para substituir uma professora. A repórter o acompanhou até a escola, mas, como a professora não faltou, eles tiveram que esperar o fim das aulas, para começar outra caminhada, rumo a outra escola estadual, na qual atua como

Ocupante de Função Atividade de biologia (OFA). Seu holerite de março de 2009, época em que trabalhava na Escola Estadual Romeu de Moraes, apontava os seguintes valores: como professor de segundo ciclo do Ensino Fundamental e Médio, ele recebeu por oito aulas dadas R\$ 60,62, ou seja, o valor de sua hora-aula equivale a R\$ 7,57.

Na sala dos professores da segunda escola, Carlos exerce seu lado 'político' com os colegas, inconformado com as novas regras para a classe. Buscou espaços políticos para discutir as questões que mais o preocupam: educação, saúde e meio ambiente. Naquele dia, Carlos aplicou uma prova sobre ecologia, que, segundo ele, serve mais como um instrumento de acompanhamento do que de punição. Durante a aula, houve vários episódios de desrespeito dos alunos para com ele, agravados com o barulho dos carros, das buzinas que trafegam a região da Lapa e as vozes dos alunos. A falta de respeito foi observada entre os próprios alunos. Tranquilo, Carlos é adepto do diálogo, mas, às vezes é obrigado a berrar para se fazer ouvir. Sua angústia particular é não conseguir fazer mais pelo mundo.

A segunda a ser acompanhado, sob o título "A comunicadora", é a professora de português, Sandra Virgínia, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Newton Reis e da Escola Estadual Profa. Maria Vera Lombardi Siqueira, ambas no bairro do Itaim Paulista, em São Paulo.

Sandra é católica, tem uma filha e uma neta que moram nos Estados Unidos e é mãe de mais dois adolescentes: Pedro, de 17 anos, e Fernanda, de 12. Para Sandra "A escola particular tem os mesmos problemas que a pública: droga e indisciplina", e "o ambiente privativo transforma os alunos em robôs". A professora tem uma relação diferente com a escola pública, pois leciona desde 2001 e sempre encontra ex-alunos no supermercado e em lojas do bairro onde mora. Essa proximidade trouxe-lhe consequências boas e ruins. Sandra tem pulso firme e lamenta não ter uma direção mais ativa no apoio ao professor e diz que o aluno não é só dela, é da escola também. Outro ponto discutido pela professora é a relação da escola com a família.

Hoje em dia, Sandra não tem mais problemas com violência nas duas escolas em que leciona, porque as salas são divididas por disciplinas e é o aluno que se desloca para ir até às salas. Na Newton Reis, trabalha das 11h às 15h, lecionando para turmas do 6º ano. Depois de cinco aulas, Sandra vai a pé para sua casa, e aproveita para tirar um cochilo e cuidar da casa. A comida feita para o jantar fica

para o almoço do dia seguinte e o cardápio é o de sempre: arroz, feijão e bife. À noite, vai à Maria Vera Lombardi Siqueira, e dá aulas até às 23h20, em alguns dias, e até às 21h20, em outros. Para ela, o salário é baixo demais. Em média, com oito anos na rede estadual e 15 anos na municipal, ela ganha R\$ 1,5 mil e R\$ 2,5 mil, respectivamente. Sua leitura é sempre voltada para o vestibular e para o ENEM. Com uma pós-graduação *lato sensu* finalizada em gestão escolar, diz não pensar em assumir cargo de direção porque não quer perder o contato com os alunos.

O terceiro a ser acompanhado, sob o título de “O driblador”, é o professor de física, Eduardo, que mora em Santo André e leciona no ensino fundamental e médio na escola da rede privada de ensino, Colégio Brasília de São Paulo, na Vila Formosa, zona leste de São Paulo. Ele sai de carro de casa às 6h30 e às 7h, já está na sala dos professores: depois de vestir um avental branco e pegar sua caixa de giz, dirige-se à sala de aula. “O palco da sala de aula” é o que mais gosta da docência. Os alunos respeitam o professor e ele raramente põe estudantes para fora de sua aula. Na escola, o vestibular é o grande objetivo a ser alcançado. Além do material didático apostilado, a escola também investe em outros recursos pedagógicos. A disciplina é tratada de forma rigorosa: é proibido ir sem uniforme, chegar atrasado e não entregar tarefas. Para Eduardo “Lidar com o filho dos outros é complicado”, mesmo em uma escola particular. Hoje, o valor da hora-aula de Eduardo chega a mais de R\$ 30 na escola particular. Ele não sente vontade de voltar a lecionar na rede pública de ensino e um dos motivos é a facilidade dada aos alunos. “Não se reprovam mais e isso não acontecia antes. Você trabalha com grandes quantidades de alunos e eles vão sendo empurrados para frente, sem aprender”, desabafa. Sua vontade inicial pode não ter sido a de dar aula, mas no final das contas, acabou se saindo bem e hoje é feliz como professor.

Ao analisar o relato dos três professores acompanhados pela reportagem, constatou-se que, apesar de as escolas particulares apresentarem os mesmos problemas das públicas, as primeiras possuem uma série de recursos e vantagens, que as tornam mais atrativas ao professor, financeiramente falando, do que as públicas.

Inicia-se, agora, a análise do segundo subtítulo, localizado do lado direito superior da capa e escrito em letras na cor amarela, “O preconceito mascarado”. Neste enunciado é usada a palavra “preconceito”, que, segundo Ferreira (1977, p. 380), significa intolerância, aversão a outras raças, credos, religiões etc. O adjetivo

“mascarado”, ainda de acordo com Ferreira (1977, p. 309), significa disfarçado com máscara, hipócrita. Ou seja, as duas palavras formam o sentido de “preconceito fingido”, que é quando alguém diz que não tem preconceito, mas no fundo o tem.

A princípio, imagina-se que o preconceito presente no título refere-se ao professor, mas quando este é relacionado ao subtítulo da capa, certifica-se que se trata de outro tipo de preconceito. A reportagem, escrita por Filipe Jahn, formado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, tem como título no interior da revista o enunciado “O fator mascarado”. Pode-se inferir que este “fator” é o preconceito contra alguma coisa ou alguém, o que se encontra explicitado no subtítulo da reportagem interna: “Combatido nos discursos, o preconceito ainda está muito entranhado na sociedade e nas escolas brasileiras”. Em outras palavras, apesar dos discursos que o preconceito não existe e que é crime, está longe de ser exterminado da nossa sociedade e da nossa cultura.

De acordo com a pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), os tipos de preconceitos que apresentaram maior abrangência são os relacionados a pessoas com necessidades especiais (96,5%), seguido por diferenças étnico-raciais (94,2%), e aqueles relativos a diferenças de gênero (93,5%). Constatou-se, também, nesta pesquisa, que há uma pré-disposição da maioria da população de manter menor proximidade a determinados grupos sociais, como o dos homossexuais, o das pessoas com necessidades especiais de natureza mental e o dos ciganos.

Segundo Cláudia Vianna, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, o preconceito é uma disposição afetiva que pode ou não transformar-se em ato discriminatório. No Brasil, o preconceito nem sempre é explicado ou entendido, pois o estereótipo do brasileiro é de ser “brincalhão”. A escola deveria neutralizar os preconceitos e ajudar na superação dos mesmos, no entanto, segundo a professora, acaba muitas vezes os reforçando, e isso ocorre tanto por parte dos professores quanto das autoridades escolares, que os demonstram por meio de diversas atitudes de refuta, como quando questionam o saber do professor ao fazê-lo realizar constantes avaliações de cunho meramente classificatório e cujos resultados são irresponsavelmente divulgados à sociedade.

Para Luis Alberto Gonçalves, da Universidade Federal de Minas Gerais, “O educador deve estar preparado afetiva e intelectualmente para interferir nas situações em que os conflitos emergem”, porém o tema está sendo recentemente

discutido no país e muitos professores não têm formação nem conhecimento para mediar tais situações. Atualmente o Ministério da Educação oferece cursos de formação continuada, tanto na temática da diversidade quanto na da inclusão, para capacitar os docentes a enfrentar esses problemas. Só que segundo Gonçalves, “Combater o preconceito pressupõe reconhecer o outro na sua diferença e esse reconhecimento começa no próprio docente”, isto é, vai além de sua formação profissional. Já o cientista social, Paulo Neves, diz que “não basta a escola desenvolver um trabalho para os dias como o da consciência negra ou das mulheres se, no seu cotidiano, aqueles que pertencem a esses grupos são discriminados”. Cláudia Vianna compartilha desse pensamento e propõe analisar com os alunos as atribuições e significados dominantes estudando-se os veículos da comunicação.

Um dos pontos polêmicos apresentados pela pesquisa Fipe foi que as ações discriminatórias são um fator importante para o desempenho escolar dos alunos. Na Prova Brasil de 2007, concluiu-se que existe uma correlação negativa entre o conhecimento de ações discriminatórias e as médias dessa avaliação nas escolas.

A pesquisa mostra ainda que a ocorrência de agressões, simbólicas ou executadas, contra professores e funcionários é mais nociva ao desempenho escolar dos alunos do que quando essas ações ocorrem contra os próprios estudantes.

Continuando a análise desta CR, enfocam-se os aspectos visuais que a compõem.

É possível encontrar na CR textos visuais apelativos e de cores vibrantes. O intuito de se manter uma formatação estável é facilitar a identificação da revista pelo leitor, contudo, os autores de CR não abrem mão da criatividade (quando, por exemplo, inovam na forma como ilustram uma reportagem), fator imprescindível para chamar a atenção do leitor e levá-lo a consumi-la (SANDMANN, 2003).

As imagens ou fotos presentes em CR muito mais do que apenas ilustrá-las, espelham a ideologia de seus responsáveis, também auxiliando na divulgação da revista junto aos leitores e possíveis leitores (Idem, ibidem). Nas CR analisadas neste trabalho, as imagens de professor que as compõem refletem como esse profissional é visto e considerado pelo editorial da revista e, conseqüentemente, pela sociedade brasileira. Sobre a compreensão e interpretação das imagens que compõem um enunciado, Bakhtin afirma:

A imagem externa não deve ser tomada isoladamente em relação à criação literária; aí, certa incompletude do retrato puramente pictural se completa em toda uma série de elementos imediatamente contíguos à imagem externa, pouco acessíveis ou totalmente inacessíveis às artes plásticas: o andar, os modos, a expressão cambiante do rosto e de toda a imagem externa nesses ou naqueles momentos históricos da vida do homem, [...] em sua continuidade plástico-pictural (BAKHTIN, 2003, p. 33).

Essas observações dizem respeito à criação literária, à construção da personagem pelo autor. É preciso, a partir da sinalização dessa peculiaridade, demonstrar que o comentário de Bakhtin pode servir para outras formas de construção de imagens de pessoas, personagens da vida real, quando retratadas em imagens visuais.

Na CR “Professor sob júri popular”, é possível observar a presença de elementos verbais e visuais, que juntos formam um todo enunciativo. Inicia-se, esta análise pelos recursos visuais que a constituem.

A importância das cores na compreensão e interpretação de uma ilustração é salientada por Schopenhauer, quando este diz que

O fato de concebermos a cor como inerente a um corpo não modifica em nada a percepção imediata da cor, que precede o corpo [...]: a cor não é outro que o efeito, a condição determinada pelo olho e, como tal, existe independente do objeto, somente pelo intelecto (SCHOPENHAUER, p. 36-37 apud GUIMARÃES, 2004, p. 10).

As cores predominantes nesta CR são o vermelho, o amarelo e o verde, esta última, em três tons diferentes. A cor vermelha usada nos números que estão ‘dando nota’ à professora traduz a ideia de advertência e de poder. Por outro lado, essa cor também aparece na blusa da professora, mas, quando entra em contraste com o rosa e vem no formato de flores, traz outros significados à tona, como o romantismo e a feminilidade. Wittgenstein (p. 220 apud GUIMARÃES, 2004, p. 11) usa esta cor para explicar que o sentido da cor independe da imagem e que esta perdurará mesmo se a imagem for destruída: “um objeto vermelho pode ser destruído, mas o vermelho não pode ser destruído e por isso o sentido da palavra “vermelho” é independente da existência de um objeto vermelho”.

O amarelo, cor considerada mais volúmica, concreta e de maior luminosidade, empregada no título da revista e em subtítulos por toda a capa, contribui para uma melhor memorização da informação, contudo, ao se tomar um sinal de trânsito como exemplo, o amarelo torna-se sinônimo de alerta e atenção, enquanto que o vermelho é de perigo. O verde, cor que se opõe ao vermelho, aparece em três tons: o mais claro, usado como pano de fundo para o título da revista denota proteção e estabilidade; o tom usado abaixo do desenho da lousa traz esperança e calma; e o mais escuro, simboliza grandeza e virilidade. O jogo com os tons de verde, que remete tanto à claridade quanto à escuridão, não é apenas a presença e a ausência de luz: é a representatividade da oposição entre o que é positivo (mais claro) ao que é negativo (mais escuro) (GUIMARÃES, 2004).

Aparentemente, há uma tentativa de reconfortar o leitor por parte do autor da CR, ao passo que ameniza o conteúdo da manchete da revista com o uso de tons que transmitem serenidade. O efeito ofensivo e desconfortante ao leitor do enunciado “Professor sob júri popular” fica em segundo plano por conta das referidas escolhas de cores a serem empregadas nesta CR. Isso pode ser observado, especialmente, pelo fato de este enunciado estar escrito em letras preenchidas pela cor branca, que causa menos impacto do que se estivesse escrito em qualquer tom de vermelho, por exemplo. Todos esses significados são resultado de vibrações psíquicas que conduzem o leitor a interpretar as cores para além de seu efeito físico, uma vez que elas atingem a alma (KANDINSKY, p. 64 apud GUIMARÃES, 2004).

No canto superior esquerdo da capa, logo abaixo do título da revista, aparece o enunciado “Professor sob júri popular”, escrito na cor branca e com letras destacadas por serem maiores em relação ao conjunto e por terem fundo escuro. A posição da manchete chama a atenção do leitor, por estar localizada no topo esquerdo da página, pois, ao ler, o leitor percorre com os olhos a página num movimento de cima para baixo e da esquerda para a direita (DONDIS, 2007). Portanto, a manchete está colocada num ponto estratégico.

No pé da página, há placas com notas à professora. Os números aparecem em close e ganham destaque na capa, sendo maiores que o próprio título da revista. A cor vermelha, por ser uma cor forte, chama a atenção por denotar força e dinamismo (GUIMARÃES, 2004). Faz também referência à avaliação, ideias de ‘nota vermelha’, ou seja, ‘abaixo da média’, e à correção, ideias essas amplamente difundidas no meio escolar, tanto entre alunos quanto entre professores. Abaixo do

título, em letras menores, há três enunciados – subtítulos – que trazem consigo questões levantadas pela reportagem, e que, juntamente à manchete, reforçam uma construção discursiva que pretende instigar o leitor a ler a revista (SANDMANN, 2003). Além disso, para Guimarães (2004, p. 15, grifo do autor), “ao considerarmos uma aplicação intencional da cor, estaremos trabalhando com a informação “latente”, que será percebida e decifrada pelo sentido da visão, interpretada pela nossa cognição e transformada numa informação atualizada”.

Ao centro da página, há a imagem de uma professora, vestida com roupas delicadas, com um jaleco e segurando alguns cadernos ou livros. As cores na construção dessa imagem são claras e remetem a algo delicado, o que contrasta com as figuras das placas, apresentadas de forma assertiva e em primeiro plano. Nesta figura, pode-se observar que esta professora, posicionada à frente de uma sala de aula, recebe com espanto e decepção – o que pode ser observado por sua expressão facial – as notas apresentadas nas placas e que, provavelmente, estão sendo dadas por seus próprios alunos.

Essa inversão de papéis (alunos dando notas a professores) transporta o leitor e potencial consumidor da revista a uma realidade que lhe causa estranheza e que foge do comum. Com a utilização desses recursos estilísticos, o autor da CR consegue construir o todo enunciativo dela com criatividade e de modo a chamar a atenção do leitor e do possível leitor (Idem, ibidem).

Para Sandmann (2003), dentre os temas que podem interessar à propaganda está, entre outros, o aspecto jurídico, o qual é resgatado por esta CR por meio do uso do termo “júri popular”. Este termo, comumente relacionado a crimes considerados graves ou gravíssimos, aparece nesta CR, empregado no contexto educacional, denotando traço típico da interdiscursividade (BAKHTIN, 2006).

Interdiscurso é, para Silva, “um fenômeno constitutivo da produção do sentido e pode-se dar entre textos expressos por diferentes linguagens” (SILVA, 2002, p. 63). Faz-se presente neste enunciado à medida que aspectos oriundos do contexto jurídico e do educacional formam um único significante. As escolhas das formas linguísticas, no entanto, têm menos relevância para o locutor da mensagem do que a adequação desta ao contexto:

para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma lingüística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada. Para o locutor, a forma lingüística não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível (BAKHTIN, 2006, p. 94).

A combinação da linguagem verbal e visual desta capa é imprescindível para a compreensão do enunciado maior, a manchete da revista. Como a capa também anuncia a revista e procura atrair o leitor para o consumo mantém uma relação próxima com a publicidade, embora o foco sejam os fatos.

Para Sandmann, “as propagandas combinam em geral texto escrito ou falado com imagem”, e esta combinação de tipos diferentes de signos é perfeita para a linguagem da propaganda, que tem como características a emotividade, a conotação e a polissemia (SANDMANN, 2003, p. 20). Desta forma, entende-se que a linguagem usada nesta CR, ao servir-se de termos jurídicos, demonstra uma tentativa de persuadir o possível consumidor. No entanto, deixa de lado algumas das características dessa função da linguagem, tais como períodos interrogativos – presente apenas em um dos subtítulos da manchete –, verbos no modo imperativo, pronomes demonstrativos e advérbios de lugar (SANDMANN, 2003).

O aspecto semântico da polissemia também se faz presente no enunciado da manchete, mas especificamente na palavra “popular”. A polissemia está presente em um enunciado “quando a um significante correspondem vários significados aparentados” (Idem, ibidem, p. 75). No caso da palavra “popular”, podem-se fazer as seguintes interpretações: a) que o professor será julgado pelo povo (significado que vai ao encontro do primeiro subtítulo – “Por qualidade, gestores querem avaliar docentes”); b) que o professor será julgado por pessoas não qualificadas nem especializadas no assunto (sugerindo desaprovação deste ato pelo autor da capa – “O dilema: quais devem ser os critérios?”); c) que o julgamento do professor é feito com base no ‘senso comum’ (que também contrasta com o primeiro subtítulo); d) que o futuro do professor está nas mãos do povo, ficando ele à mercê das decisões tomadas por outras pessoas; entre outras.

Em todas essas opções, percebe-se uma tendência à redução do poder do professor. De acordo com Nóvoa (1999), o processo de exclusão do professor das funções sociais antes a ele atribuídas dá-se a partir dos anos noventa. Isso ocorreu

como tentativa de estreitamento dos laços entre Estado e país/comunidade. Desta forma, ao professor ficou destinado ao que Nóvoa (ibidem, p. 8) chama de “lugar morto”, e seu saber está sendo desvalorizado desde então.

A sua representação, em lugar de foto, é feita como se fosse uma caricatura: os traços mais relevantes são acentuados de modo a passar por um crivo crítico que nada tem de positivo. Além disso, essa representação de professor parece estar afinada com uma imagem que circula no contexto atual de anacronismo: figura estática, passiva, postura corporal rígida. A fisionomia da caricatura está deformada pela posição dos olhos e formato da boca, sendo que os primeiros estão proporcionalmente reduzidos em relação ao tamanho do rosto. A tentativa de reconfigurar a imagem de professor presente nesta CR contrasta com o conteúdo das reportagens internas, ao mesmo tempo em que corrobora os propósitos ideológicos da editora/revista. Para Dondis (2007), esta intencionalidade na escolha de imagens e palavras, para compor tanto uma CR quanto reportagens, é uma das características mais marcantes da linguagem publicitária.

A reportagem no interior da revista é de autoria de Henrique Ostronoff, formado em jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social Cáspero Líbero e que trabalha como repórter freelancer, com projetos editoriais e produção de publicações, tendo trabalhado no ano de 2009 para *Revista Educação*. Com estas informações, compreende-se que o lugar do qual o locutor fala, ou seja, o contexto de produção dos enunciados por ele divulgados, é diferente do público-alvo da revista, que se compõe, em sua maioria, de profissionais da educação. Há, portanto, um descompasso no que diz respeito ao que é enunciado ao interlocutor e ao que se pretende anunciar pelo enunciador. Com isso, dá margem para interpretações e atitudes responsivas que divergem das intencionadas pelo locutor do enunciado, o que pode acarretar prejuízos quanto a sua compreensão total (BAKHTIN, 2006).

Essa reportagem foi publicada no final de 2008, quando a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo promoveu um exame para professores temporários de sua rede de escolas, com intuito de classificar os docentes para a atribuição de aulas não preenchidas pelos professores efetivos em 2009, avaliá-los em relação à Proposta Curricular do Estado e verificar quais professores estavam mais aptos a ministrar os conteúdos de suas disciplinas.

O resultado dos exames mostraram que cerca de 1,5 mil professores ACTs (Admitidos em Caráter Temporário), dos níveis fundamental e médio, e 2 mil novos

concorrentes tiraram zero no teste de 25 questões. Esse fato tornou-se público e foi considerado pela sociedade como uma “nota vermelha” aos professores. Mesmo os responsáveis pelo concurso tendo reconhecido que houve muitas falhas administrativas, o caos foi instaurado na área educacional, pois muitos professores, embora defendessem a existência de avaliações, não concordaram com a divulgação dos resultados e, conseqüentemente, com a forma como foram julgados precipitadamente pela sociedade.

Retomando a análise da linguagem verbal apresentada na CR, de acordo com Ferreira (1977), a palavra “júri” significa comissão incumbida de avaliar o mérito de pessoas ou coisas e “popular” próprio do povo, ou seja, qualquer um pode julgar o professor, independente de sua classe ou formação e é usada neste contexto para ridicularizar o professor como se ele tivesse cometido algum crime ou algum delito. Diante dessa situação, o professor se sente fora do seu ambiente e de suas funções, conforme o título no interior da reportagem, “Um lugar incômodo” em letras garrafais itálicas e na cor vermelha, passando a ideia de desconforto, confirmada pelo subtítulo logo abaixo à direita, com o seguinte enunciado: “Deslocados de seu lugar de origem, professores passam de avaliadores a avaliados e colocam em questão a eficiência do procedimento; para gestores, avaliação de todas as variáveis é um parâmetro importante para a qualidade da educação”.

A análise dos subtítulos, que compõem a CR, também auxilia na melhor compreensão da mensagem que os autores da capa querem passar para seu público-alvo. O primeiro subtítulo presente nesta CR, “Por qualidade, gestores querem avaliar docentes”, reflete a ideia que atualmente as escolas são geridas como empresas, o que, por sua vez, leva seus gestores a aderirem a um sistema de avaliação para fins de promoção típico delas. Com a pontuação das avaliações em mãos, os gestores de empresas têm o poder de, por exemplo, demitir ou transferir seus funcionários. Contudo, os referidos gestores também passam por processos avaliativos, o que não ocorre no contexto escolar. No caso da educação, essas avaliações só são direcionadas aos docentes, como se eles fossem os únicos responsáveis pelos males do sistema.

No segundo subtítulo da capa, “O dilema: quais devem ser os critérios?”, percebe-se que os próprios responsáveis pelas avaliações dos docentes não estão seguros de como fazer as tais avaliações e acreditam que é aí que reside o problema. Para avaliar alguma coisa ou alguém, é preciso primeiro clarificar quais

são os critérios, os objetivos e a forma empregada para lograr êxito, fato que se comprova com o questionamento apresentado no interior da revista, por Maria do Rosário Longo Mortatti, professora livre-docente do curso de Pedagogia e Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Marília:

se o professor não tiver estabelecido para o seu trabalho docente determinados objetivos centrados em determinado parâmetro de eficiência, como um avaliador externo a esse trabalho pode esperar que o professor tenha atingido esses objetivos e, em caso negativo, pode decidir punir esse professor por ele não ter feito o que não pretendia fazer, ou premiá-lo por ter feito o que deveria ter feito, ou seja, ensinar para que seus alunos aprendam? (EDUCAÇÃO, 2009, p. 25).

A mesma professora argumenta que

O processo de avaliação é sempre limitado e pode acarretar mais problemas do que soluções, especialmente quando o 'objeto' de avaliação são sujeitos que não participaram da definição dos objetivos e com eles não concordam ou sobre eles não têm clareza suficiente, nem de suas consequências (Idem, ibidem, p. 24).

Já para Heloísa Lück, doutora em educação pela Columbia University e pela George Washington University, ambas nos Estados Unidos

a baixa qualidade da Educação Básica no Brasil é histórica e há diversos fatores que contribuíram para essa situação, como a falta de foco e a segmentação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, a sobrecarga de funções sociais da escola e dos seus professores e a precariedade material de grande número de unidades educacionais (Idem, ibidem, p. 25).

Para Lück, o professor é uma das figuras mais importantes na educação, visto que é através dele que acontece a interação do processo da aprendizagem, que os currículos das instituições formadoras de profissionais da educação não contemplam as competências necessárias para viver os problemas diários e que nenhuma

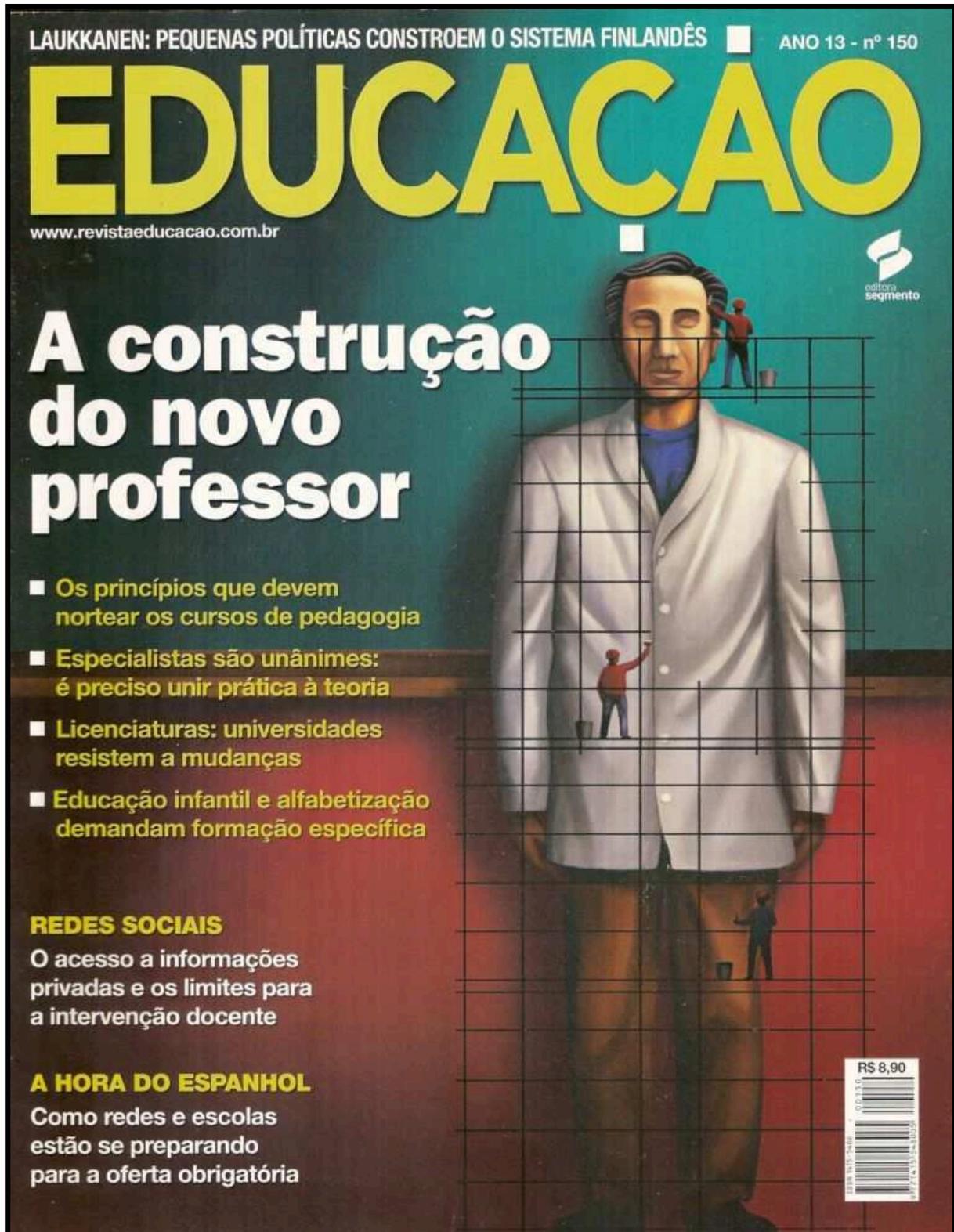
gestão atingirá o objetivo se não entender que o papel das avaliações é diagnosticar para prevenir e não denunciar como tem sido feita.

Na opinião do sociólogo Rudá Ricci, diretor do Instituto Cultiva, ONG voltada ao controle social sobre políticas públicas “várias pesquisas mostram que no Brasil os piores indicadores e resultados têm a ver com áreas e situações de risco envolvendo a família do aluno” (Idem, ibidem, p. 26). Desta forma, compreende que o professor não pode ser responsabilizado pelos baixos índices apresentados pela educação e que quem entende de educação é o formado em educação. Também comenta que as avaliações não atingem seus objetivos e que no Brasil, “achamos que o professor tem que saber de tudo da matéria mesmo sendo um péssimo professor” (Idem, ibidem, p. 27).

No terceiro subtítulo da capa, “Particulares defendem avaliação contínua”, dialoga com o subtítulo no interior da reportagem, “Pesquisa sobre a qualidade da educação mostra que docentes da rede pública são mais refratários à avaliação que os da rede privada” (Idem, ibidem, p. 24).

Diante desses enunciados e do que foi exposto até aqui, é fácil compreender porque as reações dos professores das redes pública e privada de ensino são tão diferentes: os docentes da rede particular recebem bem as avaliações para os professores, pois contam com total apoio dos órgãos em que trabalham e passam por constantes atualizações dentro da própria instituição de ensino, o que lhes dá certa tranquilidade. Em contrapartida, os professores da rede pública não possuem nenhuma infraestrutura de suporte no seu local de trabalho, além de não contarem com nenhum apoio para prosseguirem estudando, fatos que geram um clima de insegurança quando têm que ser avaliados.

Na sequência, há a análise da CR da *Revista Educação* de número 150.

4.2 Análise da Capa da *Revista Educação* nº 150Ilustração 2: Capa da *Revista Educação*, n. 150, ano 13, out. 2009.

Nesta capa, “A construção do novo professor”, a exemplo da CR anterior, há a presença de elementos verbais e visuais, que se complementam formando um enunciado único. A análise destes elementos se inicia pelos recursos visuais que constituem esta CR.

Diante dos estudos sobre a simbologia das cores, sabe-se que em cada uma delas há, internamente, uma oposição entre um sentido positivo e outro negativo, independentemente delas serem mais claras ou mais escuras (GUIMARÃES, 2004). As cores predominantes nesta CR são o vermelho-escuro, o verde-escuro e o amarelo. O tom de vermelho usado na metade inferior da capa simboliza o poder e a liderança, e, por provocar aumento no ritmo cardíaco de quem a vê, já é por si só algo chamativo e intenso. Já o amarelo, empregado no título da revista e em subtítulos por toda a capa, transmite energia ao mesmo tempo em que denota um estado de alerta, simbologia considerada por muitos estudiosos como tradicional (GUIMARÃES, 2004). Ao tratar de um assunto tão delicado como a formação do professor, para a CR. Contudo, ameniza o conteúdo com o uso do verde-escuro e do branco do título da manchete.

O enunciado “A construção do novo professor” aparece no canto superior esquerdo da capa, logo abaixo do título da revista, escrito em tipos maiores preenchidos pela cor branca. Sua localização foi determinada propositalmente, pois o leitor percorre a página com os olhos em um movimento que vai de cima para baixo e da esquerda para a direita (DONDIS, 2007). Desse modo a manchete será, provavelmente, a primeira coisa que ele irá ler ao se deparar com esta CR.

O emprego da palavra “construção” revela a edificação ou o surgimento de algo novo, neste caso, de um professor novo. Tenta-se com isso fazer com que a imagem clássica de docente seja apagada, dando lugar a uma figura que somente por ser construída como se fosse um edifício, um objeto concreto, estático e passivo, tem a oportunidade de permanecer no seu status quo. As grades que aparecem em primeiro plano na imagem parecem ser os andaimes da construção do tal novo professor.

No interior da revista o assunto é destacado com uma chamada principal em letras de forma bem grandes, na cor vermelha: “Raio X para novas práticas”. Em seguida, no subtítulo, em letras bem menores, há a explicação para o emprego da expressão “Raio X”:

Especialistas refletem sobre cursos de pedagogia e licenciaturas e propõem os princípios para atualizar a formação docente. Entre as sugestões, um consenso: é preciso aumentar o contato direto entre o futuro professor, as escolas em que atuará e os conteúdos a serem ministrados (EDUCAÇÃO, 2009a, p. 28).

Em outras palavras, segundo o autor não adianta o professor trabalhar sozinho, há a necessidade de se haver um trabalho conjunto entre escola, direção, gestores, familiares e quem mais interessar.

A análise dos subtítulos contribui para esta análise com relação ao melhor entendimento do que está sendo enunciado pela CR e pela reportagem veiculada pela revista. No primeiro subtítulo desta CR, “Os princípios que devem nortear os cursos de pedagogia”, a palavra “princípios” relaciona-se às regras, ou melhor, aos itens considerados imprescindíveis no direcionamento de cursos de formação docente. Ao compor o perfil do professor ideal, os especialistas que participaram desta reportagem deram-lhe características não humanas, como perfeição e exatidão. Além disso, para que o professor possua todos os atributos por eles sugeridos, e explicitados na página 29 desta revista, talvez não consiga viver a tempo de lecionar, pois, segundo os estudiosos, este deve passar a vida toda estudando e se especializando para desempenhar a função docente.

Avancini afirma que “a falta de formação ou a formação inadequada é capaz de impedir os avanços na qualidade do ensino” (EDUCAÇÃO, 2009a, p. 29). Os governos, estados e municípios estão se mobilizando para fornecer cursos para complementar e aprimorar a formação docente, com a esperança de sanar as mazelas e as práticas cristalizadas no tempo e que não surtem mais efeitos. Nas avaliações oficiais de docentes, em se tratando de números, é visível que a maioria dos resultados é desastrosa, e a cada divulgação deles para a sociedade, iniciam-se, novamente, discussões sobre a necessidade da reciclagem e capacitação docentes.

Para Fátima Cruz, coordenadora das Licenciaturas Diversas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a construção do “professor ideal” está ligada ao seu contexto histórico, geopolítico, a conjuntura socioeducacional e questiona: “Qual a formação docente e qual a estrutura política e social que, na prática pedagógica, explicitaria o tipo de ser humano e de sociedade que queremos?” (Idem, ibidem, p. 30).

É preciso que todos vislumbrem os mesmos objetivos, pois só assim poder-se-á chegar a um denominador comum, que satisfaça as necessidades tanto da escola quanto da sociedade. No entanto, embora a forma como a pedagogia de ensinar é repassada aos professores em pré-serviço, pelas universidades, tenha permanecido praticamente inalterada diante das mudanças nas relações sociais do homem nos últimos tempos, essas instituições não são cobradas pela sociedade, mas sim os professores.

Sobre o segundo subtítulo da capa, “Especialistas são unânimes: é preciso unir prática à teoria”, Rogério Córdova, professor do Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), afirma que “tem prevalecido no Brasil uma sobreposição dos conceitos de educação e pedagogia, na qual a primeira se apresenta como uma ‘prática social’ e a segunda como ‘a ciência da educação’” (EDUCAÇÃO, 2009a, p. 30). Ou seja, a educação é um fenômeno antropológico e sociológico pelo qual as sociedades transmitem seus costumes, sua cultura etc.; já a pedagogia consiste na prática educativa que acontece de forma planejada, sistemática, metódica e avaliada segundo objetivos específicos.

Para Maria José de Sena, presidente do Fórum de Pró-Reitores de Graduação de Universidades Brasileiras, “o professor de hoje precisa estar preparado para atender às exigências de uma realidade cada vez mais complexa, na qual o ensino, desde cedo, tem de estar em consonância com o avanço das novas tecnologias e demandas globais e regionais” (Idem, ibidem, p. 31). Diante dessa afirmativa, compreende-se que o professor precisa estar disposto a desempenhar vários papéis sociais, dentro do contexto escolar, além do de docente.

Mudanças nos projetos educacionais das escolas de Ensino Fundamental e Médio e nas Universidades é um assunto comum nos círculos de discussão sobre o sistema educacional brasileiro, mas, quando se inicia um debate sobre a formação docente, toca-se em uma das áreas mais sensíveis e suscetíveis de críticas do setor educativo. Segundo Nóvoa (1999), a contradição entre modelos de ensino tem como resultado igual contradição nos projetos de desenvolvimento profissional do docente. Ainda, para o autor, a formação de professores é assunto que tem estado em pauta, principalmente, nos últimos anos, devido ao fato de esta profissão estar em crise e não se vislumbrar perspectiva de superação para breve (Idem, ibidem). Para ele, os docentes apresentam sintomas como desmotivação pessoal, absentismo e

abandono da profissão, com muito mais frequência do que antigamente (Idem, *ibidem*).

Prosseguindo com a análise da reportagem constante do interior da revista, cuja manchete encontra-se na CR que já fora analisada nesta pesquisa, é importante que se caracterize o autor do texto, a fim de que se saiba de qual contexto de produção ele emite enunciados a seus interlocutores.

A reportagem foi escrita por Maria Marta Picarelli Avancini, mestre em História Social, jornalista formada pela Universidade de Brasília, colunista da *Revista Educação*, repórter de educação e temas sociais em São Paulo e em Brasília, e responsável pelo acompanhamento dos programas governamentais implementados em território nacional, e pelas análises e redação de matérias com base em estudos e pesquisas nacionais e internacionais.

A importância dessa reportagem se faz, segundo Avancini, porque, para ela,

A formação de professores é o tema da vez. À medida que o problema da qualidade da educação ganha centralidade – seja nas políticas, seja no debate público – fica evidente que, sem um investimento forte e consistente na formação dos profissionais que assumirão as salas de aula, especialmente a inicial, não se conseguirá produzir avanços na aprendizagem nem melhorar a qualidade da educação (EDUCAÇÃO, 2009a, p. 28).

Segundo Fátima Cruz, da Universidade Federal de Pernambuco, diante da precariedade dos sistemas públicos de ensino, espera-se que o professor possa suprir todas as falhas, sendo um profissional com inúmeras habilidades e competências. Para tanto, ela acredita que o currículo da formação inicial do docente tem que contemplar o básico, ou seja, o mínimo de conhecimentos para que o profissional possa desempenhar bem o que se espera dele, fato que não ocorre em grande parte das universidades brasileiras.

Na visão de Maria Malta Campos, da Fundação Carlos Chagas, os docentes só estarão preparados para exercer a função se tiverem dois tipos de conhecimento: dominarem os conteúdos que irão transmitir e conhecer os métodos de trabalhar esses conteúdos de acordo com cada faixa etária da educação. Para que isso ocorra, o docente precisa ter uma formação que lhe dê respaldo necessário, dentre os cursos citados por ela, estão os de pedagogia e de licenciatura, no geral.

O terceiro subtítulo da capa, “Licenciaturas: universidades resistem a mudanças”, está relacionado com a matéria no interior da revista, cujo título é “As Barreiras”, escrito em letras de forma e na cor vermelha, anunciando que existe um impedimento, e cujo subtítulo é o “Processo de mudança das licenciaturas encontra resistências na comunidade acadêmica”.

A palavra “Barreiras”, de acordo com Ferreira (1977), significa obstáculos, embaraço. Quando se trata de mudança, sempre aparecem barreiras, tendo em vista que mudar significa tornar-se diferente do que era (Idem, ibidem), sair da zona de conforto para enfrentar o desconhecido, o novo.

Os estudiosos chegaram a um consenso quanto à necessidade de se renovar os cursos de pedagogia, tarefa esta que não é fácil porque envolve toda infraestrutura do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica do país. Várias instituições públicas já começaram a rever seus currículos e as estruturas desses cursos, mas o processo é lento e complexo. As modificações aprovadas na resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), no ano de 2002, propuseram um modelo que enfatiza e valoriza a prática da docência, mas esse modelo encontra barreiras para funcionar nas universidades, pois em muitas delas, as licenciaturas estão num plano secundário.

Na Universidade de Brasília, segundo Isabel Montandon, coordenadora da Comissão de Integração das Licenciaturas, “a idéia é reconstruir o sentido da licenciatura em cada unidade” (EDUCAÇÃO, 2009a, p. 29). A Universidade de São Paulo segue a essa mesma linha de pensamento, e já modificou as licenciaturas: além de reorganização do currículo, pretende expandir a integração e a articulação entre as licenciaturas.

No quarto subtítulo da capa, “Educação infantil e alfabetização demandam formação específica”, compreende-se que o currículo dos cursos de formação são de fundamental importância, porque compõem as estruturas pertinentes à formação inicial do docente para desempenhar o que lhe for proposto e atuar em várias etapas. Mas, infelizmente, nos anos iniciais e na educação infantil, os conteúdos específicos não estão sendo contemplados nos currículos, o que leva a pesquisadora Maria Malta Campos, da Fundação Carlos Chagas, perguntar: “como esperar que as creches e pré-escolas desenvolvam um trabalho significativo, se seus professores não sabem como fazê-lo e nem por onde começar?” (Idem, ibidem, p. 32). Ela considera que primeiro deve-se distinguir o perfil dos professores, pois a

educação infantil e os primeiros cinco anos do ensino fundamental requerem um professor polivalente e capaz de lidar bem com cada faixa etária e com as diversas situações que acontecem em sala de aula. Daí a importância de os cursos de pedagogia e licenciatura enfatizarem os conteúdos a serem trabalhados nas escolas e também os métodos para se trabalhar tais conteúdos.

Dando prosseguimento à análise desta CR, prossegue-se com considerações acerca dos subtítulos que a compõem, bem como suas relações com a reportagem no interior da revista.

Na parte superior esquerda, e abaixo do nome “Educação”, encontra-se o endereço eletrônico da revista em letras brancas e do lado direito, na mesma direção, está o logotipo da Editora Segmento, também na cor branca. Na parte superior esquerda da capa e em cima do nome da revista, encontra-se o enunciado “Laukkanen: Pequenas políticas constroem o sistema finlandês”, em letras brancas e em tamanho menor que o das letras da chamada principal. Este enunciado incita o leitor a inferir que na Finlândia a educação possui pequenas ações ou políticas que estão construindo, juntas, um sistema educacional de sucesso. Isso se comprova no conteúdo da reportagem do interior da revista, em uma entrevista feita pela jornalista Beatriz Rey com o membro do Conselho Nacional de Educação finlandês, Reijo Laukkanen, que será analisado mais adiante.

O título da entrevista, “Ações articuladas”, relaciona-se com o enunciado da capa, pois se pode inferir que a reportagem tratará das medidas, das atitudes em parceria e em comunhão com os segmentos envolvidos no assunto. Isso é corroborado na explicação do subtítulo no interior da entrevista: “Membro do Conselho Nacional de Educação finlandês credita o sucesso do país no setor à percepção de que o ensino é um fenômeno complexo, que depende de muitas variáveis”.

Segundo a reportagem, o parlamento da Finlândia aprovou em 1968 um novo modelo educacional chamado *School System Act*, com o objetivo de universalizar o acesso ao ensino e elevar sua qualidade. Passados quarenta anos, o governo finlandês colhe os frutos dessa mudança interativa na educação, por meio dos resultados alcançados no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). Mais um feito pode ser somado a essa história de sucesso: os alunos finlandeses conquistaram o primeiro lugar da prova da Organização para a Cooperação e para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), na qual são avaliadas as habilidades

desenvolvidas pelos dos estudantes do ensino secundário, com 15 anos de idade. Entre as políticas estabelecidas para o sucesso do referido sistema, destacam-se a autonomia do professorado, escolas e municípios, e o alto nível de exigência para formação docente.

Para Reijo Laukkanen, a integração e o bom funcionamento das políticas educacionais foram fundamentais para o sucesso do sistema finlandês, porque nenhuma política educacional pode funcionar e obter êxito isoladamente. Cada setor tem que cumprir bem a sua parte, independente do partido ao qual sejam filiados, afirma. No Brasil, como não se tem uma política de integração educacional, todo o fracasso da educação recai sobre o professor.

Sobre avaliar o corpo docente, Laukkanen diz que não há necessidade, porque os professores sabem o que fazer, e essa relação confiança (entre professores e gestores) foi construída ao longo dos anos, por meio do aumento do nível de formação docente; todos os professores possuem diploma de mestrado. No entanto, apesar de terem autonomia para trabalhar, precisam seguir um currículo mínimo. Laukkanen afirma que quando se quer melhorar o desempenho dos alunos em qualquer faixa etária, é preciso que se dê suporte para aqueles que têm mais dificuldade de aprendizagem, pois eles sempre vão existir. Hoje em dia, na Finlândia, a sociedade respeita a educação e os professores, prova disso é o alto índice de jovens que querem construir carreira como docente. Esse interesse pela profissão tem três motivos: o primeiro, por conta do respeito histórico que há pelo professor; o segundo, porque ser professor é ter realmente uma profissão; e o terceiro, porque os professores têm um histórico acadêmico, devem ter mestrado para ensinar. Esses três fatores juntos fazem com que a profissão de professor seja disputada na Finlândia.

Conclui-se, portanto, que na Finlândia há uma articulação muito forte entre todas as políticas educacionais. Não se pode dizer, dessa forma, que somente a formação de professores é a chave do sucesso deles, mas sim a união de várias políticas pequenas que construíram esse sistema. De modo ilustrativo, pode-se dizer que a educação finlandesa é como um castelo construído de cartas de baralho: quando se tira uma carta, todas desmoronam e o castelo se desfaz.

Prosseguindo esta análise, tratam-se dos dois subtítulos localizados do lado esquerdo inferior da CR, escritos em letras amarelas, e suas respectivas explicações, em letras brancas.

O primeiro subtítulo que está do lado esquerdo inferior da capa tem o seguinte enunciado “Redes sociais – O acesso a informações privadas e os limites para a intervenção docente”, o qual remete o leitor à internet. As referidas redes sociais são ambientes virtuais frequentados por indivíduos cujo principal objetivo é criar relacionamento com outros indivíduos. Funciona como uma comunidade onde as pessoas que possuem alguma afinidade entre si organizam-se em grupos para compartilhar suas ideias e experiências. Essas redes têm adquirido importância crescente na sociedade moderna. Um ponto em comum, dentre os diversos tipos de redes sociais, é o compartilhamento de informações, conhecimentos, interesses e esforços em busca de objetivos comuns. A intensificação da formação das redes sociais, nesse sentido, reflete um processo de fortalecimento da Sociedade Civil, em um contexto de maior participação democrática e mobilização social.

A informação complementar ao subtítulo, “O acesso a informações privadas e os limites para a intervenção docente”, leva o leitor a inferir que o uso das redes sociais privadas podem melhorar o processo de comunicação, embora, ao mesmo tempo, denote certo perigo, visto que nem todas elas são confiáveis, e pelo fato de já se terem históricos de vazamento de informações pessoais dessas mesmas redes.

As polêmicas sobre a privacidade dos usuários no Facebook, por exemplo, levaram a um acordo entre o governo dos Estados Unidos e os administradores dessa rede social. A partir de agora, o governo terá acesso às informações contendo dados dos usuários e registros do sistema, que serão auditoriados durante 20 anos. A medida foi adotada após o acordo realizado com a Federal Trade Commission (FTC), órgão ligado ao governo norte-americano. O fato que motivou o acordo foi o problema causado pela violação de privacidade dos usuários que surgiu após as últimas implementações da rede social. Mark Zuckerberg, fundador do Facebook, admitiu em seu blog oficial que alguns erros foram cometidos, o que acarretou na divulgação de dados confidenciais. Disse ainda que estava "comprometido em fazer do Facebook o líder em transparência e controle de privacidade (pelo usuário)".

No interior da revista, a reportagem traz como título o enunciado “Zona Cinzenta”, escrito com letras garrafais e na cor preta, contrastando com o fundo da página em amarelo escuro. Essa combinação representa um sinal de alerta para o perigo que emerge diante do acesso irrestrito às redes sociais. Acentua-se essa preocupação quando aparecem logo abaixo do título os dizeres: “O que pode mudar

na postura de educadores ante o acesso irrestrito às informações públicas e privadas de seus alunos por meio das redes sociais”; e a imagem, tendo ainda a página amarela como fundo, de uma adolescente diante do computador envolta pela cor marrom escuro, o que se infere representar o perigo que a cerca.

Esta reportagem é de autoria da jornalista Rachel Bonino, formada pela faculdade Cáspero Líbero. Ao fazer uso da palavra “cinzenta”, a autora tenta mostrar a obscuridade que cerca a exposição de qualquer pessoa, principalmente dos alunos, às redes sociais. Segundo a professora Marta Diogo, entrevistada por Bonino, no ambiente das redes sociais não existem éticas; é um local sem hierarquia, no qual o professor não é o centro das atenções, o que acaba refletindo as práticas de dentro das escolas. Nesse quase anonimato, os professores podem ter acesso a informações que jamais chegariam à sala de aula e da mesma forma, os alunos também têm acesso a qualquer tipo de informação. A conscientização para o bom uso dessas redes se faz necessária, visto que a violência virtual avança na mesma velocidade que a tecnologia.

Uma pesquisa desenvolvida pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla), em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal (Sedf-GDF), constatou que dos 10 mil jovens ouvidos, mais de um terço (36,5%) afirmam já ter sofrido ciberviolência, e 17,3% já o praticaram. A pesquisa também constatou que poucos educadores já refletiram sobre o assunto para poder orientar os alunos para que usem a internet com segurança. Para a advogada Patrícia Peck, especializada em direito digital, “O compartilhamento de informações deu origem a uma solidariedade digital, que pode ser muito perigosa. Assim, a partir do momento que o professor tomou contato com um caso ilícito, ele não tem mais posição isenta, [...] e em casos de desvios de conduta, [...] a melhor atitude que o docente pode tomar é orientar para uma postura mais adequada ao aluno usando a mesma ferramenta virtual”. Também, a atitude do professor não pode deixar brechas para interpretações equivocadas sobre assédio sexual ou pedofilia. O professor deve deixar claro para os alunos, que mesmo uma brincadeira de mau gosto na internet, gera responsabilidade para o seu autor.

Segundo a professora Cristiana Mattos Assumpção, do Colégio Bandeirantes, em São Paulo, “Antes de orientar, professor e escola precisam eles próprios serem orientados. Por isso, há quatro anos, o Colégio Bandeirantes (SP) pediu apoio ao escritório da Dra. Patrícia Peck, especialista em direito digital, para estruturar uma

cartilha sobre o tema. [...] Num primeiro momento, a cartilha foi distribuída para todos os funcionários [...]. Depois, foram organizadas palestras para os pais. [...] Ao final de cada período letivo, Patrícia faz uma palestra de fechamento para tirar as dúvidas dos alunos. [...] Assim, “Os professores estão mais confortáveis para falar sobre o assunto com a direção e com os próprios alunos. “Os casos que apareceram até agora foram solucionados tranquilamente”, diz a coordenadora.

Portanto, segundo a reportagem, na medida do possível, devem-se usar as configurações de privacidade para controlar a visibilidade de informações contidas em redes sociais e procurar configurar os perfis como privativos, de forma que somente amigos possam visualizá-los.

O último subtítulo da capa, que está no canto inferior esquerdo, “A hora do espanhol”, está escrito em letras amarelas, e indica que agora chegou a vez do idioma espanhol entrar para a grade curricular, conforme complementa o enunciado que vem em seguida: “Como redes e escolas estão se preparando para a oferta obrigatória”, escrito na cor branca e com letras menores.

O governo federal aprovou em 2005 a Lei nº 11.161 – popularmente chamada de “Lei do Espanhol” –, que tornou obrigatória a oferta, por parte das escolas, do idioma no Ensino Médio, e facultativa no Ensino Fundamental, em decorrência dos acordos diplomáticos entre os países do Mercosul. No entanto, como na época, as escolas não tinham condições para atender tal demanda, o presidente em exercício estabeleceu um prazo de cinco anos para que as escolas pudessem se preparar e as faculdades tivessem o tempo necessário para formar os profissionais dessa área.

A reportagem no interior da revista traz o título “A hora do espanhol (será mesmo?)”, sendo que a parte fora dos parênteses está escrita na cor preta e em letras maiores, passando a ideia de seriedade, de poder e de determinação, contrastando com a expressão “Será mesmo?”, escrita na cor amarela e com letras do mesmo tamanho das primeiras, gerando incerteza quanto à afirmação inicial. Ou seja, ao mesmo tempo em que se pode inferir que chegou a hora de se estudar espanhol no Brasil, também se questiona se isso realmente ocorrerá em todo o país ou só constará no papel, como um projeto de lei assinado e cumprido somente em alguns colégios. Outro ponto que se destaca na construção do sentido desse enunciado é a imagem de Dom Quixote, personagem que representa o marco da literatura espanhola, com a vestimenta na cor azul com detalhes vermelho, rosa e preto, tomando o papel do professor (ensinando o significado de símbolos e algumas

palavras em espanhol), e localizado diante de uma lousa de cor verde com as bordas em amarelo e preto. Essa imagem fictícia remete o leitor ao ensino também fictício da disciplina na maioria das escolas brasileiras.

O enunciado “Legislação federal torna obrigatória no ensino médio brasileiro, a partir de 2010, a oferta da língua que tem mais de 500 milhões de falantes em todo o mundo; idioma ainda parece distante da maioria das salas de aula”, demonstra ao leitor que apesar do prazo dado, tanto para as escolas se prepararem quanto para formação dos professores pelas faculdades, o espanhol ainda está longe de ser considerado como uma disciplina obrigatória em todo o Brasil. Segundo o autor da reportagem, o jornalista e repórter Diego Braga Norte, atualmente o espanhol é o idioma mais usado nas Américas, é o segundo em importância depois do inglês e é uma das quatro línguas mais faladas no mundo. Além disso, é a primeira língua mais exigida pelas empresas nos Estados Unidos e a segunda no Brasil, de acordo com o levantamento da Manager Assessoria. As empresas espanholas no Brasil – como Telefônica e Santander –, têm interesse em promover o idioma e o conhecimento da cultura espanhola. Por outro lado, o próprio governo federal admite que seja impossível a implantação dessa disciplina em 100% das escolas.

De acordo com Maria Eveline Villar Queiroz, coordenadora-geral de Ensino Médio da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, “o trabalho de implantação na rede pública não é fácil: além do déficit de professores, há a questão da escolha e da compra do material didático e do planejamento da grade curricular”. No Estado de São Paulo, a situação está complicada: o Conselho Estadual de Educação, por meio da Deliberação nº 77/2008, já incorporou a “Lei do Espanhol”, mas ainda não há nada que regule seu pleno funcionamento.

Para a professora de espanhol do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Fernanda dos Santos Castelano Rodrigues, “os governos estaduais estão se mexendo pouco para realmente implementar o espanhol”. Há vinte anos atuando como professora de espanhol na Unesp de Assis, no interior paulista, a chilena Ester Myriam Rojas Osório “lamenta que no Brasil, país ‘líder político na América Latina’, o ensino de espanhol esteja tão atrasado”. Outro ponto que causa polêmica é o material didático para ensino do idioma. No Estado de São Paulo não existe nenhum movimento sobre o assunto, dessa forma, os professores têm elaborado suas próprias apostilas para trabalhar com os alunos.

Segundo Maria Eveline, do Ministério da Educação, a partir de 2012 serão entregues os livros de língua estrangeira moderna, inclusive os de espanhol, para todos os alunos do Ensino Médio. Afirma, ainda, que haverá programas federais de intercâmbio entre o Brasil e alguns países, bem como um projeto da embaixada da Espanha para fomentar a formação de professores, por meio da instalação de centros de recursos didáticos.

É possível observar ao analisar esta CR, sua manchete e subtítulos, que esta trata de diversos assuntos relacionados à área da educação. As chamadas presentes nesta CR dialogam entre si e com a manchete, tendo como tema central o sucesso escolar. Do mesmo modo, os enunciados que compõem a CR relacionam-se com os conteúdos das reportagens internas.

De acordo com a entrevista de Laukkanen, o sucesso escolar somente se concretizará quando existir uma efetiva integração de uma série de políticas educacionais públicas e privadas e o professor tiver mais autonomia. Em outra reportagem, é afirmado que este mesmo professor também deve estar preparado e ser receptivo ao “novo”, o que significa a ele estar em um constante processo de aquisição e de construção de novos conhecimentos, por meio de cursos e capacitações que visam a uma práxis pedagógica condizente com a realidade escolar contemporânea do discente. Outro fator que não deve ser ignorado quando se discute o processo de formação docente, e discutido em outra reportagem da revista, é a presença marcante das novas tecnologias, em especial da internet e das redes sociais que hospeda nos atos comunicativos da sociedade atual. Nesta reportagem postula-se que cabe ao professor compreender tais tecnologias para se tornar mais próximo da realidade dos seus alunos. Em outra reportagem que integra esta revista, discute-se o ensino da língua espanhola no Brasil, obrigatório para o Ensino Médio e facultativo para o Ensino Fundamental. Esta discussão mostra-se relevante nos dias atuais visto que muitas escolas ainda não se adequaram a essa determinação, por conta ou do déficit no número de professores desta área do ensino ou da falta de ação dos governos estaduais em relação à implantação de políticas educacionais que viabilizem o ensino da referida disciplina.

A imagem do professor sendo construído, veiculada na CR, corrobora o postulado em todas as reportagens internas: é incumbência do profissional da educação solucionar os problemas referentes ao insucesso escolar, sendo mais receptivo ao novo, estudando mais, aprendendo a lidar com os novos recursos

tecnológicos e estando sempre atualizado sobre as novas tendências e teorias educacionais. Dessa forma, implicitamente há um conjunto de vozes, que ecoam as intenções dos autores das reportagens, dos idealizadores da CR e dos responsáveis pela editora, e que, de certa forma, culpabilizam o professor pelas mazelas na educação brasileira. Devido ao fato de o tema central desta edição da *Revista Educação* ser atual e polêmico, ela se encaixa perfeitamente nos persuasivos moldes do discursivo publicitário (SANDMANN, 2003).

4.3 Análise da Capa da *Revista Educação* nº 162Ilustração 3: Capa da *Revista Educação*, n. 162, ano 13, out. 2010.

CECILIA BAJOUR: A BIBLIOTECA É UM ASSUNTO DE TODA A ESCOLA

ANO 13 - nº 162

EDUCAÇÃO

www.revistaeducacao.com.br

ENSINO MÉDIO
O que diversos países estão fazendo para evitar a evasão

IDEB
O desafio dos municípios para manter a evolução conquistada

UMA CARREIRA DOS SONHOS...

Pode ser que a vida de professor não o leve a Hollywood. Mas, com planejamento e formação contínua, é possível obter realização profissional. E até mesmo ser bem remunerado

RS 8,90

EJA: AS ESTRATÉGIAS DAS ESCOLAS PRIVADAS PARA ENSINAR JOVENS E ADULTOS

A atual era da informação faz com que a vida gire em torno de conhecimentos que perpassam as diversas formações sociais, nas quais o destinatário é considerado como parte integrante do processo comunicativo e, por conta disso, é despertada uma atitude responsiva nesse destinatário (BAKHTIN, 2003). Para Sandmann (2003), a linguagem publicitária, que precisa vender produtos, tem como primeiro e maior desafio prender a atenção desse destinatário. Para tanto, o emissor lança mão de vários recursos existentes na língua. A compreensão da intencionalidade presente na CR ora analisada só é possível quando se colocam em evidência os detalhes da sua composição.

Esta capa também segue o padrão utilizado pela *Revista Educação*, com a palavra “EDUCAÇÃO”, destacada na parte superior da capa de um canto ao outro, em letras garrafais e grafadas na cor amarela. Diferencia-se das demais por conta de a manchete estar situada na parte inferior da capa, em primeiro plano, escrita com letras preenchidas com a cor branca e intercalando algumas em tamanho grande e outras em tamanho pequeno, o que transmite a ideia de instabilidade e de movimento ao leitor. Abaixo do nome da revista e do lado esquerdo desta CR encontram-se os subtítulos, grafados em letras menores nas cores amarela e branca. A exemplo das demais CR analisadas, esta capa é constituída de elementos que exploram as linguagens não-verbal e verbal.

Esta primeira parte da análise inicia-se pelos recursos não-verbais presentes nesta CR. As imagens nela utilizadas facilitam a compreensão dos textos e ajudam a identificar alguns traços ideológicos deste veículo de informação. A importância do uso de elementos não-verbais na constituição de um enunciado, neste caso a CR, é lembrada quando Dondis (2007, p. 7) afirma: “ver é uma experiência direta, e a utilização de dados visuais para transmitir informações representa a máxima aproximação que podemos obter com relação à verdadeira natureza da realidade”. Diante disso, sabe-se que um dos fatores que compõem as ilustrações e influenciam na sua composição são as cores, as quais não são escolhidas à esmo, estando sempre carregadas de informação e de significados simbólicos.

Sobre a importância das cores na formação dos significados presentes em uma CR, Guimarães afirma:

Mesmo que escondida no conjunto que é recebido quando se vê ou se lê uma capa de revista, a cor contribui na formação da informação e, muitas vezes, é ela que organiza ou contextualiza o conjunto ou cria a predisposição do leitor para receber aquele exato conteúdo (GUIMARÃES, 2004, p. 130).

As cores predominantes nesta CR são o vermelho, o azul, o amarelo e o branco. A cor amarela está presente nas letras que compõem o título da revista e os subtítulos da reportagem, e transmite ao destinatário convicção, descontração, sendo esta cor também relacionada à prosperidade e ao otimismo, empregando certa energia nas palavras por ela coloridas. A cor azul, usada em tom escuro e forte, destaca uma parede usada como pano de fundo do cenário construído para ilustrar essa CR. Sabendo-se que “Cada olho vê uma imagem de um ponto de vista diferente do outro, e por conta disso, possui um campo visual ligeiramente diferente”, têm-se a noção de volume. No caso da cor azul, ao olho ela é a cor mais plana e mais fluídica (GUIMARÃES, 2004, p. 28). O tapete vermelho, que cobre toda a escada, denota sentimentos como orgulho, poder e o desejo, neste caso, o desejo do professor em ser famoso e reconhecido, ao mesmo tempo em que têm ares agressivos e passionais (GUIMARÃES, 2004). O uso deste elemento também remete o leitor ao prêmio “Oscar”, que ocorre há quase quarenta anos em Hollywood, nos Estados Unidos. Isso é comprovado pelo fato de o enunciado do subtítulo, localizado abaixo da manchete, ser “Pode ser que a vida de professor não o leve a Hollywood.”. Em suma, o que se observa é que o professor assume nesta CR um papel de estrela de cinema, o que lhe confere fama, poder e dinheiro, bem diferente da realidade vivida pela maioria das pessoas que optam por esta profissão.

Outro fator, além da escadaria coberta por um tapete vermelho, reforça essa imagem de professor glamouroso: na ilustração há um professor subindo as escadas sob a luz de um enorme holofote. Normalmente, este tipo de iluminação é usado quando se tenta chamar atenção ou destacar algo, o que, no caso do professor, seria o mesmo que dizer que para ser reconhecido e obter sucesso profissional este deve “aparecer” para a sociedade, pois somente dessa forma ela lhe conferirá um “Oscar”. No entanto, pode se observar, também, que o professor não está sozinho nesta imagem: há ao longo da escada várias personagens trajadas para uma festa, e ele não se encontra centralizado, ou no todo da escada, e sim ao final, como se ainda estivesse galgando os degraus para o reconhecimento de seu papel na

sociedade. Essa imagem será explorada mais adiante. Percebe-se, resumidamente, que há uma tentativa do autor, portanto, em relacionar a profissão de professor a uma vida de encantos, glamour e riqueza.

As imagens que compõem esta CR nos remetem, também, ao Teatro de Revista, através do qual cenários fantasiosos e multicoloridos superexploravam a realidade e exibiam corpos vestidos de roupas exóticas e sensuais; é uma tentativa de agradar um segmento da sociedade que não se interessa por cinematográfico.

O termo Revista está associado a um gênero de teatro de gosto popular dos meados do século XX, e consistia, naquela época na apresentação de números musicais sensuais e de comédias leves com críticas sociais e políticas. Desse modo, colocava-se como veículo de difusão de modos e costumes da época, além de estimular o riso através de falas irônicas e de duplo sentido, canções apimentadas e hinos picarescos, sempre com o reforço do apelo visual. Esses elementos, que compunham os Teatros de Revista podem ser observados nesta CR por conta do uso de tons exagerados e de uma imagem composta por vários elementos, chegando a parecer deveras exagerada ao leitor.

A composição da capa “Uma carreira dos sonhos...” é feita, como já dito, por meio de elementos que exploram as linguagens não-verbal e verbal. Segundo Aguiar, o ser humano,

para viver em sociedade, cria um arsenal de códigos, que se cruzam e atendem às suas necessidades de sobrevivência, de satisfação afetiva e intelectual, de intercâmbio com os outros homens. À medida que troca mensagens, altera os códigos e os adapta à nova realidade, transformando o ambiente ao seu redor (AGUIAR, 2004, p. 23).

Compreende-se, portanto, que todo ato comunicacional só existe de verdade se todos os elementos que o compõem, tais como emissor, mensagem e receptor, funcionarem apropriadamente. O entendimento dos enunciados passa pela compreensão dos signos ideológicos neles existentes, pois estes trazem consigo o posicionamento de alguém diante do mundo. No caso desta CR, o autor parte do pressuposto de que a relação profissional não só implica dinheiro e qualificação, mas também outros aspectos, que são reforçados por sua constituição: o idealismo, a fama, o reconhecimento, dentre outros.

O título da reportagem principal, “Uma carreira dos sonhos...”, aparece no canto inferior esquerdo desta CR, escrito na cor branca e em letras maiúsculas de tamanho grande e pequena. O emprego de reticências demonstra certa instabilidade, o que também se comprova pelo artigo indefinido “Uma”, e deixa à cargo do leitor a construção plena do seu sentido. A palavra “carreira” denota o significado de profissionalização do professor, ou seja, traz o conceito de carreira (do mundo corporativista) para o contexto escolar. Ser professor é ainda nos dias de hoje visto por muitos como sacerdócio e não como profissão, portanto não é digno de ter uma carreira. A dissonância entre as imagens, o título e a real situação do profissional da educação foi criada com o intuito de ridicularizar o docente e de aguçá-lo a curiosidade do leitor. A expressão “dos sonhos” aparece como sinônima ao fato de se ter ilusões e de se esperar para que algo aconteça em longo prazo.

Este enunciado está localizado em uma posição favorável à leitura, pois, segundo Dondis (2007), o leitor realiza sua leitura em um movimento que percorre a página de cima para baixo e da esquerda para a direita. É complementado pelo enunciado principal no interior da reportagem, “Caminho da Realização”, que expõe ao leitor que as dificuldades de se ser professor, ou seja, cria o significado de que para se seguir o sonho de ser professor é necessário muita persistência, e que, para se ter reconhecimento, é preciso força e coragem para galgar um longo e dificultoso caminho. O fato é que o senso comum na atualidade apregoa que ser professor não é se ter uma carreira dos sonhos propriamente dita para a maioria desses profissionais, o que se reflete na observação de uma grande falta de profissionais na área da docência. Por outro lado, o autor desta CR preferiu investir no imaginário de alguns professores, que sonham um dia serem valorizados e tratados de forma justa pela sociedade.

Abaixo do título, em letras pequenas, há um enunciado – subtítulo da reportagem – que traz consigo uma mensagem aos profissionais da educação, servindo-se da linguagem da propaganda, que, conforme Sandman (2003), tem como objetivo prender a atenção do leitor e instigá-lo a querer comprar a revista e, conseqüentemente, ler a reportagem, uma vez que o destinatário vive num campo repleto de estímulos.

Quase ao centro, na parte inferior da página, há a imagem de um homem, vestido com um terno marrom claro e segurando uma pasta, assemelhando-se à imagem de um executivo. A cor clara de suas vestimentas remete à simplicidade.

Nesta figura, este homem representa o professor, que recebe de ‘braços abertos’ todos os encantos, glamour e riqueza que, segundo a CR, estariam destinados a ele se este souber planejar e trilhar o caminho certo profissionalmente. Além disso, a imagem deste homem recebe na figura um feixe de luz, destacando sua passagem pelo tapete dentre as outras figuras que compõe a ilustração, embora ele não esteja no centro da figura e apareça de forma mais recuada, em relação aos demais personagens, à esquerda e nos degraus inferiores da escada.

O contexto sócio-histórico é muito importante para que se realizem análises de enunciados e, no olhar bakhtiniano, é a partir do conhecimento de mundo que a pessoa tem por meio da linguagem, que ele se constitui como sujeito (BAKHTIN, 2003). O transporte do leitor e potencial consumidor da revista a um mundo maravilhoso e de riqueza, muito valorizado na sociedade atual, é a forma escolhida pelo autor desta CR para incentivar o leitor a adquirir a revista. Além disso, como a *Revista Educação* está associada a uma editora que visa o lucro para poder sobreviver no mercado jornalístico, todos os aspectos que constituem a referida CR, tanto os verbais quanto os não-verbais, são empregados intencionalmente.

A segunda parte desta análise trata da linguagem verbo-visual da chamada principal desta CR, bem como os subtítulos e o artigo correspondente a ela e presente no interior da revista. Os subtítulos “Ensino Médio” e “IDEB”, localizados na parte superior esquerda, não foram analisados neste trabalho por não fazerem parte da reportagem principal.

Enunciado é algo que se realiza no discurso como atividade de linguagem ininterrupta, a fim de atender aos objetivos sociais de comunicação (CARDOSO, 2010); é “um todo de significação” e não apenas uma frase (FIORIN, 1999, p. 30). O título, pois, desta CR, compõe um enunciado, bem como o subtítulo e todas as outras chamadas de reportagens. Por detrás do enunciado, neste caso do título das reportagens, o qual num primeiro momento parece criado inocentemente, há um elo invisível com formas discursivas repletas de intencionalidade, pois se sabe que cada palavra emitida “é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém” (BAKHTIN, 2003, p. 113), e que “qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 280), o que confere aos diferentes tipos de texto, verbais e não-

verbais, a possibilidade de serem reconhecidos pelos falantes desta ou daquela língua.

Em seus estudos sobre os enunciados e o dialogismo, Bakhtin leva em consideração tanto as esferas comunicativas quanto os contextos sócio-histórico-culturais e ideológicos de produção da linguagem (PINHEIRO, 2010). Diante dessa perspectiva, a língua passa a ser vista como “um fenômeno cultural, histórico, social e cognitivo que varia ao longo do tempo e de acordo com os falantes”, e a ser considerada como “uma forma de ação com a qual podemos interagir com nossos semelhantes” (MARCUSCHI, 1996, p. 71-72).

O subtítulo que completa as informações da chamada principal da capa é composto por três orações e está localizado no primeiro plano da capa em letras pequenas e na cor amarela.

Na frase “Pode ser que a vida de professor não o leve a Hollywood”, de acordo com as escolhas linguísticas do autor, tais como *Pode ser que*, mas e até mesmo, o autor se vale de modalizadores, ou seja, elementos linguísticos usados na técnica de argumentação para indicar intenção, sentimentos e atitudes do locutor com relação a seu discurso. Os discursos são permeados de informações que nos chegam através de recursos linguísticos e essas informações fazem de cada ato enunciativo um conjunto de elementos que nos levam a inferir significados. Os modalizadores também servem para estabelecer diálogo com o destinatário, na tentativa de aproximar a realidade por ele vivida e o tema em discussão na reportagem da capa da revista.

Segundo Bronckart:

As modalizações têm como finalidade geral traduzir, a partir de qualquer voz enunciativa, os diversos comentários ou avaliações a respeito de alguns elementos do conteúdo temático [...]. Portanto, as modalizações pertencem à dimensão configuracional do texto, contribuindo para o estabelecimento de sua coerência pragmática ou interativa e orientando o destinatário na interpretação de seu conteúdo temático (BRONCKART, 2009, p. 330).

A expressão *Vida de professor* nos leva a inferir “uma vida de simplicidade”, com muito trabalho, sem nenhum glamour; pois se você optar em ser professor, pode ser que esta escolha não o leve ao sucesso. Já a palavra *Hollywood* nos

reporta a vida das estrelas de filmes, que alcançam sucesso de forma quase que instantânea, o que se opõe ao estilo de vida do professor, tema desta CR.

Na frase “Mas, com planejamento e formação contínua, é possível obter realização profissional”, aparece outra vez a palavra Mas (modalizador), conjunção adversativa que confirma a oposição das referidas expressões. A expressão com planejamento e formação contínua contém os argumentos utilizados do autor, para exemplificar ao como este pode obter sucesso mesmo sendo um professor. As palavras É possível expressam probabilidade, ou seja, aquilo que não é certo, já realização profissional denota, implicitamente, ter dinheiro e reconhecimento pelo que se faz profissionalmente. Na frase E até mesmo ser bem remunerado, a expressão E até mesmo também é uma forma de modalizar a premissa que os professores não são bem remunerados. Em suma, as escolhas linguísticas do autor presumem intencionalidade e estão carregadas de significação ideológica, ao passo que representam o modo de pensar de um grupo social e pressupõe um determinado tipo de leitor.

Com relação às escolhas linguísticas do autor, Bakhtin afirma que:

Toda enunciação monológica, inclusive uma inscrição num monumento, constitui um elemento inalienável da comunicação verbal. Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. Cada inscrição constitui uma parte inalienável da ciência ou da literatura ou da vida política. Uma inscrição, como toda enunciação monológica, é produzida para ser compreendida, é orientada para uma leitura no contexto da vida científica ou da realidade literária do momento, isto é, no contexto do processo ideológico do qual ela é parte integrante (BAKHTIN, 2003, p. 98).

Em outras palavras, nenhum enunciado pode ser compreendido isoladamente, fora de seu contexto sócio-histórico-cultural, uma vez que toda inscrição prolonga aquelas que a antecederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão do receptor e antecipa-as (BAKHTIN, 2003). Segundo Sandmann (2003), sendo a linguagem da propaganda até certo ponto reflexo e expressão da ideologia dominante, dos valores em que se acredita, ela manifesta a maneira de ver o mundo de uma sociedade em um certo espaço da história. Dessa forma, adaptando as considerações ao enunciado da capa, cuja

proposta é informar, mas também seduzir, valores que encontram expressão na referida CR só podem ser compreendidos por pessoas contemporâneas tanto à capa quanto à situação de desgaste enfrentada pelo profissional da educação, e claramente salientada pelo autor no subtítulo da reportagem de capa.

De acordo com as escolhas linguísticas do autor, tais como “Pode ser que”, “Mas” e “até mesmo”, o autor estabelece diálogo com o destinatário, na tentativa de aproximar a realidade por ele vivida e o tema em discussão na reportagem da capa da revista. Ainda sobre as escolhas linguísticas do autor, Bakhtin afirma também que “toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos da fala” (BAKHTIN, 2006, p.101). Em outras palavras, nenhum enunciado pode ser compreendido isoladamente, fora de seu contexto sócio-histórico-cultural, uma vez que toda inscrição prolonga aquelas que a antecederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão do receptor e antecipa-as. Dessa forma, uma pessoa que desconheça a situação do professorado contemporâneo poderia ficar sem compreender o porquê de o autor ter escolhido tais modalizações ao tratar desse tema.

A autora da reportagem anunciada nesta CR é Valéria Hartt, jornalista da ObeeC (Organização Brasileira de Educação e Estudos Contemporâneos), fundada por educadores sociais, arte-educadores, pesquisadores, professores universitários e profissionais especializados em recursos humanos. Tem vasta experiência institucional na implementação de políticas públicas e na direção e coordenação de cursos de graduação e pós-graduação. Atualmente produz o site Vitae.etc.

O texto apresenta-se com uma linguagem informal, de fácil leitura e consegue atingir outros públicos, não só os professores. Foi publicado em outubro de 2010, mês da comemoração do dia do professor. Atualmente o modelo corporativo, ou seja, empresarial, vem sendo aplicado na educação e os colégios estão sendo vistos como empresas. Trata-se de um artigo de opinião que visa defender o ponto de vista do autor por meio da argumentação, que utiliza exemplos como estratégia.

O subtítulo no interior da revista, “Planejamento, qualificação profissional e boa leitura das diferentes realidades do campo educacional podem fazer com que se obtenha realização na carreira docente. Até mesmo financeira”, faz menção aos subtítulos explicitados na CR e tem o propósito comunicativo de mostrar que o professor pode conseguir a realização profissional desde que esteja disposto a

trilhar um longo caminho: o do planejamento, o da qualificação profissional e o das leituras pertinentes às realidades da educação. Outro item tratado nesta reportagem é que, mesmo com todos esses requisitos, não há a certeza de que o docente alcançará sua tão sonhada realização profissional, muito menos a financeira, o que é corroborado pelo enunciado “Até mesmo financeira”. De certa forma, a autora denota, mesmo que de forma implícita, que se o professor conseguir as duas formas de realização, ou seja, se ele obtiver sucesso profissional e financeiro, isso seria um verdadeiro milagre, o que desprestigia a docência.

O enunciado “Diante do desprestígio social, a carreira do professor – da professora, na esmagadora maioria dos casos – há tempos deixou de seduzir os jovens universitários” só vem confirmar o que foi colocado anteriormente, que por mais que o professor esteja preparado dificilmente conseguirá alcançar vitória. O que parece, ao analisar os enunciados que compõem esta CR, é que a *Revista Educação* e os veículos de informação, em geral, assumem uma postura de disseminar o despreço pela profissão de professor. Exemplo disto é o uso do termo “esmagadora”, usado no sentido de opressão à carreira docente. Os jovens, hoje em dia, integram e são movidos por uma sociedade consumista, que busca em primeiro lugar a realização financeira, conseqüentemente, diante da visão de um magistério fracassado, é claro que eles não se sentem atraídos a seguirem tal profissão.

A frase “O que surpreende é o que está na contramão dessa visão do senso comum: a constatação de que existem professores bem sucedidos, realizados profissionalmente e com salários bem acima da média do mercado” demonstra que o “senso comum”, ou seja, o que é considerado “normal” pela sociedade, é o fato de o professor não ter prestígio nem salário digno, e de ser um qualquer. Quando se é constatada a existência daqueles que fogem a esta regra, isto é, que são realizados tanto profissional como financeiramente, estes são vistos como pessoas que vão à contramão do caminho “natural”, e têm suas trajetórias associadas a um milagre, ou mesmo uma aberração. Já em, “Afim de contas, seria possível sonhar com o casamento entre realização profissional e prática do magistério?”, reafirmasse mais uma vez que para a autora é praticamente impossível unir o útil ao agradável na carreira de professor e que, talvez, só um herói consiga tal proeza. Nota-se que há nesta pergunta, propositalmente, um tom irônico, como se a autora perguntasse ao leitor o que faz para se obter tamanha façanha.

A visão empresarial aparece em “Especialistas [...] confirmam que a excelência na educação passa obrigatoriamente pelo binômio salário e qualificação do professor”, o que se justifica pelo fato de as empresas, de modo geral, trabalharem esse binômio. Contudo, no contexto escolar, existem outros fatores que contribuem, tanto para o bom quanto para o mau desempenho do professor, e isso tem de ser levado em consideração para que se conquiste o grau de excelência almejado.

A autora da reportagem, embora trate de um assunto relacionado à educação, buscou opiniões de consultores de empresas de recursos humanos, o que é uma clara tentativa de aproximar seu funcionamento ao de uma empresa para dar certo. Prova disso é a fala de Carlos Bitinas, da DRH Talent Search, consultoria especializada na busca e seleção de talentos profissionais: “O importante para o profissional é saber fazer as escolhas certas durante o caminho” e que “a lição aqui é inverter a lógica corrente: o professor não se deve deixar conduzir pelo mercado, mas, ao contrário, assumir as rédeas da própria carreira. Ou seja, se o professor optou por essa profissão, tem que submeter aos riscos ao longo do caminho e procurar por conta própria se especializar e não esperar pelo mercado. E que a tendência é buscar as profissões que dão status, poder ou dinheiro”. Para Maria Giuliese, sócia da Lens & Minarelli, uma das gigantes do mercado de recolocação e consultoria em RH, “vivemos na sociedade da imagem, em que tudo nos estimula a olhar para fora e atender à demanda exterior, mas acabamos pagando essa conta mais tarde”, e pergunta: “No caso do magistério, como tornar viável o sonho da realização profissional e sustentar a escolha diante desse olhar social que tanto desvaloriza o profissional de ensino?”. Conclui que é preciso refletir sobre os valores do campo educacional. Já José Ernesto Bologna, fundador da consultoria Ethos – Desenvolvimento Humano e Organizacional e especialista em psicologia do desenvolvimento aplicada à administração e à educação, afirma que “O professor deve meditar seriamente sobre sua escolha e compreender que a pobreza de reconhecimento [externo] faz parte dessa opção”. Esse enunciado carrega consigo o significado que o professor é o único responsável por escolher uma carreira na qual ele tem que assumir todos os riscos e arcar com as responsabilidades de uma escolha infeliz.

Segundo Marcelo Maghidman, da Tafkid Marketing Educacional e Cultural, espera-se que o professor faça a diferença e que “o professor, como qualquer outro

profissional de outros setores, invista em sua formação. Do contrário, corre o sério risco de permanecer na ladainha, na eterna crítica aos cursos de formação inicial”. Significa que independente de qualquer curso, o professor é que tem que correr atrás para se especializar. E ele vai mais além, comenta que “De nada adianta ser um profundo conhecedor da matéria e ser um autista social, que o professor precisa ter a habilidade de se comportar em grupos, de compor com seus pares e colegas de trabalho”; o que parece com esta fala é que se está falando de um animal irracional, que precisa ser domesticado e aprender regras de etiqueta e de socialização.

Na ótica do especialista Gutemberg Leite, da Meta Consultoria em RH, “Nos dias de hoje, além da formação específica e pedagógica, qualquer professor deveria saber planejar e gerenciar sua carreira e seu tempo (no âmbito de suas práticas de classe e fora delas)”. E acrescenta: “saber falar inglês, conhecer as novas tecnologias, dominar o uso do computador, navegar e utilizar a internet, as redes sociais...”. Isso quer dizer que o professor tem que arrumar tempo e dinheiro para conseguir dar conta de uma imensa bagagem cultural, como se ele fosse um super-homem. Na frase “Assim, os professores que se formam nas universidades públicas, normalmente mais bem formados, acabam buscando colocações em escolas particulares, que atendem à menor parcela da população (cerca de 13% dos alunos da Educação Básica)”, de Mozart Neves Ramos, do Todos pela Educação, significa que esses profissionais procuram salário e condições de trabalho melhores que as oferecidas nas escolas públicas, mas, ao mesmo tempo, sabem que não é um emprego fixo, pois a qualquer momento poderão ser dispensados ou trocados por outros.

Maria Giuliese, da Lens & Minarelli (p. 28), sugere que “Para ampliar sua própria atratividade, o professor também pode – e deve – exercitar boas doses de ousadia e criatividade”, ou seja, o professor além de todos aqueles cursos e especializações que ele normalmente teria que fazer, precisa ainda ser criativo, atrativo e ousado. Afirma Bitinas, da DRH Talent Search, que “Para progredir na carreira é preciso assumir novas responsabilidades”, isto, segundo a visão empresarial, porque no campo educacional nem sempre assumir novas responsabilidades significa progredir.

O comentário analítico desta CR e o conteúdo da reportagem interna expressam a intervenção da visão empresarial a despeito da carreira de professor e

de sua imagem. No caminho da realização, que para a autoria é traduzido na expressão Carreira dos Sonhos, presente na CR, se baseia o mundo corporativista e, para exemplificar sua tese, cita várias empresas conceituadas de RH. Todos os argumentos apresentados no artigo corroboram a ideia de que o professor pode obter realização profissional, contudo, esse conceito, para a referida autora, restringe-se a 'fazer dinheiro', ter poder e status, elementos destacados na CR, com o uso, por exemplo, do termo Hollywood, ao passo que para o professor, essa tal realização vai muito mais além de ter um bom salário.

Esta CR apresenta um enunciado concreto, visto que todos os enunciados dos subtítulos dialogam com a chamada principal. O professor é tido como peça fundamental para o sucesso da educação, pois permeia todas as suas etapas. No artigo de Cecília Bajour, quando ela fala sobre a biblioteca, a autora não se refere a um amontoado de livros isolados e catalogados de acordo com algumas áreas específicas ou relacionados em ordem alfabética, mas sim ao diálogo implícito que essa biblioteca vai travar com os diversos públicos que irão se beneficiar dela, abrindo portas para o novo, fazendo com que a leitura ganhe espaço dentro e fora do ambiente escolar. Mas, tudo isso deve ocorrer sob a tutoria do professor para que dê certo.

Mais especificamente, com referência ao Ensino Médio, os professores estão cada vez mais imbuídos na busca de soluções para resolver os problemas que permeiam essa etapa intermediária da vida estudantil, e têm a esperança de que os governantes façam uma política pública escolar voltada para as diferentes realidades. No entanto, para que qualquer política pública funcione no contexto escolar, é necessária a contribuição do professor. Exemplo disso é o que acontece com o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica): ele só pode melhorar com o apoio dos docentes em todas as etapas do processo; assim também acontece com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), cujo sucesso ou fracasso, passam pela competência do professor.

Diante do até aqui exposto, entende-se que o sucesso do professor não pode ser comparado ao do de atores e atrizes de cinema ou de televisão, pois não passa por tapetes vermelhos, nem por holofotes, e não está relacionado a algo fantasioso e momentâneo. O professor obtém sucesso no anonimato, visto que suas vitórias são imperceptíveis e contínuas, ao passo que se refletem na construção do saber em todas as etapas, como no sucesso da biblioteca, nos avanços das melhorias

para o Ensino Médio, no resultado do Ideb, em cada conquista do EJA e nas permanentes atualizações, capacitações e especializações. O sucesso do professor é silencioso, sólido, duradouro e conquistado por merecimento. Perceber isso não é para qualquer um, e não se pode medir tal profissional pela aparência, como ocorre na esfera artística, mas sim pelo seu conteúdo e contribuição para com a sociedade.

Portanto, pode-se concluir que a CR não condiz com a reportagem interna à revista, posto que ela expõe o magistério como uma carreira de glamour, uma carreira dos sonhos, e a matéria mostra que a profissão deixou de ser atraente, que é um desafio profissional o professor ter sucesso, mas que é preciso que ele invista na carreira. Deixa entrever, também, a ideia de que hoje não basta apenas o diploma de graduação, é preciso que se tenham cursos de especialização e de atualização, como os de línguas e de computação.

Diante do até aqui exposto, é possível depreender que tanto a revista número 148, “Professor sob júri popular”, quanto a número 150, “A construção do novo professor”, demonstram coerência entre os enunciados concretos veiculados nas capas e as reportagens publicadas no interior delas. Por outro lado, na capa da revista número 162, “Uma Carreira dos Sonhos...”, há a comparação entre a profissão de professor e a de uma celebridade/artista, enquanto que na reportagem são apresentados dados sobre a realidade contemporânea do dia a dia deste profissional – que nada de glamour possui.

Com relação à coerência entre as imagens das capas e o conteúdo das reportagens das manchetes, pode-se afirmar, em linhas gerais, que a única revista que a possui é a número 150, “A construção do novo professor”. Na revista número 148, “Professor sob júri popular”, a imagem veiculada na capa não condiz com as reportagens internas e induz o leitor a acreditar que a profissão de professor é algo ultrapassado. O mesmo ocorre com a imagem de capa da revista número 162, “Uma Carreira dos Sonhos...”, na qual a linguagem verbo-visual reflete a ideologia da sociedade contemporânea por meio de uma figura de professor estereotipada e que leva o leitor a pensar que lhe é impossível obter sucesso e satisfação nesta profissão.

Resumindo-se, desta forma, as análises procedidas neste capítulo, prossegue-se este trabalho com a exposição das Considerações Finais desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se, no trajeto das análises, compreender como a imagem do professor está configurada pela linguagem verbo-visual presente no discurso midiático das capas e reportagens da Revista Educação como um subsídio à formação de leitores críticos.

A leitura crítica do discurso midiático é considerada relevante segundo o ideário bakhtiniano, vez que o leitor, ao compreender o significado do que está sendo enunciado, ocupa o papel de co-enunciador, interagindo com o conteúdo verbal e não verbal do discurso. O (re)conhecimento dos diferentes gêneros presentes na esfera jornalística, por meio de atividades realizadas nas aulas de língua portuguesa, por exemplo, contribui para que o leitor desenvolva sua capacidade de compreensão crítica dos enunciados e, conseqüentemente, de compreensão de seu próprio entorno social.

A análise do *corpus* considera as capas de revistas como um todo enunciativo, composto de elementos textuais e imagéticos, relacionando-as a trechos das reportagens, aos subtítulos e às manchetes, veiculadas na mesma edição da revista, bem como às biografias dos autores das referidas reportagens. A comparação demonstrou as contradições que a imagem do professor representa no contexto atual, movido por interesses mercadológicos e de consumo. A teoria de apoio permitiu estabelecer relações dialógicas entre discurso e contexto sócio-histórico de produção, como propõe Bakhtin (2003; 2006), confrontando as diversas vozes que perpassam pelas reportagens escritas. Também foram de suma importância os conceitos relativos à linguagem da propaganda (SANDMAN, 2003), quanto ao significado das cores e (GUIMARÃES, 2003), possibilitando a compreensão dos enunciados de capa plasmados em imagens, diagramação e apelo. A retrospectiva histórica da imagem do professor sobre a qual a nova imagem se constrói, demonstra as contradições que perpassam por esta imagem a profissão de professor (NÓVOA, 1999).

Assim, a análise dos enunciados das capas parte do pressuposto que eles condensam uma visão pelo menos tripla entre: sujeito(s)-emissor(es), empresa e público-leitor. A análise do corpus apresenta o estereótipo de professor veiculado

pelas CR, bem como os papéis a ele atribuídos pela sociedade contemporânea, representada pelos responsáveis pela edição das revistas.

As três perguntas de pesquisa iniciais foram respondidas pelas análises das capas selecionadas. Como resposta à pergunta 'a', acreditava-se que a imagem do professor seria (re)configurada na atualidade, o que expressaria valores de um contexto social voltado para o consumo, o poder aquisitivo, a aparência; isto foi confirmado mediante as análises realizadas, pois em todas as capas havia um apelo à mudança de atitude do professor como profissional por conta das constantes e profundas modificações sofridas pela sociedade contemporânea. Como resposta à pergunta 'b', pensava-se na existência de uma coerência entre as manchetes das CR e o conteúdo das revistas; isto foi parcialmente confirmado, tendo em vista que em nem todas as edições os enunciados veiculados na CR condiziam com os conteúdos das reportagens internas. Como resposta à pergunta 'c', acreditava-se que as reportagens das capas eram escritas/elaboradas por profissionais relacionados de alguma forma à área da educação; isto foi parcialmente confirmado, pois apenas uma reportagem, da edição número 150, "A construção do novo professor", tem autoria de uma profissional da área de educação, enquanto que nas demais as contribuições foram de profissionais de outras áreas, como a de recursos humanos.

Com a análise do *corpus* desta pesquisa, pode-se compreender que uma imagem é um marco referencial social que deve ser considerado com base em um contexto sócio-histórico, tendo em vista que reflete os valores difundidos neste contexto e se remete a um sujeito discursivo que faz parte dele. Sabe-se, portanto, que não há discurso sem sujeito, assim como não há sujeito que não seja ideológico por natureza, de modo que o indivíduo somente se traduz em sujeito por meio da ideologia. Este fato explica-se pelas premissas de que o sujeito não é o criador do seu dizer e de que todo discurso é perpassado pela ideologia do meio em que é produzido.

Tratando-se da imagem de professor, mais especificamente a configurada nas CR da *Revista Educação*, percebe-se nela refletida a expressão de valores relativos a uma sociedade voltada ao consumo, ao poder aquisitivo e à aparência. Nestas capas, reduziu-se a imagem de professor a uma figura, por vezes, insignificante ao contexto social, deformada, caricaturada e repleta de estereótipos. O ilustrador das capas, embora seja especializado em produção visual, não pertence

à área de educação, tendo, assim, elaborado as imagens dos professores refletindo a visão divulgada pela maioria dos grupos sociais contemporâneos: de que o professor é um profissional fracassado e desvalorizado, colaborando, assim, para o aumento do desprestígio da sociedade para com os docentes.

A CR é um cenário onde circulam várias vozes e a imagem tem a função de um ímã, atraindo o leitor e fazendo-o adquirir a revista para ter acesso aos conteúdos dela. O poder da imagem é muitas vezes pouco valorizado, no entanto, sabe-se que uma imagem negativa gera automaticamente uma interpretação e uma reação negativa no leitor (receptor). Deste modo, como há uma relação dialógica entre imagem e leitor, uma visão negativa pode vir a alterar as atitudes responsivas deste leitor que, acatará o ponto de vista transmitido por aquela imagem e o reproduzirá, fechando um ciclo de retorno à sociedade. Resumidamente, pode-se dizer que as imagens que auxiliam na composição dos enunciados concretos das CR lançaram mão de recursos estilísticos apelativos e sedutores, mesmo que negativo, para persuadir o leitor e induzi-lo a consumir as revistas.

As revistas, por sua vez, mantiveram a mesma formatação e estilo quanto à apresentação das CR, a fim de facilitar sua identificação imediata pelo leitor, que prontamente compreende que se trata da Revista Educação, publicação da Editora Segmento, por meio do modo como o nome da revista é veiculado e reproduzido no topo da página, as cores e o tipo de letra utilizados. O estilo escolhido depende do tipo de relação que se quer ou se precisa construir entre o enunciador (locutor) e seus parceiros da comunicação verbal: o ouvinte, o leitor, o interlocutor próximo (real) e o imaginado (presumido), e o discurso do outro.

Quanto à coerência entre os enunciados concretos veiculados nas CR e as reportagens publicadas no interior delas, tem-se que apenas as revistas número 148 (*Professor sob júri popular*) e 150 (*A construção do novo professor*) demonstraram coerência nos temas tratados nelas, apesar de a primeira ter exibido certo menosprezo para com a figura do professor. Na capa da edição número 148, a imagem exibida não condiz com as reportagens e induz o leitor a acreditar que a profissão de professor é algo antigo e ultrapassado. Esta forma de representar o professor é negativa e irônica, faz incidir uma segunda voz sobre uma visão tradicionalista da sociedade para com a profissão: todo professor é sério, do sexo feminino e usa óculos. A atribuição de notas ao professor, por meio de números

cardinais, que designam valores absolutos e que, de certa forma, contribuem com a estética da CR, agregou valor ainda mais negativo à imagem.

A CR da edição número 150 traz a mensagem de um professor em sintonia com as várias práticas pedagógicas, as quais abrangem desde o segmento de Educação Infantil até o de Ensino Superior. Para esse professor, é necessário estar familiarizado com as redes sociais e contribuir para o processo de implantação do espanhol no Ensino Médio, mantendo-se constantemente atualizado. Consoante o que é veiculado nos enunciados que compõem tanto a CR quanto as reportagens no interior da revista, mesmo diante de novas teorias pedagógicas, é impossível resolver todos os problemas da educação de uma só vez, especialmente quando se objetiva a um sistema de ensino mais igualitário e democrático. O aprendizado de novos conceitos é requisito fundamental ao professor contemporâneo, no entanto, uma formação docente de qualidade é perpassada pela integração efetiva de uma série de políticas educacionais que integrem governo, sociedade e setores públicos e privados para que se tenha resultado favorável à educação brasileira.

Como mencionado anteriormente, os enunciados que compõem a CR da edição número 162, “Uma carreira dos sonhos...”, não apresentam coerência entre si. O enunciado veiculado pela manchete não trata da carreira de professor propriamente dita, pois compara o sucesso profissional à vida dos artistas de televisão, cinema e teatro. A linguagem verbo-visual presente nesta CR reflete a ideologia da sociedade contemporânea por meio de imagens estereotipadas que servem para compor a figura do professor. O uso de modalizadores nos enunciados reforça a argumentação com o leitor, claramente o induzindo-o a pensar que é impossível ao professor obter sucesso e satisfação tendo escolhido esta profissão. Vale lembrar que a ilustração desta CR foi confeccionada por um profissional que não é da área da educação e que, conseqüentemente, não tem conhecimento sobre o assunto.

De modo geral, os enunciados veiculados nas três CR e nas reportagens analisadas apontam que são papéis do professor: ser realista, ao aceitar que sua profissão denota um processo de constante aprendizado; ser paciente, ao se conformar com o não reconhecimento profissional e com o baixo retorno financeiro, características da profissão; estar preparado para atender a inúmeros requisitos, tais como falar outro idioma, saber lidar com situações desafiadoras e ter conhecimento sobre o uso de recursos tecnológicos; e, ainda, ser inovador no seu trabalho e

prezar pelo desenvolvimento social dos alunos. Percebe-se, diante do exposto, que há uma tendência à sobrecarga do professor, que parece ser culpado por todas as mazelas feitas até hoje na educação brasileira. Cabe a este profissional, segundo a análise do *corpus*, mudar a situação de insucesso escolar atual, pois se acredita que ao se aperfeiçoar, ou melhor, ao se (re)construir um professor ideal com ares de super-herói, tudo o mais no contexto escolar se modificará para melhor.

Contrastando com o mundo contemporâneo, que passa por constantes mudanças, e a profissão de professor, observa-se que por mais que se alterem as estruturas e as instituições sociais, o compromisso docente para com o desenvolvimento pleno de seus alunos permanece inalterado. Ser professor é, antes de tudo, ajudar a construir uma realidade melhor para todos, mas, para que isto aconteça de fato, é preciso que se retome a imagem de reconhecimento e de prestígio deste profissional, e que este volte a ser considerado como peça fundamental para a construção de um país mais justo e democrático.

A realização deste trabalho serviu para mostrar que a linguagem verbo-visual desempenha um papel essencial não só no mundo da comunicação, mas também na área da Lingüística Aplicada, em especial quando esta se volta para o ensino e aprendizagem de línguas. Visto que a compreensão de enunciados jornalísticos e publicitários denota habilidade de ler o não dito, o que está nas entrelinhas, ou seja, a compreensão visual requer mais do que enxergar as imagens, é preciso saber interpretá-la de acordo com o contexto em que estão inseridas e essas habilidades devem ser desenvolvidas e aprimoradas.

Outra possível contribuição está relacionada à divulgação junto aos professores da importância de se ensinar a compreensão visual dos enunciados durante as aulas de línguas, alertando as escolas para o alfabetismo visual, vez que a prioridade do ensino contemporânea é a escrita, e que se faz necessário a compreensão de ambas, escrita e imagem, para uma leitura crítica.

Depois da realização deste trabalho, a visão da pesquisadora, com relação à compreensão de enunciados visuais, foi modificada e, frente a urgente necessidade de auxiliar seus alunos a 'lerem' os elementos visuais que compõem um texto, comparando-os e contrastando-os com os verbais, agora ela se sente mais competente para fazer seus planos de aula com ênfase na leitura de enunciados.

Deste modo, espera-se que esta pesquisa sirva de incentivo para que outros professores-pesquisadores estudem sobre a importância da compreensão da linguagem verbo-visual e, conseqüentemente, modifiquem sua práxis pedagógica.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. T. de. O verbal e o não verbal. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- ARANHA, M. L. de A. História da Educação e da Pedagogia Geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2006.
- AULETE, Caldas. Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- BAKHTIN, M. Estética da Criação Verbal. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BRAIT, B. (Org.). Bakhtin: conceitos-chave. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008a.
- _____. Estilo. In: BRAIT, B. (Org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: 2008b, p. 79-102.
- _____. Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.
- BRONCKART, J. P. Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo. 2. ed. São Paulo: Educ – Editora PUC-SP, 2009.
- CAPAS DE REVISTAS, A EMBALAGEM. Tudo sobre revistas, 2009. Disponível em: <<http://design-editorial.blogspot.com/2009/09/capas-de-revistas-embalagem.html>>. Acesso em: 15 maio 2011.
- CARDOSO, D. O Jornalismo como (re)produtor de enunciados. Revista Linguagem em (Dis)curso, Florianópolis, v. 1, n. 2, jan/jun. 2001. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0102/06.htm>>. Acesso em: 3 set. 2010.
- CEREJA, W. Significação e tema. In: BRAIT, B. (Org.) Bakhtin: conceitos-chaves. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 201-220.
- DONDIS, D. A. Sintaxe da Linguagem Visual. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ECKERT-HOFF, B. M. O dizer da prática na formação do professor. Chapecó-SC: Argos, 2002.
- EDUCAÇÃO, Revista, v. 1. n. 148, ano 12, ago. 2009. São Paulo: Editora Segmento, 2009.
- _____, v. 1. n. 150, ano 13, out. 2009. São Paulo: Editora Segmento, 2009a.
- _____, v. 1, n. 162, ano 13, out. 2010. São Paulo: Editora Segmento, 2010.

FARENCENA, G.; PEREIRA, L. As especificidades do gênero capa de revista. In: Idéias – Revista do Curso de Letras, [s.d.]. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/revistaideias/Artigos%20rev%2021%20em%20PDF/as%20especificidades%20do%20genero%20capa%20de%20revista.pdf>>. Acesso em 21 fev. 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; J.E.M.M. Editores Ltda. Obra em 19 fascículos semanais encartados na Folha de S. Paulo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994/1995.

_____. Aurélio Júnior: dicionário escolar da língua portuguesa. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2011.

FIORIN, J. L. Intertextualidade e interdiscursividade. In: BRAIT, B. Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006, p. 161-194.

_____. Linguagem e ideologia. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

_____. As astúcias da enunciação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999.

GUIMARÃES, L. A cor como informação: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

GUIMARÃES, E. Texto, discurso e ensino. São Paulo: Contexto, 2009.

MACHADO, A. R. O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva. Londrina-PR: Eduel, 2004.

MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. Exercícios de compreensão ou cópiação nos manuais de ensino de língua? Em Aberto, Brasília, n.69, jan./mar. 1996, p. 71-72.

MELHORAMENTOS, minidicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos. 1997.

NÓVOA, A. Profissão Professor. 2. ed. Portugal: Porto Editora, 1999.

_____. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Org.). Os professores e sua formação. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1992, p. 13-31.

PARKER, J.; SILVA, M. S. M. da. (Editors). Password: english dictionary for speakers of portuguese. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PEREIRA, M. H. de M. escrever o nome da tese. 2005. 205f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas-SP, 2005.

PINHEIRO, T. Mikhail Bakhtin: o filósofo do diálogo. Revista Nova Escola, n. 224, ago. 2009. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formacao-inicial/filosofo-dialogo-487608.shtml>>. Acesso em: 14 mai. 2010.

PUZZO, M. B. Relações Dialógicas: Capa De Revista e Reportagem Interna. In: SEMINÁRIO DO GEL, 58., 2010, São Carlos. Programação... São Carlos-SP: Grupo de Estudos Linguísticos, 2010. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/?resumo=6692-10>>. Acesso em: 27 ago. 2011.

_____. Gêneros discursivos: capas de revistas. Revista Caminhos em Linguística Aplicada, Taubaté, v. 1, n. 1, 2009, p. 63-71. Disponível em: <<http://periodicos.unitau.br/ojs-2.2/index.php/caminhoslinguistica/article/view/903>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

ROMANELLI, O. de O. História da educação no Brasil. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SANDMANN, A. J. A linguagem da propaganda. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, M. da. Repensando a leitura na escola: um mosaico. Niterói: EdUFF, 2002.

SINDER, M. Vygotsky e Bakhtin – Psicologia e educação: Um intertexto. Educação & Sociedade, v. 18, n. 6, dec. 1997, Campinas. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301997000300012>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

VAN DIJK, T. A. Ideologia y Discurso: una introducción multidisciplinaria. Barcelona, Espanha: Ariel, 2003.

VERGER, J. Homens e Saber na Idade Média. São Paulo: EDUSC, 1999.

ANEXO 1 – Reportagem da *Revista Educação* nº 148



INCÔMODO



Deslocados de seu lugar de origem, professores passam de avaliadores a avaliados e colocam em questão a eficiência do procedimento; para gestores, avaliação de todas as variáveis é um parâmetro importante para a qualidade da educação

Henrique Ostronoff

■ No final de 2008, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo promoveu um exame para professores temporários de sua rede de escolas. O objetivo era classificar os docentes para a atribuição de aulas não preenchidas pelos professores efetivos em 2009. Participaram dos exames 212 mil candidatos, dos quais 100 mil já atuavam como professores “Admitidos em Caráter Temporário” (ACT).

Os exames buscavam avaliar os candidatos em relação à Proposta Curricular do Estado e, segundo a Secretaria da Educação, consistiam em um meio de verificar quais professores estavam mais aptos a ministrar os conteúdos de suas disciplinas. Além das provas, divididas por disciplinas e níveis de ensino, também seriam

usados outros dois critérios para a seleção: tempo de serviço e títulos.

Os resultados dos exames mostraram uma situação inesperada. Cerca de 1,5 mil professores ACTs dos níveis fundamental e médio e 2 mil novos concorrentes tiraram nota zero no teste de 25 questões. Considerando-se apenas os candidatos a vagas de aulas para 1ª a 4ª séries, 41% dos novos e 33% dos já experientes acertaram menos da metade das questões, ou seja, a tradicional “nota vermelha” dos boletins dos estudantes.

Pelo resultado geral, havia a possibilidade de se contratar novos professores temporários para substituir pelo menos parte daqueles que, mesmo já atuando na rede, não alcançaram notas adequadas. Assim, nenhum professor entraria em sala de aula sem o conhecimento

necessário do conteúdo exigido pelas provas da Secretaria da Educação de São Paulo.

A avaliação poderia ser considerada um simples concurso para admissão de funcionários realizado por uma secretaria de estado. No entanto, con-

no e o sindicato sobre a validade dos métodos de contratação de professores. Os testes aplicados aos docentes temporários da rede pública paulista mostraram que uma boa porcentagem deles não estaria apta a dar aulas, pelo menos de acordo com os critérios do

disseram concordar com a ideia, 32% são indiferentes e 23% discordam.

A pesquisa ouviu 8,8 mil professores dos quais 83% de escolas públicas e o restante de instituições privadas – uma proporção semelhante à distribuição de docentes em todo o país – e abrangeu quase todo o território, com exceção da região Norte. Os docentes do ensino público foram os que mais discordaram (25%), e os das escolas privadas os que mais apoiaram (57%) a instituição de avaliações dos docentes. Para os autores do estudo, “a necessidade de avaliar o trabalho docente continua sendo um tema pendente, dividindo a opinião dos entrevistados”. No entanto, a porcentagem dos que estão de acordo com a proposta “constitui uma abertura positiva para o aperfeiçoamento do ensino nas escolas onde atuam”.

Pesquisa sobre a qualidade da educação mostra que docentes da rede pública são mais refratários à avaliação que os da rede privada



fusões administrativas causadas pela secretaria esvaziaram a legitimidade do processo. Houve denúncias de divulgação antecipada de conteúdos e gabaritos dos testes, boicote de alguns temporários (que entregaram as provas em branco), falhas na divulgação dos resultados – que deram como ausentes um grande número de candidatos que fizeram a prova, e vice-versa –, e foram encontrados erros na redação dos exames.

Embate promissor

O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) entrou com liminar na justiça e conseguiu reverter a situação. Dessa forma, a prova foi anulada e os professores ACTs garantiram sua permanência na rede escolar por meio dos critérios até então utilizados – tempo de casa e titulação. Agora, o governo paulista anuncia novos concursos para a efetivação de docentes, uma vez que, dos cerca de 250 mil professores necessários para atender a rede estadual, apenas em torno de 130 mil são efetivos.

De todo o processo, porém, não ficou apenas a discussão entre gover-

no e o sindicato sobre a validade dos métodos de contratação de professores. Os testes aplicados aos docentes temporários da rede pública paulista mostraram que uma boa porcentagem deles não estaria apta a dar aulas, pelo menos de acordo com os critérios do órgão estadual paulista. A presidente da Apeoesp, Maria Izabel Azevedo Noronha, no artigo *Aprender com os erros para melhorar a educação*, em que comenta a chamada “provinha dos ACTs”, questionou: “Diz a secretária [da Educação de São Paulo, na época, Maria Helena Guimarães de Castro] que a prova avaliaria a qualidade de ensino nas escolas estaduais. Mas de que forma essa prova poderia avaliar a qualidade do ensino, se o seu conteúdo apenas permitiria, quando muito, averiguar a capacidade dos professores de aprender os ‘guias curriculares’ impostos pela secretária?”. Adiante, qualificou a avaliação de “provinha superficial”.

Apesar da rejeição da Apeoesp aos exames, a noção de que os professores, de um modo geral, não admitem passar por avaliações não é totalmente verdadeira. É o que mostra o estudo “A qualidade da educação sob o olhar dos professores”, produzido pela Fundação SM e a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Diante da afirmação “Eu gostaria que na minha escola houvesse um sistema para avaliar o trabalho dos professores”, 45% dos que responderam o questionário

Definição de objetivos

Maria do Rosário Longo Mortatti, professora livre-docente do curso de Pedagogia e Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Marília, afirma que os métodos e conteúdos de avaliação dependem de um projeto pré-determinado – a partir de que necessidades e os fins a serem alcançados. E acrescenta: “O processo de avaliação é sempre limitado e pode acarretar mais problemas do que soluções, especialmente quando o ‘objeto’ de avaliação são sujeitos que não participaram da definição dos objetivos e com eles não concordam ou sobre eles não têm clareza suficiente, nem de suas consequências”.

No entender da pesquisadora, os modelos oficiais de avaliação de desempenho dos professores de Educação Básica atualmente realizados no país precisam “problematizar o parâmetro de ‘eficiência’ que se quer

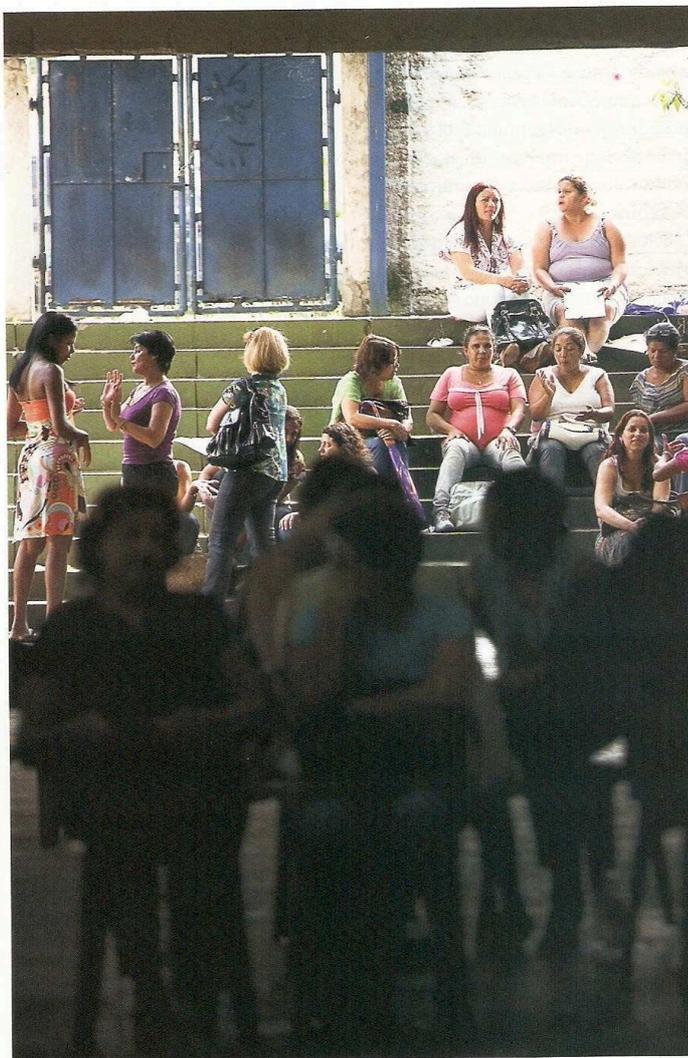
Professores temporários da rede estadual paulista esperam para receber atribuição de aulas: processo de avaliação feito pelo governo foi contestado na Justiça

avaliar ou medir”. “Se o professor não tiver estabelecido para seu trabalho docente determinados objetivos centrados em determinado parâmetro de eficiência, como um avaliador externo a esse trabalho pode esperar que o professor tenha atingido esses objetivos e, em caso negativo, pode decidir punir esse professor por ele não ter feito o que não pretendia fazer, ou premiá-lo por ter feito o que deveria ter feito, ou seja, ensinar para que seus alunos aprendam?”, questiona.

“Para ser rigoroso e consequente, o método de avaliação, ou seja, o como avaliar, depende do esforço rigoroso de avaliadores e avaliados na busca conjunta para pensar respostas às seguintes questões: por que, para que, quando, onde e o que se avalia. Os melhores métodos são, portanto, aqueles que decorrem da coparticipação de avaliadores e avaliados em todas as etapas do projeto político-pedagógico pelo qual são também corresponsáveis”, afirma Maria do Rosário Longo Mortatti, também coordenadora do grupo de pesquisa História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil, na Unesp. E acrescenta que não faz sentido “que se avalie ‘de fora’ o que outro executou e de cujo processo de concepção não tenha participado. Não cabe pensar que se avalie o que o avaliado não tem condições de realizar”.

Divórcio prático-teórico

“Antes de falar sobre o professor, seu desempenho e a avaliação do mesmo, é preciso situar a qualidade do ensino num contexto mais abrangente que explica o que acontece na



Marlene Bergamo/Folha Imagem

escola e na sala de aula”, diz Heloísa Lück, doutora em educação pela Columbia University pela George Washington University, ambas nos Estados Unidos. Para ela, a baixa qualidade da Educação Básica no Brasil é histórica e há diversos fatores que contribuíram para essa situação, como a falta de foco e a segmentação de políticas públicas voltadas para

a melhoria da qualidade do ensino, a sobrecarga de funções sociais da escola e dos seus professores e a precariedade material de grande número de unidades educacionais. Ela aponta também fatores “intraescolares”, como currículo desarticulado da realidade, metodologias ultrapassadas e descuido com a construção de cultura organizacional da escola educativa. E

destaca a atuação do professor como um dos fatores mais importantes, “uma vez que é na relação professor-aluno que acontece a orientação da aprendizagem. Nenhuma escola pode ter qualidade melhor do que a do nível de competência do conjunto de seus professores”.

Para Heloísa Lück, também diretora educacional do Centro do Desenvolvimento Humano Aplicado (Cedhap), de Curitiba, os sistemas de ensino do país adotaram políticas de melhoria da formação de professores por meio de incentivos. Mas as consequências, de um modo geral, não foram as esperadas. Ao mesmo tempo que aumentava o número de programas formadores de docentes ou cursos de graduação e pós-graduação na área da educação, faltou o acompanhamento cuidadoso da qualidade da formação. “Houve um barateamento das exigências pela qualidade na formação dos profissionais da educação”, diz. “As instituições formadoras de profissionais da educação não têm formado docentes com as competências necessárias para enfrentar os reais problemas educacionais. Isso porque há um divórcio entre o que aprendem e os desafios enfrentados nas escolas.”

Instrumento de gestão

No entanto, apesar das deficiências verificadas na formação dos docentes, a avaliação pode e deve ser implementada, pois é inerente à gestão de qualquer sistema. “Nenhuma gestão é competente se não realiza continuamente avaliação de processos e desempenho, com o objetivo de melhorá-los”, afirma Heloísa Lück. Mas deixa claro que a ação tem de estar sempre voltada para a promoção do desenvolvimento. “Sua orientação deve ser proativa e não reativa. Adotando-se uma lógica reativa, ela torna-se perniciososa e

todos vão querer evitá-la e burlá-la. E, como resultado, ela causa mais prejuízos do que benefícios.”

Consultora do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Heloísa Lück cita os casos recentes de avaliações de alunos por meio de provas nacionais e estaduais que demonstram o baixo rendimento escolar. Segundo ela, os sistemas de educação dos estados, ao procurarem identificar os motivos dessa situação, verificam “fraquezas no entendimento pelos professores, das mesmas áreas em que os alunos apresentam baixos resultados”. Assim, a avaliação deve ter o objetivo de diagnosticar. E alerta: “O papel dessa avaliação não é de denunciar, tal como está sendo feito atualmente. O que está ocorrendo com a divulgação dos resultados escolares demonstra total falta de responsabilidade com a escola e seus profissionais e os co-



Maria do Rosário Mortatti, da Unesp: é inviável que o docente não participe da elaboração de sua avaliação

loca como culpados, quando muitas vezes podem ser vítimas de sistemas viciados de mecanismos inadequados de gestão do ensino”.

Ainda de acordo com Heloísa Lück, a observação é o método mais eficiente de avaliação dos docentes, “de modo a verificar, na relação professor-aluno, que estratégias de ensino são mais eficazes, como reagem os alunos diante dos vários momentos da aula. É importante destacar que avaliar representa observar a relação entre o que é feito e os resultados imediatos obtidos, de modo a reforçar os mais eficazes e modificar os que não contribuem para promover a mobilização e aprendizagem dos alunos”.

Fatores associados

Embora reconheça que todo profissional deve passar por algum tipo de avaliação, no caso dos docentes esse postulado precisa ser visto de uma forma diferenciada, afirma o sociólogo Rudá Ricci, diretor do Instituto Cultiva, ONG voltada ao controle social sobre políticas públicas. Para ele, a baixa qualidade da educação brasileira decorre principalmente de fatores extraescolares. “Várias pesquisas mostram que no Brasil os piores indicadores e resultados têm a ver com áreas e situações de risco envolvendo a família do aluno.” Dessa forma, a qualificação do professor não deve ser colocada como o principal item quando se fala de deficiência do ensino.

Ainda para Rudá Ricci, ex-professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), os estudantes de faculdades de disciplinas específicas como sociologia, química ou física não se formam entendendo de ensino. “O único que entende de educação na universidade brasileira é o formado em educação. Então, formou-se um

grande mercado em cima do mito de que é preciso ter mais qualificação de professor. Qualificação a gente tem de ter em qualquer carreira. Agora, dizer que esse é o principal problema da educação brasileira é uma bobagem”, afirma.

O sociólogo diz também que as avaliações de professores não atingem seus objetivos, pois o foco da análise deveria recair sobre a atividade de ensino e não sobre o conhecimento do conteúdo, como geralmente acontece. “Quando se contrata um professor de física, não se está contratando um físico, mas um professor. Ele pode até não estar atualizado em física, mas tem de entender de educação. No Brasil, mudamos o eixo da discussão. Achemos que o professor tem de saber tudo da matéria mesmo sendo um péssimo professor. E essas avaliações não avaliam isso.”

Escala nacional

A polêmica sobre o tema tem tudo para esquentar. Depois de São Paulo, existe a possibilidade de a experiência se estender para todo o país. No Senado, está pronto para ser votado um projeto de lei apresentado pelo atual suplente de senador Wilson Matos (PSDB-PR), em 2007, propondo a implantação do Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (Enameb).

O exame poderá ser aplicado a cada cinco anos a docentes em exercício na Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e educação especial, tanto das redes públicas como de escolas privadas. De acordo com o texto do projeto de lei, o professor será avaliado para se verificar “suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico



Costa Morais

Heloisa Lück, consultora do Consed: observação é o método mais eficiente de avaliação dos docentes

proposta na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), afirmou: “Parece-nos, se não incompreensível, no mínimo contraditório que um profissional acostumado, por dever de ofício, a avaliar, não seja avaliado”. E constatou que o Enameb não é uma novidade. Ela lembra que, em 2003, o Ministério da Educação (MEC) havia instituído o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica, do qual fazia parte o Exame Nacional de Certificação de Professores (ENCP). No entanto, em 2004, diante da forte contestação que sofreu de sindicatos de professores, foi substituído pelo Sistema Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica. A senadora Rosalba Ciarlini afirma também que a proposta é pertinente, pois, durante as audiências públicas para discutir o Enameb,

O assunto não escapou ao oportunismo do Congresso Nacional: senador quer avaliar as habilidades docentes a cada cinco anos



de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento”. No entanto, não determina o método que será utilizado para a aplicação dos exames.

O projeto determina que os resultados das provas do Enameb não serão divulgados publicamente. Mas poderão ser utilizados pelas instituições municipais, estaduais e federais e as escolas privadas “como parte de programas de avaliação de desempenho e para fins de progressão na carreira do magistério”.

No seu parecer, a relatora da

“os representantes dos segmentos de gestores e de professores defenderam alguma avaliação, conquanto divirjam quanto ao formato”.

Sem entrar no mérito da pertinência ou não da avaliação ou da certificação – já em si, dois processos diferentes –, resta atentar a um fato notório: a febre legisladora que assola deputados, senadores e vereadores, que adornam a educação com os mais diversos penduricalhos, muito mais relacionados a seus próprios interesses que ao bom funcionamento dos sistemas educativos nacionais.

ANEXO 2 – Reportagem da *Revista Educação* nº 150

Dossiê

RAIO X PARA NOVAS PRÁTICAS

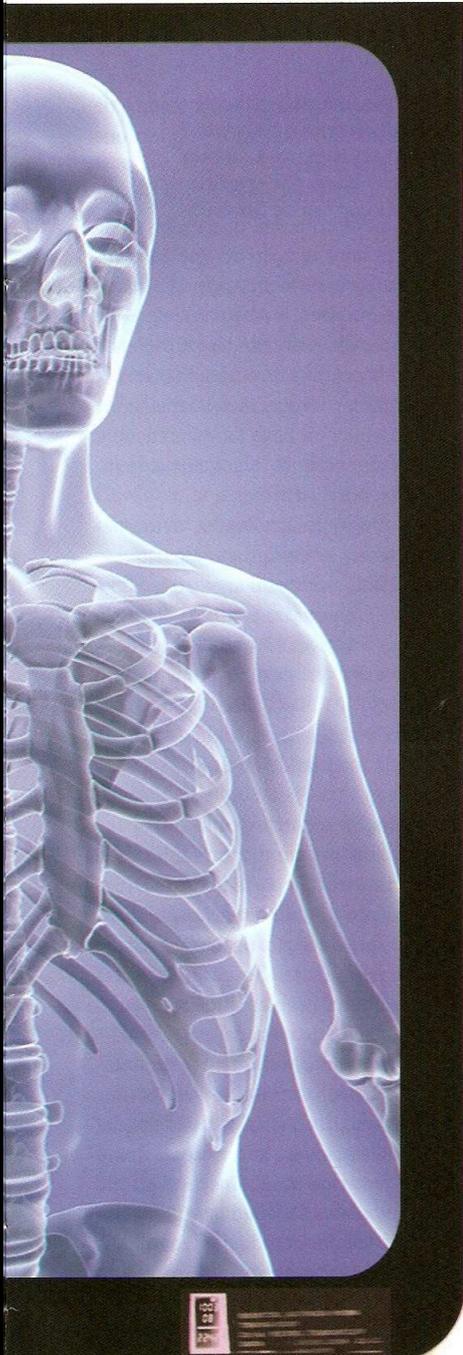
Especialistas refletem sobre cursos de pedagogia e licenciaturas e propõem os princípios para atualizar a formação docente. Entre as sugestões, um consenso: é preciso aumentar o contato direto entre o futuro professor, as escolas em que atuará e os conteúdos a serem ministrados

Marta Avancini

■ A formação de professores é o tema da vez. À medida que o problema da qualidade da educação ganha centralidade – seja nas políticas, seja no debate público – fica evidente que, sem um investimento forte e consistente na formação dos profissionais que assumirão as salas de aula, especialmente a inicial, não se conseguirá produzir avanços na aprendizagem nem melhorar a qualidade da educação.

O poder público, em várias instâncias e partes do país, vem tomando iniciativas nessa área. Em maio último, o Ministério da





▶ O PERFIL DO PROFESSOR IDEAL

- Possui autonomia intelectual
- É capaz de estabelecer diálogo crítico com o mundo
- Facilita aprendizagem
- Interage com o contexto social e cultura dos alunos
- Tem consciência de que deve se manter atualizado

"É um profissional do desenvolvimento da dimensão humana, da cultura e das interações sociais"

Características essenciais para os cursos

- Formação deve estar associada à prática
- Devem ter fundamentos da educação em história, psicologia, sociologia
- Devem ter disciplinas de formação pedagógica
- Devem ter disciplinas dos conteúdos das séries em que vai lecionar

Educação infantil

- Devem abarcar desenvolvimento infantil, formas de trabalhar com crianças bem pequenas, associar a educação e o cuidado, organizar um ambiente estimulante para crianças

Alfabetizadores

- Devem ter disciplinas nas áreas de linguística, psicologia cognitiva e metodologia da alfabetização

Educação (MEC), lançou o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, um esforço inédito no Brasil, que envolve governo e 90 instituições públicas de ensino superior em 21 estados com o objetivo de formar, até 2014, 330 mil professores que estão na ativa, mas que não contam com formação de nível superior adequada. A falta de formação ou a formação inadequada dos professores é apontada como um problema central, capaz de impedir os avanços na qualidade do ensino.

Além do governo federal, estados e municípios estão tomando suas providências. Em algumas localidades, como o Estado de São Paulo, o governo anunciou a intenção de criar a Escola de Formação de Professores, com a finalidade de estreitar a dis-

Alex Silva

www.revistaeducacao.com.br

29

tância entre os cursos de pedagogia e licenciatura e a sala de aula. A partir do momento que a Escola começar a funcionar, os ingressantes no magistério na rede estadual terão de frequentar, durante quatro meses, 360 horas de cursos para complementar e aprimorar sua formação.

As iniciativas, enfim, surgem aqui e ali, alimentando a esperança de que, talvez desta vez, se consiga sanar mazelas e modificar culturas e práticas cristalizadas há décadas e que vêm se mostrando ineficazes no sentido de formar profissionais capazes de promover uma aprendizagem significativa e em sintonia com as demandas da sociedade do século 21. Mas, para além dessas iniciativas pontuais, o desafio central que se coloca é renovar os cursos de pedagogia e licenciatura.

Basta uma rápida consulta aos percentuais das avaliações oficiais, cujos resultados chegam a ser lamentáveis, para se perceber que há um longo caminho a percorrer a fim de que a Educação Básica cumpra seu papel estabelecido legalmente: promover o desenvolvimento da criança e do jovem, de modo a assegurar uma formação para o exercício da cidadania,

fundamental ainda não veio à tona: o debate sobre o perfil do professor que se espera que seja formado nas instituições de ensino superior. Nesse contexto, e com o objetivo de aquecer as discussões, a revista **Educação** solicitou que um grupo de especialistas, de várias regiões do país, se pronunciassem sobre as características que os cursos de formação de professores deveriam ter.

Antes de tudo, contextualizar

A primeira questão que se coloca é ter clareza quanto ao perfil do professor que se deseja. Ela não diz respeito somente a uma projeção de um modelo que deseja atingir. Diferentemente, está relacionada à compreensão do contexto no qual o profissional vai exercer o seu ofício.

Ou, nos termos da coordenadora das Licenciaturas Diversas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Fátima Cruz, a construção do “professor ideal” está intimamente relacionada ao seu tempo histórico, ao contexto geopolítico, às verdades e questionamentos dos achados científicos de uma época e à conjuntura socioeducacional. Não

explicitaria o tipo de ser humano e de sociedade que queremos?”, questiona a pesquisadora.

Essa é apenas uma das perguntas que se colocam. Há que se ter ainda clareza com relação ao que se compreende socialmente por qualidade de ensino, bem como em relação à lógica e aos valores que se pretende garantir pela via da educação escolar. Em síntese: “O que a sociedade define como valor na base da construção e do desenvolvimento das novas gerações?”, reflete Fátima.

É em meio a reflexões dessa natureza que se compreende por que o bom professor de 50 anos atrás não é mais visto com bons olhos. Naquela época, a expectativa era a de que o professor tivesse um “bom manejo da classe” e transmitisse os conteúdos formais aos alunos, uma realidade bem distinta da de hoje.

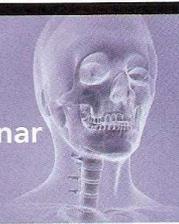
Educação x pedagogia

Ainda no campo conceitual, o professor do Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) Rogério Córdova agrega outra problemática relevante: a da identidade da pedagogia.

Na opinião dele, tem prevalecido no Brasil uma sobreposição dos conceitos de educação e pedagogia, na qual a primeira se apresenta como uma “prática social” e a segunda como “a ciência da educação”. “Isto me parece um grande equívoco, pois educação e pedagogia não podem ser reduzidas uma à outra, já que são manifestações distintas de um fenômeno”, defende Córdova.

Ou seja, em sua acepção, a educação consiste em um fenômeno antropológico e sociológico amplo e difuso, que diz respeito ao processo por meio do qual as sociedades transmitem seus valores, suas leis, suas

É preciso ter clareza acerca do perfil de professor que se quer formar. Para isso, é preciso examinar o contexto em que ele vai atuar



que forneça meios para progredir no trabalho e para prosseguir nos estudos. E a mudança deste cenário perpassa, necessariamente, pela renovação da formação inicial docente.

Apesar de essa consciência estar aumentando e as políticas nessa área estarem saindo do papel, um aspecto

bastassem esses elementos de ordem macrosocial, há que se considerar ainda, segundo Fátima, os aspectos de natureza microssocial do plano da subjetividade – ou seja, “dos autores, atores e agentes”. “Qual a formação docente e qual a estrutura política e social que, na prática pedagógica,

Rogério Córdova, da UnB:
**“educação e pedagogia não
 podem ser reduzidas uma à
 outra, já que são manifestações
 distintas de um fenômeno”**

normas tendo em vista a perpetuação da própria sociedade. Trata-se, então, da educação acontecendo no convívio social, fazendo de todo membro da sociedade um educador (e também um educando).

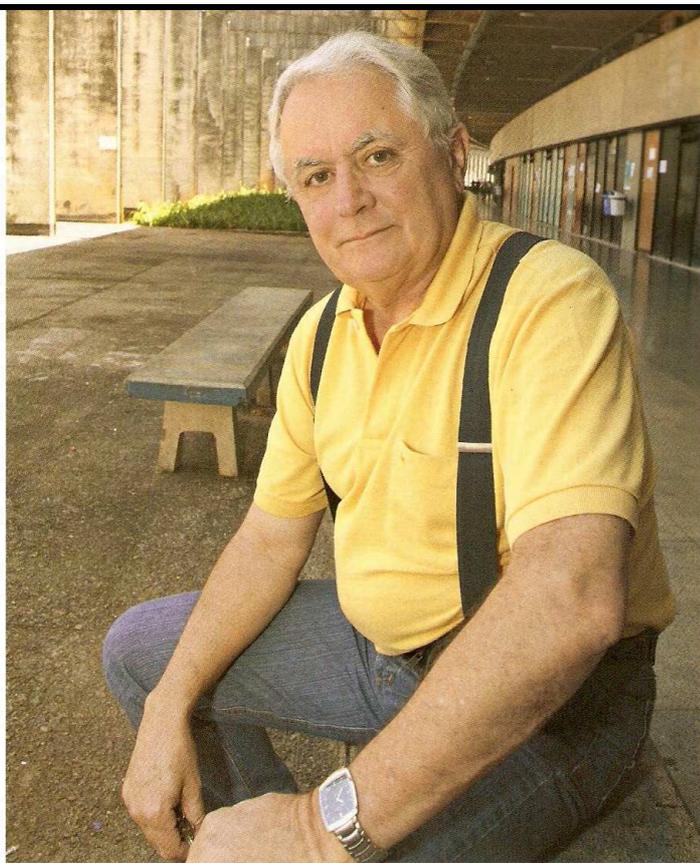
Já a pedagogia, propõe o professor Córdova, consiste em “uma prática educativa” que se realiza “de maneira sistemática, metódica, planejada, avaliada, numa intencionalidade específica”. Ou seja, o que costumamos chamar de educação formal.

“Trata-se de um fenômeno não difuso, mas intencional e sistematizado segundo métodos que orientam essa prática na identificação dos educandos, na definição do que será ensinado a eles, na ordenação desses conteúdos e ensinar, na identificação de seus objetivos – factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais”, afirma Córdova, citando o educador espanhol Antoni Zabala.

A pedagogia como prática

O fundamental a se compreender, continua o professor da UnB, é que o termo prática não possui necessariamente um sentido depreciativo que remeta a uma atividade de menor valor por não possuir caráter acadêmico ou científico. Diferentemente, prática diz respeito a uma atividade de transformação. “No caso, uma atividade de transformar pessoas. E, como é impossível alguém transformar alguém dotado de autonomia, trata-se de ajudar crianças, adolescentes, jovens ou adultos a *se* transformar.”

De um lado, essa concepção remete ao processo histórico de construção da pedagogia enquanto saber.



Paulino Moraes

Nesse sentido, é significativo que na Grécia e na Roma antigas, o termo pedagogia remetesse à atividade de conduzir fisicamente crianças aos locais de aprendizagem. Com o passar do tempo, explica Córdova, assumiu uma conotação simbólica: conduzir os alunos às aprendizagens.

É por isso que, em se tratando de uma atividade que integra o processo de formação – entendida como educação – das futuras gerações, a pedagogia deveria ser mais valorizada por sua relevância, já que desempenha um papel estratégico para a sobrevivência de uma sociedade.

Ser professor hoje

O papel e as expectativas em relação ao professor mudam tanto de uma sociedade para outra, quanto ao longo da história. E na medida em que seu papel social é ressignificado,

os processos formativos também o deveriam ser. Mas não é isso que tem ocorrido. O que se constata é a distância entre a estrutura dos cursos de pedagogia, a realidade da sala de aula e as demandas que se colocam para o exercício do magistério.

O professor de hoje precisa estar preparado para atender às exigências de uma realidade cada vez mais complexa, na qual o ensino, desde cedo, tem de estar em consonância com o avanço das novas tecnologias e demandas globais e regionais. “Além disso, a educação deve estar voltada para a prática daquilo que se está aprendendo na teoria”, complementa Maria José de Sena, presidente do Fórum de Pró-Reitores de Graduação de Universidades Brasileiras (ForGrad).

Cabe, então, ao professor desempenhar uma multiplicidade de papéis que levem em consideração as mudan-

aprender as duas coisas, sendo que o aluno da licenciatura necessita de uma base maior nessa área de conhecimento, pois irá trabalhar com conteúdos mais complexos a partir do 6º ano do ensino fundamental.”

A professora emérita da Faculdade de Educação da UFMG Magda Soares segue a mesma linha de raciocínio, ao enfatizar a formação de professores para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Para ela, as disciplinas de conteúdos relativas a essas etapas devem “predominar nitidamente nos currículos” ao lado das disciplinas de formação pedagógica.

“O conteúdo a ser ensinado é tão importante na formação destes professores quanto na formação de docentes para os anos finais e o ensino médio. Talvez até mais importante, já que são docentes que devem cumprir a difícil tarefa de ‘simplificar sem falsear’, o que só é capaz de fazer quem tem conhecimento amplo e seguro do conteúdo”, analisa Magda.

Mas, nessas etapas, não basta dominar os conteúdos, agrega a professora da UFMG, os cursos de pedagogia também devem contemplar metodologias de integração de

de incluir temas como diversidade cultural, meio ambiente, novas tecnologias, os quais ganham cada vez mais relevância no contexto da sociedade contemporânea.

Atenção à alfabetização

Cada área do conhecimento e segmento da Educação Básica possui suas especificidades. Dentre elas, uma merece especial atenção no caso do Brasil: a leitura e escrita. Para fortalecer a formação dos docentes que vão lidar com as crianças na fase da alfabetização, a professora Magda Soares propõe a inclusão de disciplinas de linguística e psicologia cognitiva nos cursos de pedagogia (a fim de fortalecer a fundamentação sobre o processo de alfabetização) e de disciplinas relativas às metodologias de alfabetização.

No campo da leitura, seria importante que os cursos de pedagogia contemplassem disciplinas que permitam aos futuros professores exercitar a leitura e a produção de textos, além daquelas relacionadas às metodologias da leitura e da produção textual. Finalmente, para formar professores em condições de inserir as crianças



Luiz Felipe Campos/Ascom UFPE

A ideia do professor ideal está vinculada, segunda Fátima Cruz (UFPE), a fatores como tempo histórico e contextos geopolítico, socioeducacional e científico

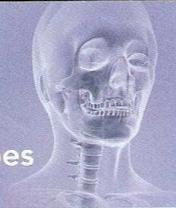
quando chegarem às salas de aula. Nesse sentido, a especialista enfatiza a necessidade de tais disciplinas serem ministradas por professores formados nas licenciaturas correspondentes aos conteúdos, com especialização ou pós-graduação em Educação ou vice-versa.

Mais espaço para a prática

Se o território de atuação do professor é a escola, é imprescindível que a formação deste profissional esteja voltada para a prática educativa e a prática social, defende Rogério Córdova, da UnB. “A formação tem de dar conta da preparação para o exercício competente dessa prática.”

Isso se traduz numa mudança da estrutura dos cursos de pedagogia e licenciaturas, de modo a colocar os alunos em contato com os “contextos reais” – ou seja, as escolas nas suas variadas formas de organização (escolas públicas e privadas, infantis, de ensino fundamental e médio, educação profissionalizante, especial etc.)

A ênfase em disciplinas práticas não implica a desvalorização da teoria, mas o estabelecimento de outra relação entre essas dimensões



conteúdos, a fim de dotar os futuros professores de instrumentos que os tornem capazes de articular e integrar os vários conteúdos ministrados.

Ainda no campo dos conteúdos que os cursos de pedagogia e as licenciaturas devem contemplar, Maria Malta enfatiza a necessidade

no mundo da literatura, os cursos de pedagogia devem ter disciplinas de literatura infantil e de metodologia de trabalho com textos literários.

Em síntese, Magda propõe uma estrutura na qual os estudantes de pedagogias e licenciaturas tenham acesso aos conteúdos com os quais vão lidar

– desde o início do curso e segundo as opções e interesses dos alunos.

“Essa dimensão da formação para a prática é uma reivindicação dos estudantes e costuma ser a parte frágil da formação pedagógica”, analisa Córdova. “Existem relatos de ex-alunos que foram aprovados em concurso público, por exemplo, e abandonam a sala de aula nos primeiros meses, ou até semanas, por não se sentirem capazes de dirigir o trabalho de aprendizagem com um grupo de crianças.”

Em contrapartida, continua ele, os estudantes que passam por cursos em que há articulação entre teoria e prática relatam o contrário. “Esses últimos apontam o rumo a ser seguido na formação pedagógica”, defende.

O lugar da teoria

Ao enfatizar a necessidade de disciplinas práticas nos cursos de pedagogia e licenciatura o que está em questão não é a abolição da teoria, mas, sim, o estabelecimento de outro tipo de relação entre essas duas dimensões, distinta da que se vê atualmente – o predomínio absoluto da teoria dissociada do exercício efetivo da docência.

“A aprendizagem dos fundamentos da educação, em áreas como história, psicologia, sociologia, entre outras, permite a construção de uma visão mais abrangente e crítica do significado da educação no mundo de hoje”, analisa Maria Malta.

A coordenadora das Licenciaturas Distintas da UFPE, Fátima Cruz, segue a mesma direção ao defender que os cursos de formação inicial de professores tenham uma base teórico-metodológica de história e política local e global. Isto para permitir “ao professor dialogar com a realidade e desvelar suas contradições”, condição para que ele seja capaz de compreender as relações entre a educação e os projetos de sociedade.

Ainda nesse sentido, a formação do futuro docente deve ser ampla, contemplando as dimensões das interações humanas, a estética, a ética, a comunicação, assim como conteúdos que permitam a eles compreender as diferenças, habilitando-os a estabelecer um diálogo com a diversidade. Isto para que, ao chegarem às salas de aula, os professores sejam capazes de realizar um trabalho que favoreça a autonomia de seus alunos.

Produção de conhecimento

Os cursos de pedagogia e licenciatura precisam, ainda, favorecer a atuação dos professores da Educação Básica enquanto produtores de conhecimento. Também nessa dimensão a teoria desempenha um papel central, na medida em que fundamenta e orienta a atuação do docente enquanto produtor de conhecimentos.

Essa dimensão é uma característica que se torna particularmente relevante no contexto atual, de franco desenvolvimento das tecnologias da informação. Nessa medida, um desafio que se coloca é como tirar proveito delas enquanto instrumentos capazes de suscitar o desejo de aprender e, ao mesmo tempo, favorecer uma aprendizagem eficaz, vinculada às necessidades e demandas dos indivíduos e da sociedade.

Para o professor Rogério Córdova, trata-se de um “novo capítulo no desenvolvimento da pedagogia” e um processo “incontornável nesta era digital”, no qual se coloca a necessidade de configurar ambientes de aprendizagem metódica, sistemática, planejada. Nesse contexto, o professor se torna agente de produção do próprio conhecimento, bem como assume o papel de articulador e organizador da aprendizagem, tanto na escola regular como em outros ambientes de aprendizagem.



Sistema de Gestão Escolar

Administre sua escola com eficiência e interatividade.

Total controle acadêmico, financeiro, gerencial e integração com internet.

Confira algumas funcionalidades do sistema.

Módulo Acadêmico

- ⇒ Cadastro de alunos;
- ⇒ Cadastro de responsáveis;
- ⇒ Cadastro de cursos;
- ⇒ Lançamento de notas;
- ⇒ Histórico escolar;
- ⇒ Mais de 50 relatórios pedagógicos;
- ⇒ Calendário escolar;
- ⇒ Controle de frequência;
- ⇒ Diário de classe eletrônico;

Módulo Financeiro

- ⇒ Controle de pagamentos;
- ⇒ Carta de cobrança via E-Mail;
- ⇒ Parcelamento de dívida;
- ⇒ Boletim Bancário;
- ⇒ Inadimplentes;
- ⇒ Vários relatórios financeiros;

Módulo Gerencial

- ⇒ Contas a pagar;
- ⇒ Rateio de recebimentos de alunos;
- ⇒ Controle bancário;
- ⇒ Vários relatórios gerenciais;
- ⇒ Fluxo de caixa;
- ⇒ Análise por plano de contas;

Sistema atual e versátil, consolidado, 16 anos no mercado.

Destaque no cenário nacional! Instalado em mais de 300 instituições de ensino em 11 estados brasileiros!



Atualizado com a legislação Vigente!!!

Solicite um CD demonstrativo acessando o site (www.saeinfo.com.br), pelo telefone (67) 3026-1818 ou E-mail: dcom@saeinfo.com.br

ANEXO 3 – Reportagem da *Revista Educação* nº 162

 Capa

CAMINHO DA REALIZAÇÃO

Planejamento, qualificação profissional e boa leitura das diferentes realidades do campo educacional podem fazer com que se obtenha realização na carreira docente. Até mesmo financeira

Valéria Hartt

 Diante do desprestígio social, a carreira do professor – da professora, na esmagadora maioria dos casos – há tempos deixou de seduzir os jovens universitários. Sobram indicadores para apontar a queda livre. O que surpreende é o que está na contramão dessa visão do senso comum: a constatação de que existem professores bem-sucedidos, realizados profissionalmente e com salários bem acima da média do mercado. Afinal de contas, seria possível sonhar com o casamento entre realização profissional e prática do magistério?

Especialistas em recursos humanos apontam caminhos que podem, sim, fazer a diferença na carreira, enquanto exemplos confirmam que a excelência na educação passa obrigatoriamente pelo binômio salário e qualificação do professor.

O termo “carreira” costuma vir acompanhado de um predicativo –

carreira acadêmica, carreira científica, literária e assim por diante. Mas antes de falar na extensão, é preciso compreender o principal, segundo os analistas: a própria carreira.

Carlos Bitinas, da DRH Talent Search, consultoria especializada na busca e seleção de talentos profissionais, ecoa uma visão bastante difundida no mundo de RH. Acredita que a carreira é um bem essencial, porém frequentemente pouco compreendido pelos profissionais. Isso porque normalmente ingressamos no mundo do trabalho sem conhecer as características das etapas de uma profissão e, menos ainda, como manejá-las. E, quando começamos a trabalhar, a instituição que nos acolhe também não costuma estar muito preocupada com isso, mas concentrada em ter sua força produtiva. Assim, não é incomum que a falta de intimidade com a carreira persista às vezes ao longo de toda a sua duração.

O magistério não foge à regra. Por essas e outras, um bom ponto de partida para a tão sonhada realização profissional é compreender o significado da carreira, em toda a sua extensão. A palavra vem do latim vulgar, *carraria*, que designa um caminho, que não é necessariamente regular e menos ainda um caminho ascendente. “O importante para o profissional é saber fazer as escolhas certas durante o caminho”, recomenda Bitinas.

E a lição aqui é inverter a lógica corrente: o professor não se deve deixar conduzir pelo mercado, mas, ao contrário, assumir as rédeas da própria carreira.

Escolhas e possibilidades

O desafio começa na escolha da profissão, pois identificar a própria vocação nem sempre é tarefa simples. A chamada voz interior parece ser aquela que temos mais dificuldade de



ouvir, ainda que renegá-la possa significar enorme desperdício de talento. A tendência é buscar as profissões ou as carreiras que dão mais *status*, poder ou dinheiro, que não são necessariamente aquelas mais alinhadas aos talentos e pendoros de cada um.

“Na vida profissional, não é isso que garante realização. É o nosso desejo que precisa prevalecer”, destaca Mariá Giuliese, sócia da Lens & Minarelli, uma das gigantes do mercado de recolocação e consultoria em RH, que fala sobre o “efeito manada”: “vivemos na sociedade da imagem, em que tudo nos estimula a olhar para fora e atender à demanda exterior, mas acabamos pagando essa conta mais tarde”, alerta.

No caso do magistério, como tornar viável o sonho da realização profissional e sustentar a escolha

diante desse olhar social que tanto desvaloriza o profissional de ensino?

Refletir a partir dos valores do próprio campo educacional é fundamental.

“O professor deve meditar seriamente sobre sua escolha e compreender que a pobreza de reconhecimento [externo] faz parte dessa opção. Isso o conduz ao desafio de suportar a si mesmo, de valorizar-se acima da avaliação alheia, de crer em si quando poucos o reconhecem”, sustenta José Ernesto Bologna, fundador da consultoria Ethos – Desenvolvimento Humano e Organizacional e especialista em psicologia do desenvolvimento aplicada à administração e à educação.

Sem dúvida, um desafio e tanto, mas é preciso reconhecer que um professor que se valoriza será, certamente, mais interessante aos olhos

do outro. E aqueles que conseguem contribuir de maneira efetiva para a formação de seus alunos costumam ser valorizados, mesmo em meio a um todo social que tem tendido a desqualificar e desprestigiar o professor.

Teoria e prática

Vincular precocemente teoria e prática é uma das recomendações de Marcelo Maghidman, da Tafkid Marketing Educacional e Cultural. “Essa experiência é determinante na progressão da carreira”, sinaliza. E lembra que é preciso estar atento à qualificação profissional, recomendação consensual entre os especialistas.

No caso do professor, significa ter em mente que o diploma inicial é condição necessária, mas está longe de dar respostas a todas as exigências da profissão. O que se espera – e que faz

DEZ PASSOS PARA PLANEJAR A CARREIRA



1 IDENTIFICAR A VOCAÇÃO.

A carreira bem planejada é aquela que está alinhada com o sonho pessoal e com aquilo que o profissional de ensino tem a oferecer.



2 FIXAR OBJETIVOS CLAROS E METAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO.

Para projetar o futuro, é sempre bom avaliar os passos já percorridos. Bons questionamentos sobre o que se quer valem mais do que respostas prontas. Qual a direção a seguir, qual a expectativa de desenvolvimento, o que é preciso fazer para alcançar os objetivos propostos? Um cronograma de ações ajuda a dar concretude ao processo.



3 DESENVOLVER A INTELIGÊNCIA SOCIORRELACIONAL.

É a capacidade de estabelecer vínculos interpessoais e mantê-los positiva e progressivamente, em particular no ambiente educacional. Manter viva e bem cuidada sua rede de relacionamentos.



4 ESTAR ATUALIZADO.

Isso vale para diversas frentes: conteúdos, métodos, linguagens, tendências setoriais. No caso da educação, significa também estar atualizado sobre o ambiente educacional, conhecer o que é valorizado e suas carências. Isso pode ajudar, por exemplo a escolher uma especialização em área onde haja mais oportunidades.

a diferença – é que o professor, como qualquer outro profissional de outros setores, invista em sua formação. Do contrário, corre o sério risco de permanecer na ladainha, na eterna crítica aos cursos de formação inicial. Reconhecer as deficiências é sinal positivo, que indica a busca de crescimento pessoal e profissional. E quem está disposto a se aprimorar profissionalmente conta hoje com opções de sobra, inclusive de cursos a distância. Mas é preciso ser seletivo e saber escolher o que de fato vai promover o desenvolvimento da carreira.

Educação continuada

O alerta vem do especialista Gutemberg Leite, da Meta Consultoria em RH, para quem é preciso ter cautela com o modismo da educação continuada. “Os variados cursos

oferecidos nem sempre têm conexão com o aprimoramento do professor, levando-o à dispersão, pressionando-o a estudar temas que não irão contribuir como um fator positivo em sua prática em sala de aula”, pontua.

Seja qual for a escolha, há demandas que, em tese, o professor precisa cumprir. Nos dias de hoje, além da formação específica e pedagógica, qualquer professor deveria saber planejar e gerenciar sua carreira e seu tempo (no âmbito de suas práticas de classe e fora delas). E mais: saber falar inglês, conhecer as novas tecnologias, dominar o uso do computador, navegar e utilizar a internet, as redes sociais...

Quem paga a conta

Um dos maiores desafios é conciliar a realidade financeira do magis-

tério a essas variadas demandas de formação. As instituições privadas saem na frente e muitas investem na qualificação de seus quadros de professores. As redes públicas, mais frágeis na oferta de atrativos dessa ordem para seus profissionais, têm mais dificuldades de reter seus talentos. Assim, os professores que se formam nas universidades públicas, normalmente mais bem formados, acabam buscando colocações em escolas particulares, que atendem à menor parcela da população (cerca de 13% dos alunos da Educação Básica).

“O caminho para retomar o processo de revalorização do professor, que na nossa visão é estratégico para vencer o desafio da qualidade, passa necessariamente por um salário inicial atraente e por uma carreira promissora, que promova o desen-



5 APRIMORAR COMPETÊNCIAS E QUALIFICAÇÕES.

Mais do que a maioria dos outros campos, o conhecimento renovado é um aspecto central para os educadores. E isso vale não só para aquilo que se adquire no âmbito formal.



8 QUALIDADE DE VIDA.

Conferir como a atividade escolhida interfere em sua saúde e bem-estar.



6 TER SENSIBILIDADE, VISÃO DE CONJUNTO E DE CONTEXTO.

Significa que além de tratar os fatores pessoais é preciso estar atento a questões externas capazes de interferir no desenvolvimento do seu projeto.



9 PLANEJAMENTO FINANCEIRO.

Fazer reserva financeira para empreender seu projeto.



7 MANTER ATITUDES CONSTRUTIVAS E POSITIVAS.

Esse tipo de postura ajuda a lidar com as dificuldades de uma maneira lúcida e pragmática, fugindo do raramente de lamentação muito comum entre docentes.



10 REVISÃO ANUAL DE SEU PLANO.

Cotejar suas ambições com a realidade é essencial para fazer ajustes e aprimoramentos.

volvimento do professor ao longo da vida”, resume Mozart Neves Ramos, do Todos pela Educação.

Ampliando o leque

Claro que os melhores salários ainda estão concentrados na rede privada de ensino. Escolas particulares de primeira linha em geral remuneram melhor o professor e dão mais oportunidades de crescimento profissional, mas esse não é o único caminho. “Existe uma demanda cada vez maior por profissionais muito especializados para atuar no magistério, em instituições que têm o objetivo de formar profissionais”, garante Mariá Giuliese, da Lens & Minarelli.

Por outro lado, há iniciativas capitaneadas pelo terceiro setor, que tem presença crescente no mundo da educação. “É o caso da Comunidade Educativa, que trabalha pela melhoria da escola pública e é custeada pelo setor privado, com participação de empresas como a Vale, Votorantim, Natura etc.”, ilustra Maghidman. “São nichos ainda reduzidos, mas que podem crescer muito e sinalizam caminhos bastante atraentes para o magistério”, defende.

Para ampliar sua própria atratividade, o professor também pode – e deve – exercitar boas doses de ousadia e criatividade. É preciso ampliar o leque de competências e habilidades, o que não significa dar as costas para a Educação Básica. Significa que progredir na carreira não tem nada que ver com lecionar em cursinhos pré-vestibulares ou atuar em consultorias. O magistério não é uma carreira que se esgota, porque a arte de ensinar pode ser aplicada em diferentes circunstâncias. O professor pode escrever livros didáticos, pode ter como objetivo alcançar um cargo de coordenação (sem deixar a sala de aula, o que enriquece ambas as experiências), dedicar-se a



A habilidade de interagir com seus pares é essencial para a carreira docente

grupos de alunos com dificuldades de aprendizagem, enfim, pode trilhar diferentes caminhos e explorar novas oportunidades.

Ousadia e evolução

Correr riscos, aliás, também conta pontos para o desenvolvimento profissional. Significa arriscar-se em novas posições no plano hierárquico – o professor que se arrisca a ser tutor de uma turma – ou se arrisca a formular novas propostas, a apresentar, por exemplo, um projeto interdisciplinar. É a chance de fazer a diferença. “Isso ajuda a ganhar visibilidade dentro da instituição. Para progredir na carreira é preciso ousar e assumir novas responsabilidades”, diz Bitinas, da DRH Talent Search.

Outro aspecto imprescindível é a chamada inteligência relacional, que dá conta de como o professor se comporta dentro de grupos e no contexto social. “De nada adianta ser um pro-

fundo conhecedor da matéria e ser um autista social”, compara Maghidman. O professor precisa ter a habilidade de se comportar em grupos, de compor com seus pares e colegas de trabalho. Do contrário, dificilmente vai avançar na carreira. “Está cheio de gente muito titulada, com bastante conteúdo, mas que tem um componente relacional complicado. Aí não progride na carreira e acaba sendo deixada de lado, porque não é capaz de construir coletivamente”, completa o consultor.

O alerta vem ao encontro de uma dimensão importante do trabalho docente: a de que é preciso haver um ambiente propício às relações de ensino e aprendizagem, o que pressupõe suporte e amparo institucional. Para que o conjunto dê certo, é necessário contar com professores interessados e bem formados. Mas a abnegação pessoal muitas vezes se esvai quando não existe articulação entre as partes.

**Ficha Catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema integrado de Bibliotecas – UNITAU**

S586r Silva, Diana Mara da

As representações do professor em capas de revistas destinadas ao profissional de educação./Diana Mara da Silva.- 2012.

119f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2012.

Orientação: Prof^ª Dr^ª Miriam Bauab Puzzo, Departamento de Comunicação Social.

1. Professor. 2. Capas de revistas. 3. Ideologia. 4. Imagem.
5. Dialogismo. I. Título.